

CRISE NO SISTEMA

Prefeito trata como 'colapso' situação da saúde em Anápolis



O prefeito Márcio Corrêa (PL) admitiu nesta terça-feira (22), em entrevista à TV Anhanguera, que há um “colapso”, como ele próprio classificou, no atendimento de saúde de urgência e emergência em Anápolis. Este, aliás, foi o grande tema dos últimos anos e tratado como prioridade durante a campanha eleitoral de 2024.

Questionado sobre as cenas ainda visíveis de pacientes colocados em macas em corredores de unidades de saúde e relatos de longas esperas por atendimento por parte dos pacientes, Corrêa afirmou que houve melhora, mas reconheceu que os problemas são graves.

“Teve uma melhora, mas longe do que estamos buscando. Temos um colapso da urgência e emergência. A gente tem buscado reestruturar as Unidades Básicas de Saúde, que é a porta de entrada do cidadão (sic). Precisamos dar credibilidade a esse atendimento”, afirmou.

Página 3

Xata vai para 5º ano fora da elite e quer fim de decepções

Apesar da história e tradição no futebol goiano, a Associação Atlética Anapolina vai em 2025 para seu quinto ano consecutivo na Divisão de Acesso do Campeonato Goiano. Um time que já foi protagonista quer recuperar este status na nova temporada.

Página 16



Governo anuncia que multinacional chinesa investirá R\$ 100 milhões para se instalar no Daia

A multinacional Teld Eco Charger, da China, vai se instalar em Anápolis. A empresa assinará, nesta semana, protocolo de intenções que consolidará um investimento estimado de R\$ 100 milhões no Daia, de acordo com a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços de Goiás. O titular da pasta, Joel Sant'Anna Braga Filho, embarcou na segunda-feira (21) para Qingdao, na China, para o evento. A Teld é responsável por 42% da produção de carregadores elétricos na China.

Página 13



● Kiryos tem mais de 600 alunos e jogará Taça Brasil 2025
Pg. 16

● Cidade tem curso gratuito de confeitaria
Pg. 15

Vereador vai apresentar projeto que pune prefeito que inaugurar obras inacabadas
Página 3



dmanapolis

Entre em contato com a redação
(62) 3706-9010 redacao@dmanapolis.com.br
Envie seu artigo: dmanapolis.artigo@gmail.com

WWW.DMANAPOLIS.COM.BR



Governo de Goiás deve investir mais de R\$ 500 milhões para construção de novas unidades escolares, reforma e ampliação de espaços

PRIORIDADE

Governo prevê mais de R\$ 500 milhões em investimentos na Educação em 2025

Com mais de R\$ 1,5 bilhão já aplicados desde 2019, Seduc projeta 170 novas licitações para obras em unidades escolares por todo o estado

REDAÇÃO

O Governo de Goiás, por meio da Secretaria de Estado da Educação (Seduc), deve investir mais de R\$ 500 milhões na Educação em 2025. A projeção para este ano inclui a realização de 170 licitações para construção de novas escolas, além de reformas, ampliações e instalação de coberturas em quadras esportivas nas unidades da rede estadual. Desde 2019, o governo já destinou mais de R\$ 1,5 bilhão ao setor, consolidando uma política de modernização da infraestrutura escolar em todos os municípios goianos.

O superintendente de Infraestrutura da Seduc, Gustavo da Veiga Jardim, explica que os novos projetos são planejados com previsão orçamentária definida, garantindo a execução dentro do cronograma. "A atual gestão tem como foco entregar as obras. Não há atraso nos pagamentos das medições, o que agiliza o processo e dá mais segurança às empresas executoras", afirma.

Os projetos são elabora-

dos por uma equipe multiprofissional que avalia cada detalhe técnico e estrutural, assegurando o uso responsável dos recursos públicos e a criação de ambientes escolares mais inclusivos, modernos e acolhedores. A lista de processos licitatórios aptos a receber propostas é atualizada semanalmente e está disponível no portal da Seduc Goiás. (goias.gov.br/educacao).

CELERIDADE

As licitações seguem um modelo ágil e rigoroso, observando todas as normas legais. Cada obra licitada conta com cronograma detalhado e acompanhamento técnico, com foco na eficiência e na entrega de espaços escolares mais bem estruturados para estudantes, professores e colaboradores.

As obras que estão sendo licitadas englobam reformas e ampliações; demolições de escolas de placa e construção de blocos em alvenaria; construção de quadras cobertas e retomadas de obras rescindidas. As ações são realizadas em diversos municípios de Goiás.

painelDM

PRIMEIRO ESCALÃO

Janaína Macedo Coelho entrega o cargo de presidente do ISSA

O primeiro escalão do governo do prefeito Márcio Corrêa (PL) deve sofrer uma nova alteração. A procuradora aposentada Janaína Macedo Coelho entregou o cargo de presidente do Instituto de Seguridade Social dos Servidores Públicos Municipais de Anápolis (ISSA).

Ela foi nomeada em janeiro para comandar a autarquia e era muito querida pelos servidores do ISSA. Coelho comunicou o prefeito de sua intenção



de deixar o posto ontem. Corrêa tenta convencê-la do contrário para que não

haja mais uma troca nos postos mais altos da gestão.

Quinta pasta

Já houve mexidas na Integração, com a saída de Jackeline Macêdo para entrada de Jordana Faria; Obras, Meio Ambiente e Serviços Urbanos, que tem Thiago Sá como substituto interino de Rone Evaldo, que foi para a CMTT após a saída de Leonardo Marra; e ARM, que tem a controladora-geral Camila Cozac como interina desde o fim do mandato de Robson Torres.

Expectativa

O vereador Jakson Charles (PSB) espera para esta semana o envio da proposta de reforma administrativa da Prefeitura. A expectativa era de que o projeto que reorganiza a gestão municipal chegasse à Câmara no início de abril, mas o estado de saúde de Corrêa foi empecilho. Pelo menos quatro novas secretarias devem ser criadas.

Saúde

Em entrevista à TV Anhanguera, o prefeito Márcio Corrêa afirmou que o município tem maior demanda por exames de ultrassonografia. O passivo em janeiro, relatou, eram de 48 mil, e 36 mil foram executados. A promessa no plano de governo era zerar todas as filas em 120 dias. De acordo com ele, boa parte foi zerada.

Previsão

Vereadores experientes preveem dificuldades para colegas como Suender Silva (PL) e José Fernandes (MDB) em eventuais projetos de reeleição. Eles projetam unanimemente que a dupla ficará sem discurso, uma vez que foi crítica ferrenha de problemas estruturais do município que dificilmente deixarão de existir em quatro anos.

Município assinou TAC para zerar filas na educação infantil, revela Corrêa

A Prefeitura de Anápolis assinou um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) para zerar as filas da educação infantil. O prefeito Márcio Corrêa revelou o acordo com o Ministério Público de Goiás (MPGO) em uma entrevista à TV Anhanguera nesta terça-feira (22).

Segundo ele, 1 mil novas vagas foram abertas através da implementação de salas modulares, e há ainda mais de 3 mil para serem criadas nos próximos anos. No plano de governo, ele se comprometeu a construir 20 CMEIs em quatro anos.



DM Anápolis

O seu jornal diário

Preço das assinaturas
R\$ 49,90 mensal
R\$ 598,80 anual

Vendas Avulsas
Goiás, Tocantins, Distrito
Federal e Mato Grosso
Dias Úteis R\$ 2,50 Domingo R\$ 3,50

DIRETOR GERAL
Rodrigo Tizziani

EDITOR-CHEFE
Rafael Tomazeti

REPORTAGEM
Emily Viana
Lara Duarte
Janayna Carvalho
Carlos Antônio
Lucivan Machado

DIAGRAMAÇÃO
Sandro Cecilio

EMPRESA EDITORA
T10 Mídia e Comunicação Ltda
Endereço: Rua das Américas, Qd.12, Lt. 01
Jardim Bandeirantes, Anápolis - GO

Deptº Comercial / Redação
(62) 3706-9010

www.dmanapolis.com.br



Corrêa lembrou que, em janeiro, determinou a abertura – que estava programada – de portas do Hospital Municipal Alfredo Abrahão, que é focado em cirurgias eletivas

ÁREA SENSÍVEL

Márcio Corrêa admite que há “colapso” na saúde

Prefeito afirmou que atendimento de urgência e emergência está desestruturado e cita ações para buscar melhorias

RAFAEL TOMAZETI

O prefeito Márcio Corrêa (PL) admitiu nesta terça-feira (22), em entrevista à TV Anhanguera, que há um “colapso”, como ele próprio classificou, no atendimento de saúde de urgência e emergência em Anápolis. Este, aliás, foi o grande tema dos últimos anos e tratado como prioridade durante a campanha eleitoral de 2024.

Questionado sobre as cenas ainda visíveis de pacientes colocados em macas em corredores de unidades de saúde e relatos de longas esperas por atendimento por parte dos pacientes, Corrêa afirmou que houve melhora, mas reconheceu que os problemas são graves.

“Teve uma melhora, mas longe do que estamos buscando. Temos um colapso da urgência e emergência. A gente tem buscado reestruturar as Unidades Básicas de Saúde, que é a porta de entrada do cidadão (sic). Precisamos dar credibilidade a esse atendimen-

to”, afirmou.

Na sequência, Corrêa lembrou que, em janeiro, determinou a abertura – que estava programada – de portas do Hospital Municipal Alfredo Abrahão, que é focado em cirurgias eletivas. O local, desde então, fez mais de 10 mil atendimentos, segundo ele, numa conta que incluiu pacientes com traumas ou pequenas cirurgias.

“Temos sim um colapso da urgência e emergência, mas lembro que nosso primeiro ato de gestão foi abrir as portas do Alfredo Abrahão. Tínhamos uma única unidade de porta aberta, que era a UPA da Vila Esperança. Abrimos para fazer traumas, lesões. Esses pacientes eram encaminhados para outros municípios”, disse.

Também como uma das primeiras medidas, Corrêa determinou o fechamento da UPA da Mulher Anapolina Jamel Cecílio. À época, a ex-primeira-dama e deputada estadual Vivian Naves (PP), que destinou os recursos para a construção

da unidade, apontou ação política. Corrêa, no entanto, diz que a medida se deu porque não havia “mínimas condições de funcionamento”. Ele citou falta de oxigênio e infraestrutura, sem detalhar qual seria o problema.

A Prefeitura chegou a publicar, em peças publicitárias exibidas, por exemplo, no estádio Jonas Duarte, durante a final do Goianão, que a UPA Central – novo nome para a antiga UPA DA Mulher – seria inaugurada em abril. Agora, porém, há uma nova previsão para o início das atividades, segundo o gestor.

“Estamos finalizando a UPA Central e a retaguarda, que é o (Hospital Municipal) Georges Hajjar. Acredito que no prazo de 40 a 60 dias estamos com essas unidades em funcionamento, diminuindo essa demanda”, disse o prefeito.

Corrêa afirmou ainda que, após essas inaugurações, vai iniciar a reforma da UPA Alair Mafra de Andrade, na Vila Esperança.

Projeto vai prever punição a prefeitos que inaugurarem obras inacabadas

Vereador Jakson Charles anunciou, em entrevista ao Painei DM, que protocolará texto na Casa

RAFAEL TOMAZETI

A Câmara Municipal deve receber, ainda esta semana, um Projeto de Lei (PL) que prevê a punição de prefeitos que inaugurem obras inacabadas em Anápolis. Em entrevista ao Painei DM desta terça-feira (22), o vereador Jakson Charles (PSB) anunciou que vai protocolar o texto nos próximos dias.

Segundo ele, o PL, caso vire lei, vai vetar qualquer ato de inauguração sem que a estrutura que é objeto de entrega esteja, de fato, pronta para uso da população. Se o gestor insistir, incorrerá no crime de improbidade administrativa.

Jakson cita que encontrou leis deste tipo em vigor em pelo menos oito municípios do país. Neles, de acordo com o parlamentar, a Justiça garantiu a validade da legislação mesmo após questionamentos de prefeitos que se passaram. “Essa lei pode somar muito em todos os aspectos”, afirmou.

O assunto veio à tona quando o pessebista foi questionado sobre o funcionamento da UPA Central – que era UPA da Mulher até dezembro – e do Hospital Municipal Georges Hajjar. Ele afirmou que ainda faltavam deta-

lhes para que as unidades de saúde pudessem entrar em funcionamento e, no entanto, foram inauguradas pelo então prefeito Roberto Naves (Republicanos).

Segundo ele, “não é uma crítica ao governo passado”, do qual Jakson era líder. “Sou vereador há 12 anos. Vejo isso acontecer ao longo do tempo, de uma obra ser inaugurada e faltando alguma coisa. Isso pode causar transtorno para os planos de um próximo governo”, afirmou.

O projeto vai definir, conforme o vereador, que as obras só possam ser entregues com prédio pronto, equipado e totalmente apto a atender a população. “É exatamente para acabar com essa celeuma e esses questionamentos”, justificou.

Antes de ser fechada, em janeiro, a UPA da Mulher Anapolina Jamel Cecílio realizou 3 mil atendimentos, conforme a Secretaria Municipal de Saúde. A gestão de Márcio Corrêa (PL) alega que não havia estrutura mínima de funcionamento, mas não detalhou o que faltaria para reabri-la. A previsão de reabertura era abril, mas numa entrevista à TV Anhanguera o prefeito protelou-a ao citar um período de “40 a 60 dias”.



Jakson cita que encontrou leis deste tipo em vigor em pelo menos oito municípios do país

GESTÃO MUNICIPAL

Vereador aponta falta de diálogo em demolição de estrutura pública

Espaço usado por funcionários da Diretoria de Fiscalização foi derrubado sem definição de alternativa

EMILLY VIANA

A demolição do refeitório e do alojamento utilizados por servidores da Diretoria de Fiscalização e Obras da Prefeitura de Anápolis provocou protestos em virtude da falta de diálogo por parte da gestão. Segundo o vereador Rimet Jules (PT), a medida, que teria sido motivada pela precariedade da estrutura, foi executada sem que houvesse planejamento para a substituição dos espaços.

Em entrevista ao programa Painel DM, o vereador esteve no local na manhã desta terça-feira (22) após receber reclamações dos servidores. De acordo com a denúncia, os trabalhadores não receberam qualquer alternativa para refeições, descanso ou troca de roupas.

Na ocasião, Rimet participou de uma reunião com

os servidores, o presidente do SindiAnápolis, Grattony Gratão, e o diretor da pasta, Wanderson Alves, e relatou tensão entre as partes. De acordo com ele, a explicação apresentada foi a de que a estrutura antiga apresentava condições insalubres. A justificativa, no entanto, não foi suficiente para acalmar os trabalhadores.

“Não existe projeto para construção de um novo espaço. Também não há alojamento provisório montado. A ideia é que eles utilizem uma sala comum da fiscalização para fazer refeições, mas o ambiente não está preparado para isso e sequer há armários para objetos pessoais”, citou.

A queixa central dos servidores, ainda conforme relato do parlamentar, é o modo como a decisão foi tomada, sem consulta ou aviso prévio. “É uma ação que afeta diretamente a rotina



A queixa central dos servidores, ainda conforme relato do parlamentar, é o modo como a decisão foi tomada

de trabalho deles. Tomaram a decisão e já começaram a executar, sem apresentar alternativas, e sem garantir condições básicas”, resumiu.

Rimet Jules também revelou que árvores saudáveis

foram cortadas durante a intervenção, incluindo uma espécie de jenipapeiro, cuja preservação é prevista em lei. “Chegamos lá e já havia árvores sendo derrubadas. Árvores vivas, que não apresentavam risco à estrutura”, disse.

A reportagem procurou a Prefeitura de Anápolis para um posicionamento oficial sobre a demolição, o corte de árvores e as providências previstas, mas até o fechamento deste texto não houve resposta.

Reforma no calçadão do São Francisco entra no radar da Prefeitura

Prefeito promete correção de piso, instalação de bebedouros e reforço na iluminação para estimular prática esportiva; moradores cobram ação em outros pontos

EMILLY VIANA

O tradicional calçadão em frente ao Colégio São Francisco, em Anápolis, deverá passar por uma revitalização, segundo anunciou o prefeito Márcio Corrêa (PL) nas redes sociais. Em vídeo publicado na última semana, ele apareceu ao lado do secretário de Obras, Meio Ambiente e Serviços Urbanos, Thiago de Sá Lima, e prometeu melhorias na infraestrutura do local utilizado diariamente por praticantes de caminhada e corrida.

De acordo com o prefeito, o projeto contempla correções no piso, nova pintura, instalação de bebedouros e reforço na iluminação pública. A justificativa é atender com mais conforto e segurança os anapolinos que utilizam o espaço, sobretudo no pe-



De acordo com o prefeito, o projeto contempla correções no piso, nova pintura, instalação de bebedouros e reforço na iluminação

ríodo noturno. Corrêa afirmou ainda que determinou urgência na execução do plano.

“Vamos melhorar as condições dos pisos com correções e nova pintura, além de

investir na iluminação para garantir saúde, bem-estar e segurança para os anapolinos”, disse o prefeito na legenda da publicação.

Ele também mencionou ações semelhantes inicia-

das na Avenida Brasil Sul, onde a ciclovia começou a ser recuperada, e reforçou que parques e praças também receberão atenção da zeladoria municipal.

A promessa gerou reper-

cussão entre os moradores. Nos comentários da publicação, elogios e cobranças se misturaram. Uma internauta comemorou: “Que bacana! Nós precisamos muito para os treinos de madrugada.” Outro usuário pediu a revitalização completa da pista de caminhada da Brasil Sul, enquanto moradores de bairros mais afastados cobraram atenção à iluminação e à manutenção de áreas públicas.

“Você está olhando para o lado norte da cidade, onde há classe média. Aqui no lado sul não tem melhoria nenhuma. No Residencial Morumbi está tudo escuro, cheio de mato, e os pedidos de roçagem estão abertos há meses”, comentou uma moradora. “Olha para o Praia JK. Potencial para prática esportiva abandonado”, acrescentou outro internauta.



Pantanal Transmissão S.A.

CNPJ nº 18.726.961/0001-43
Demonstrações financeiras em 31 de dezembro 2024

Pantanal Transmissão S.A. - Leilão nº 002/2013 - Lote F - SE Campo Grande II

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO
EXERCÍCIO 2024

Goiânia-GO

Abril de 2025

Senhores Acionistas,

A Administração da Pantanal Transmissão S.A., em cumprimento às disposições legais e estatutárias submete à apreciação de V. Sas. o Relatório da Administração e suas correspondentes Demonstrações Financeiras, relativas ao exercício social findo em 31 de dezembro de 2024, acompanhadas do Parecer dos Auditores Independentes.

1. HISTÓRICO

A Pantanal Transmissão é uma companhia de capital fechado, constituída em 15 de agosto de 2013, oriunda do Consórcio Pantanal, que se sagrou vencedor no Leilão ANEEL nº 002/2013, no que tange ao Empreendimento denominado Lote F, tendo como objetivo principal a implantação e respectivas ampliações da Subestação Campo Grande II, com a instalação inicial de dois Autotransformadores Rebaixadores nas tensões 230/138/13,8kV, e posteriormente um terceiro, nas mesmas (230/138/13,8kV), para o atendimento dos consumidores do município de Campo Grande - MS, cujo suprimento é de responsabilidade da ENERGISA Distribuidora MS.

No dia 09 de outubro de 2013, a companhia assinou com a União, representada pela Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), o Contrato de Concessão nº 018/2013, contraindo a responsabilidade pela construção, operação e manutenção das Instalações de Transmissão pelo prazo de 30 (trinta) anos.

As instalações da Pantanal tiveram o início da operação integrada ao SIN - Sistema Interligado Nacional em 07/06/2016, e suas respectivas melhorias em 03/04/2018, com a emissão dos Termos de Liberação Definitiva (TLD) de números 186 e 187 pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico - ONS em 12 de abril de 2018.

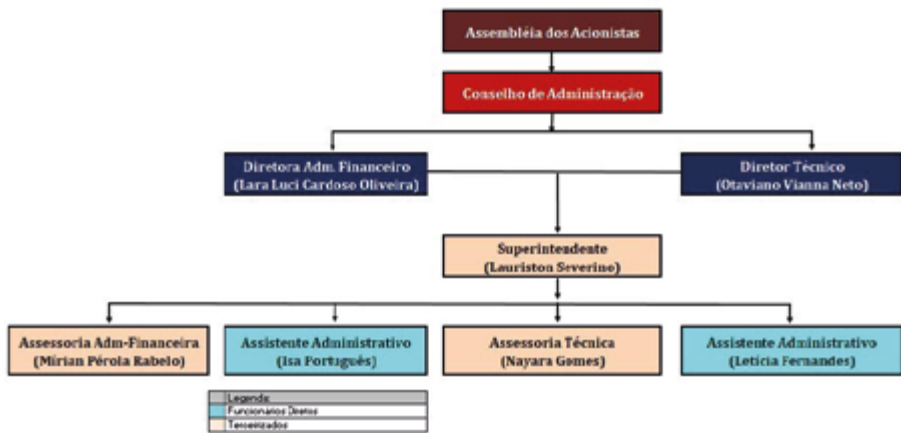
2. COMPOSIÇÃO ACIONÁRIA

A Pantanal Transmissão S.A. é uma sociedade de economia mista, e possui como acionistas a CELGPAR (49%), a CEL ENGENHARIA (30,60%) e CPLA ENERGIA LTDA (20,40%) conforme estrutura abaixo:



3. COMPOSIÇÃO ADMINISTRATIVA

A Pantanal Transmissão S.A. possui estrutura administrativa simplificada, conforme estrutura abaixo:



4. INTEGRALIZAÇÃO DE CAPITAL

A Pantanal Transmissão S.A. iniciou seu Capital Social no valor de R\$ 10.000,00 (dez mil reais) na data de sua constituição, em 14/10/2013, conforme Ato de Constituição.

Em vista dos aportes acionários que foram efetuados ao longo do empreendimento, a Companhia possui atualmente um Capital Integralizado no valor de R\$ 79.976.478,00 (setenta e nove milhões e novecentos e setenta e seis mil e quatrocentos e oito reais), conforme 25ª Ata de Assembleia Geral Extraordinária (AGE) datada de 29/11/2022.

5. INVESTIMENTOS

A Pantanal Transmissão S.A. realizou seus investimentos principais durante a fase de implantação do empreendimento e respectiva ampliação (3º Trafo), atualmente, a companhia já conta com reserva dos principais equipamentos sobressalentes.

Em 2023 foi emitido o Parecer de Acesso DTA-2023-PA-0149-R0, referente à solicitação de acesso da Energisa MS para fins de conexão de 01 (uma) entrada de linha - EL no barramento de 138 kV da SE Campo Grande 2 230/138 kV. A obra será realizada pela Pantanal Transmissão, com finalização prevista para outubro/2025. O investimento será ressarcido através da receita de CCT - Contrato de Compartilhamento de Instalações.

6. MEIO AMBIENTE

Após a conclusão dos serviços de ampliação das instalações do 3º Autotransformador e seus complementos, sendo cumpridas todas as exigências ambientais pela Pantanal Transmissão, em 02/04/2018 foi emitida pela Secretaria Municipal de Meio Ambiente e Desenvolvimento Urbano do Município de Campo Grande a Licença de Operação nº 03.213/2016 e renovada em 13/10/2020 passando a vigor a Licença de Operação nº 03.226/2020, válida até 13/10/2030.

7. AUDITORIA INDEPENDENTE

Nos termos da Instrução CVM nº 308/99 destacamos que a Companhia firmou contrato de auditoria externa com a Berkan Auditoria e Consultoria, no valor anual de R\$ 31.871,36 (trinta e um mil e oitocentos e setenta e um reais e trinta e seis centavos), para a prestação de serviços de auditoria de suas demonstrações contábeis, bem como para a revisão de informativos contábeis e em atendimento às exigências do Órgão Regulador, ANEEL, referentes ao exercício de 2024.

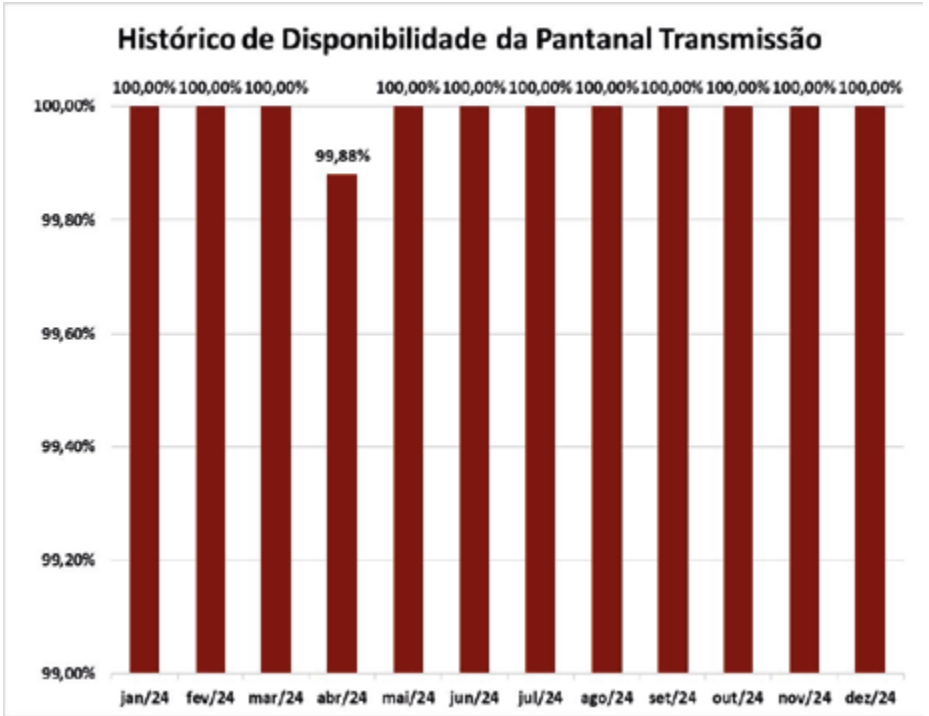
8. OPERAÇÃO E MANUTENÇÃO

Os serviços Operação e Manutenção da Pantanal Transmissão são realizados por uma equipe especializada da empresa CEL Engenharia Ltda, referentes às instalações da SE Campo Grande 2, em um valor de contrato mensal de R\$ 128.986,54 (cento e vinte e oito mil, novecentos e oitenta e seis reais e cinquenta e quatro centavos), reajustado anualmente pelo índice IPCA.

9. DESEMPENHO OPERACIONAL

Em suma, o gráfico abaixo sintetiza o histórico de disponibilidade de energia da Pantanal Transmissão para com o Sistema Interligado Nacional. Em 2024, ocorreram 4 (quatro) eventos geradores de Parcela Variável, sendo:

- Dia 20/04/2024, com duração de 13 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R\$ 6.138,24 proveniente de Desligamento Não Programado na Função de Transmissão MG CAMPO GRANDE2 / CCO-2013-018 - RB. A perturbação consistiu no desligamento automático da barra B1 do barramento de 230 kV tipo barra dupla a quatro chaves da subestação Campo Grande 2 provocado acidentalmente durante execução da intervenção SGI 17656-24. Houve atuação acidental da função de falha de disjuntor advinda do vão da futura linha de transmissão de 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2. que comandou o desligamento dos seguintes componentes ligados à barra.
- Dia 20/04/2024, com duração de 13 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R\$ 12.573,32 proveniente de Desligamento Não Programado na Função de Transmissão TR 230 / 138 kV CAMPO GRANDE2 3 MS. A perturbação consistiu no desligamento automático da barra B1 do barramento de 230 kV tipo barra dupla a quatro chaves da subestação Campo Grande 2 provocado acidentalmente durante execução da intervenção SGI 17656-24. Houve atuação acidental da função de falha de disjuntor advinda do vão da futura linha de transmissão de 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2.
- Dia 20/04/2024, com duração de 13 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R\$ 9.359,73 proveniente de Desligamento Não Programado na Função de Transmissão TR 230/138 kV CAMPO GRANDE2 TR1 MS. A perturbação consistiu no desligamento automático da barra B1 do barramento de 230 kV tipo barra dupla a quatro chaves da subestação Campo Grande 2 provocado acidentalmente durante execução da intervenção SGI 17656-24. Houve atuação acidental da função de falha de disjuntor advinda do vão da futura linha de transmissão de 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2.
- Dia 20/04/2024, com duração de 13 minutos, impactando em Parcela Variável por Indisponibilidade (PVI) de R\$ 9.359,73 proveniente de Desligamento Não Programado na Função de Transmissão TR 230/138 kV CAMPO GRANDE2 TR2 MS. A perturbação consistiu no desligamento automático da barra B1 do barramento de 230 kV tipo barra dupla a quatro chaves da subestação Campo Grande 2 provocado acidentalmente durante execução da intervenção SGI 17656-24. Houve atuação acidental da função de falha de disjuntor advinda do vão da futura linha de transmissão de 230 kV Campo Grande 2 - Paraíso 2.



10. DESEMPENHO ECONÔMICO-FINANCEIRO

Em linhas gerais, segue síntese dos principais números do empreendimento Pantanal Transmissão S.A. do exercício de 2024:

Dados Econômico-financeiros	
Receita Operacional Líquida (R\$ milhares)	11.868
Custo de Operação e Manutenção (R\$ milhares)	(1.704)
Lucro Bruto do Exercício (R\$ milhares)	10.164
Total das Despesas Gerais e Administrativas (R\$ milhares)	(976)
Resultado Financeiro Líquido (R\$ milhares)	(13)
IR e Contribuição Social (R\$ milhares)	(766)
Resultado do Exercício (R\$ milhares)	8.804
Ativo Total (R\$ milhares)	111.373
Passivo Total (R\$ milhares)	10.122
Patrimônio Líquido (R\$ milhares)	101.251

Abaixo, abertura da destinação do Lucro Líquido do exercício de 2024 conforme Lei nº 6.404 que dispõe sobre as Sociedades por Ações:

Lucro Líquido (R\$ milhares)	8.804
Constituição de Reserva Legal 5% (R\$ milhares) (*)	440
Dividendo Mínimo Obrigatório 25% (R\$ milhares)	2.091
Constituição de Reserva de Retenção de Lucro	6.273

(*) Art. 193 da Lei nº 6.404 - Do lucro líquido do exercício, 5% (cinco por cento) serão aplicados, antes de qualquer outra destinação, na constituição da reserva legal, que não excederá de 20% (vinte por cento) do capital social.

Dados Adicionais em 31/12/2024:

Capital Social (R\$ milhares)	79.976
Saldo de Reserva de Retenção de Lucro (R\$ milhares)	18.585
Saldo de Reserva Legal (R\$ milhares)	2.688

Atenciosamente,

Célio de Oliveira

Presidente do Conselho de Administração

Lara Lucí Cardoso de Oliveira

Diretor(a) administrativo financeiro(a)

Otaviano Vianna Neto

Diretor Técnico

Balanços Patrimoniais em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)								Demonstrações dos Resultados em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)			
Ativo	Nota	31.12.2024	31.12.2023	Passivo	Nota	31.12.2024	31.12.2023		Nota	31.12.2024	31.12.2023
Circulante				Circulante							
Caixa e equivalentes de caixa	4	1.282	784	Fornecedores		167	116	Receita líquida	11	11.868	10.740
Concessionárias e permissionárias	5	1.446	1.234	Obrigações tributárias		204	156	Custo de operação	12	(1.704)	(2.113)
Ativo contratual	6	9.474	9.165	Dividendos a pagar	10.c	2.091	1.739	Lucro bruto		10.164	8.627
Outros ativos	7	1.158	241	Obrigações sociais e trabalhistas		17	23	Remuneração do pessoal		(163)	(140)
		13.360	11.424	Outras contas a pagar		409	334	Remuneração dos administradores	8.b	(241)	(230)
						2.888	2.368	Serviços de terceiros		(476)	(417)
Ativo não circulante								Outras receitas e despesas operacionais		(96)	(76)
Ativo contratual	6	98.010	97.946	Passivo não circulante				Total das despesas administrativas		(976)	(863)
Imobilizado e intangível		3	4	Tributos diferidos	14.a	7.234	7.208	Receitas financeiras		29	36
		98.013	97.950			7.234	7.208	Despesas financeiras		(42)	(141)
				Patrimônio líquido				Resultado financeiro líquido	13	(13)	(105)
				Capital social	10.a	79.976	79.976	Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social		9.175	7.659
				Reservas de lucros	10.b	21.275	19.822	Imposto de renda e contribuição social corrente	14.c	(359)	(366)
						101.251	99.798	Imposto de renda e contribuição social diferido	14.c	(12)	29
						111.373	109.374	Lucro do exercício		8.804	7.322
Total do ativo		111.373	109.374	Total do passivo e patrimônio líquido		111.373	109.374				

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das Mutações do Patrimônio Líquido em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)					
	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros/ (prejuízos) acumulados	Total do patrimônio líquido
31 de dezembro de 2022	79.976	1.883	15.856	—	97.715
Distribuição de dividendos adicionais	—	—	(3.500)	—	(3.500)
Resultado do exercício	—	—	—	7.322	7.322
Destinação do resultado do exercício	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	366	—	(366)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	(1.739)	(1.739)
Reserva retenção de lucros	—	—	5.217	(5.217)	—
31 de dezembro de 2023	79.976	2.249	17.573	—	99.798
Distribuição de dividendos adicionais	—	—	(5.260)	—	(5.260)
Resultado do exercício	—	—	—	8.804	8.804
Destinação do resultado do exercício	—	—	—	—	—
Reserva legal	—	440	—	(440)	—
Dividendos mínimos obrigatórios	—	—	—	(2.091)	(2.091)
Reserva retenção de lucros	—	—	6.273	(6.273)	—
31 de dezembro de 2024	79.976	2.689	18.586	—	101.251
As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.					

1

Informações gerais

1.1

Contexto operacional

A Pantanal Transmissão S.A. ("Companhia") com sede em Goiânia no Estado de Goiás, foi constituída em 12 de agosto de 2013, sob a forma de sociedade anônima de capital fechado, criada pelo consórcio Pantanal, vencedor do Lote F do Leilão nº 02/2013 da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL).

Atuando no setor de transmissão de energia elétrica, a Companhia é responsável pela construção, pela operação e pela manutenção das Instalações de Transmissão localizadas no Estado de Mato Grosso do Sul.

1.2

Da concessão

Em 9 de outubro de 2013, foi assinado o Contrato de Concessão nº 018/2013, pelo prazo de 30 anos, com a União, por meio da ANEEL, para implantação, operação e manutenção, no Estado de Mato Grosso do Sul, das seguintes instalações de transmissão:

(a) Instalações de transmissão compostas pela Subestação Campo Grande II, em 230/138 kV, 2 X 150 mVA.

(b) Entradas de linha, interligações de barras, barramentos, instalações vinculadas e demais instalações necessárias às funções de medição, supervisão, proteção, telecomunicação, comando, controle, administração e apoio, todas no Estado do Mato Grosso do Sul.

(c) Implementação da Subestação (SE) Campo Grande II: um enlace de 230 kV, circuito duplo, entre o ponto de seccionamento da linha de transmissão 230 kV Imbirussu - Chapadão e a Subestação Campo Grande II, com extensão aproximada de 13 km, as duas entradas de linha correspondente na Subestação Campo Grande II; e aquisição de equipamentos necessários a modificação, substituições e adequações nas entradas de linhas das Subestações de Imbirussu e Chapadão.

A prestação do serviço público de transmissão ocorre mediante o pagamento da Receita Anual Permitida (RAP), auferida a partir da data de disponibilização para operação comercial das instalações de transmissão. Conforme a última Resolução Homologatória nº 3.343/2024, emitida pela ANEEL em 09 de julho de 2024, o valor anual definido para a RAP, no ciclo 2024-2025 foi de R\$ 12.703 (R\$ 12.270 no ciclo 2023/2024), incluindo os impostos reembolsáveis, passando a valer a partir de 1º de julho de 2024 até 30 de junho de 2025, afetando, portanto, o resultado da Companhia a partir do 3T24. O reajuste no novo ciclo representou um aumento de 2,91% na RAP anual. Essa receita será corrigida anualmente no mês de julho pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), nos termos da cláusula sexta do Contrato de Concessão. Além disso, a ANEEL procederá à revisão da RAP, durante o período da concessão, em intervalos periódicos de cinco anos, contados do primeiro mês de julho subsequente à data da assinatura do Contrato de Concessão. A Companhia reconhece os impactos do reajuste tarifário quando os mesmos são homologados pela Resolução emitida pelo poder concedente.

A Transmissora deverá executar reforços e melhorias nas instalações de transmissão da rede básica objeto desse contrato, nos termos da Resolução Normativa nº 905/2020, auferindo as correspondentes receitas, tendo em vista a adequada prestação do serviço público de transmissão de que é titular.

Os montantes faturados pela Companhia estão sujeitos aos seguintes encargos regulatórios:

Taxa de Fiscalização de Serviços de Energia Elétrica (TFSEE) - Taxa de fiscalização incidente sobre a transmissão de energia elétrica, devida mensalmente, sendo seu valor fixado pelos despachos emitidos no início de cada ano pela ANEEL e proporcionais ao porte do serviço concedido, considerando o valor econômico agregado pelo concessionário. O despacho 2.131/2024 publicado pela ANEEL em 23 de julho de 2024 definiu contribuição total no valor de R\$ 47.561,83, vigente de julho/2024 a junho/2025, o referido valor deve ser dividido em duodécimos e recolhido no mês subsequente a sua competência.

Pesquisa e Desenvolvimento do setor elétrico (P&D) - Investimento aplicado em pesquisa e desenvolvimento do setor elétrico com o percentual equivalente a, no mínimo, 1% da receita operacional líquida.

Conta de Desenvolvimento Energético (CDE) - Conforme estabelecido no Despacho ANEEL 904/21, a transmissora não precisará efetuar o recolhimento à CDE dos valores referentes aos saldos não comprometidos com os Passivos dos programas de P&D e PEE, na data base de 31 de agosto de 2020. Porém, precisará se adequar para cumprir os procedimentos de recolhimento de seus respectivos percentuais aplicáveis entre 1º de setembro de 2020 e 31 de dezembro de 2025 sob as obrigações devidas aos programas de P&D, que serão recolhidas à CDE, sendo seu percentual estipulado em 17,72%.

2

Base de preparação

2.1

Declaração de conformidade (em relação às normas do CPC)

As Demonstrações Financeiras foram preparadas em conformidade às normas internacionais de contabilidade *International Financial Reporting Standards* - IFRS, emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB, e as práticas contábeis adotadas no Brasil.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pela Comissão de Valores Mobiliários - CVM.

A Companhia também se utiliza das orientações contidas no Manual de Contabilidade do Setor Elétrico Brasileiro e das normas definidas pela Agência Nacional de Energia Elétrica ("ANEEL"), quando estas não são conflitantes com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas, e correspondem àquelas utilizadas pela Administração na sua gestão.

2.2

Data de aprovação das demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para emissão pela Diretoria em 18 de fevereiro de 2025.

2.3

Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto quando indicado de outra forma.

2.4

Moeda funcional e moeda de apresentação

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todas as informações financeiras apresentadas em milhares de Reais foram arredondadas para o valor mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

2.5

Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras, a Administração utilizou estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia e os valores reportados dos ativos, dos passivos, das receitas e das despesas. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. As estimativas e as premissas são revisadas de forma contínua. As revisões das estimativas são reconhecidas prospectivamente.

A seguir, são apresentados os julgamentos e as estimativas principais efetuadas pela Administração durante o processo de aplicação das políticas contábeis da Companhia e que mais afetam significativamente os valores reconhecidos nas informações financeiras:

(i)

Reconhecimento do ativo de contrato

A Administração da Companhia avalia o momento de reconhecimento dos ativos das concessões com base nas características econômicas de cada contrato de concessão. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto. O ativo contratual é registrado em contrapartida a receita de infraestrutura, que é reconhecida conforme os gastos incorridos.

(ii)

Determinação da taxa efetiva de desconto do ativo de contrato

A taxa aplicada ao ativo contratual é uma taxa de desconto que melhor representa a estimativa da Companhia para a remuneração financeira dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa para precificar o componente financeiro do ativo contratual é estabelecida na data do início de cada contrato de concessão.

(iii)

Margem de construção

A margem de construção foi calculada de acordo com um fluxo projetado, no qual considerou-se desembolsos com a saída de recursos para construção utilizando o CAPEX da concessão e estimou-se a amortização de acordo com as premissas de O&M definidas.

(iv)

Determinação das receitas de infraestrutura

Quando a concessionária presta serviços de implementação da infraestrutura, é reconhecida a receita de infraestrutura pelo valor justo e os respectivos custos relativos aos serviços de implementação da infraestrutura prestados levando em consideração que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos.

(v)

Determinação das receitas de operação e manutenção

A receita de operação e manutenção é calculada levando em consideração a estrutura de custos previstas no contrato de concessão para estas obrigações de desempenho, acrescidos de margem que reflete a proporção do custo sobre a receita estimada.

3

Principais práticas contábeis

A Companhia aplicou as políticas contábeis descritas abaixo de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras:

a. Receita operacional

Os concessionários devem registrar e mensurar a receita dos serviços que prestam obedecendo aos pronunciamentos técnicos CPC 47 - Receita de Contrato com Cliente, mesmo quando prestados sob um único contrato de concessão. As receitas são reconhecidas quando ou conforme a entidade satisfaz as obrigações de performance assumidas no contrato com o cliente, e somente quando houver um contrato aprovado; for possível identificar os direitos; houver substância comercial e for provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito. As receitas da Companhia são classificadas nos seguintes grupos:

Receita de infraestrutura: Refere-se aos serviços de implementação da infraestrutura, ampliação, reforço e melhorias das instalações de transmissão de energia elétrica. As receitas de infraestrutura são reconhecidas conforme os gastos incorridos e calculadas acrescendo-se as alíquotas de PIS e COFINS ao valor do investimento, uma vez que os projetos embutem margem suficiente para cobrir os custos de implementação da infraestrutura e encargos, considerando que boa parte de suas instalações é implementada através de contratos terceirizados com partes não relacionadas. As variações positivas ou negativas em relação à margem estimada são alocadas no resultado quando incorrido.

Toda a margem de construção é recebida durante a obra e variações positivas ou negativas são alocadas imediatamente ao resultado, no momento que incorridas. Para estimativa referente a Receita de Construção, a Companhia utilizou um modelo que apura o custo de financiar o cliente (no caso, Poder Concedente). A taxa definida para o valor presente líquido da margem de construção (e de operação) é definida no momento inicial do projeto e não sofre alterações posteriores, sendo apurada de acordo com o risco de crédito do cliente e prazo de financiamento.

Receita de remuneração ativo de concessão: Refere-se aos juros reconhecidos pelo método linear com base na taxa que melhor representa a remuneração dos investimentos da infraestrutura de transmissão, por considerar os riscos e prêmios específicos do negócio. A taxa busca precificar o componente financeiro do ativo contratual, determinada na data de início de cada contrato de concessão. A taxa de retorno incide sobre o montante a receber do fluxo futuro de recebimento de caixa.

Receita de operação e manutenção: Refere-se aos serviços de operação e manutenção das instalações de transmissão de energia elétrica, que tem início após o término da fase de construção e visa a não interrupção da disponibilidade dessas instalações.

b. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros somente são reconhecidos a partir da data em que a Companhia se torna parte das disposições contratuais dos instrumentos financeiros. Quando reconhecidos, são inicialmente registrados ao seu valor justo, acrescido dos custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à sua aquisição ou à sua emissão. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui nenhum tipo de instrumento financeiro derivativo.

A classificação depende da finalidade dos ativos e dos passivos financeiros e é determinada na data do reconhecimento inicial. Todas as aquisições ou alienações normais de ativos e passivos financeiros são reconhecidas ou baixadas com base na data de negociação.

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(i) Ativos financeiros

Os ativos financeiros são classificados nas seguintes categorias específicas: custo amortizado, valor justo por meio de outros resultados abrangentes e valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou instrumentos financeiros classificados como custo amortizado e valor justo por meio do resultado.

Custo amortizado

São incluídos nessa classificação os ativos financeiros não derivativos com recebimentos fixos ou determináveis, que não são cotados em um mercado ativo. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data do balanço, os quais são classificados como ativo não circulante.

Esses ativos são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e o *impairment* são reconhecidos no resultado. Qualquer ganho ou perda no desconhecimento é reconhecido no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreendiam as seguintes contas: "Caixa e equivalentes de caixa" e "Concessionárias e permissionárias".

Valor justo por meio do resultado

Os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado compreendem ativos financeiros mantidos para negociação, ativos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado ou ativos financeiros a serem obrigatoriamente mensurados ao valor justo.

Demonstrações dos Resultados Abrangentes em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

31.12.2024

31.12.2023

Lucro líquido do exercício

8.804

7.322

Outros resultados abrangentes

—

—

Resultado abrangente do exercício

8.804

7.322

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações dos Fluxos de Caixa em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

31.12.2024

31.12.2023*

Fluxo de caixa de atividades operacionais

Lucro líquido do exercício

8.804

7.322

Ajustes em:

Tributos diferidos

26

(64)

Remuneração do ativo contratual

(9.310)

(9.348)

Ganho/perdas do ativo contratual

(239)

1.445

Depreciação

1

1

Juros P&D

35

33

Encargos de dívida

—

58

Variação nos ativos e passivos operacionais:

Ativo contratual

9.176

8.846

Concessionárias e permissionárias

(212)

21

Outros créditos

(916)

(83)

Fornecedores

51

6

Impostos correntes a pagar

376

352

Obrigações sociais e trabalhistas

(6)

11

Outras contas a pagar

40

39

Imposto de renda e contribuição social pagos

(328)

(368)

Caixa líquido proveniente das atividades operacionais

7.498

8.271

Fluxo de caixa das atividades de financiamento

Pagamento de principal de empréstimos e financiamentos

—

(1.389)

Pagamento de juros de empréstimos e financiamentos

—

(74)

Dividendos Pagos

10.c (7.000)

(7.204)

Caixa líquido aplicado nas atividades de financiamento

(7.000)

(8.667)

Aumento de caixa e equivalentes de caixa

(498)

(396)

Saldo inicial de caixa e equivalentes de caixa

4

784

Saldo final de caixa e equivalentes de caixa

4

1.282

Aumento de caixa e equivalentes de caixa

(498)

(396)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

* Houve reclassificação para melhor evidênciação dos saldos, as variações foram consideradas imateriais de forma que não foram efetuadas reapresentações desta demonstração financeira.

Demonstrações do Valor Adicionado em 31 de dezembro de 2024 e 2023 (Em milhares de Reais)

31.12.2024

31.12.2023

Geração de Riqueza

Receitas

Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato

9.549

7.903

Receitas relativas à operação e manutenção

2.936

3.409

Insumos adquiridos de terceiros

Materiais, energia, serviços de terceiros e outros

(2.215)

(2.547)

Valor adicionado bruto

10.270

8.765

Depreciação e amortização

(1)

(1)

Valor adicionado líquido produzido pela Companhia

10.269

8.764

Valor adicionado recebido em transferência

Receitas financeiras

29

36

Valor adicionado total a distribuir

10.298

8.800

Distribuição do valor adicionado

Pessoal

(344)

(317)

Remuneração direta

(268)

(248)

FGTS

(5)

(4)

Benefícios

(7)

(65)

Impostos, taxas e contribuições

(1.057)

(983)

Tributos federais

(885)

(804)

Tributos estaduais

(5)

(14)

Encargos setoriais

(161)

(159)

Outras taxas e contribuições

(6)

(6)

Remuneração de capitais de terceiros

(93)

(178)

Encargos de dívida e variação monetária

(35)

(58)

Aluguéis

(51)

(37)

Outras

(7)

(83)

Remuneração de capitais próprios

(8.804)

(7.322)

Dividendos mínimos obrigatórios

(2.091)

(1.739)

Lucros retidos

(6.713)

(5.583)

Valor adicionado distribuído

(10.298)

(8.800)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Ativos financeiros com fluxos de caixa que não sejam exclusivamente pagamentos do principal e juros são classificados e mensurados ao valor justo por meio do resultado. As variações líquidas do valor justo são reconhecidas no resultado.

Em 31 de dezembro de 2024, os ativos financeiros da Companhia, classificados nesta categoria, compreende a conta: "Aplicações financeiras".

(ii) Passivos financeiros

Os passivos financeiros, incluindo financiamentos, são inicialmente mensurados pelo valor justo, líquidos dos custos da transação. Posteriormente, são mensurados pelo valor de custo amortizado utilizando o método de juros efetivos, e a despesa financeira é reconhecida com base na remuneração efetiva.

O método de juros efetivos é utilizado para calcular o custo amortizado de um passivo financeiro e alocar sua despesa de juros pelo respectivo período. A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente os fluxos de caixa futuros estimados ao longo da vida estimada do passivo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor para o reconhecimento inicial do valor contábil líquido.

Em 31 de dezembro de 2024, passivos financeiros da Companhia classificados como custo amortizado compreende a conta de "Fornecedores".

(iii) Caixa e equivalentes de caixa

Compreendem os valores mantidos em caixa, bancos e aplicações financeiras de curto prazo, com liquidez imediata, que são prontamente conversíveis em montante conhecido de caixa e que estão sujeitas a um risco insignificante de mudança de valor.

(iv) Concessionárias e permissionárias

Correspondem aos recebíveis do contrato de concessão de serviços, compreendendo os valores decorrentes de Instalações de Transmissão de Rede Básica (RBL), Rede Básica de Fronteira (RF) e Demais Instalações de Transmissão (DIT) Exclusivo.

(v) Ativo contratual

A concessão da Companhia foi classificada dentro do modelo de ativo contratual, a partir de 1º de janeiro de 2018, conforme adoção do CPC 47 - Receita de Contrato com Clientes. O ativo contratual se origina na medida em que a concessionária satisfaz a obrigação de construir e implementar a infraestrutura de transmissão, sendo a receita reconhecida ao longo do tempo do projeto, porém o recebimento do fluxo de caixa está condicionado à satisfação da obrigação de desempenho de operação e manutenção. Mensalmente, à medida que a Companhia opera e mantém a infraestrutura, a parcela do ativo contratual equivalente à contraprestação daquele mês pela satisfação da obrigação de desempenho de construir torna-se um ativo financeiro, pois nada mais além da passagem do tempo será requerida para que o referido montante seja recebido. Os benefícios deste ativo são os fluxos de caixa futuros.

O valor do ativo contratual das concessionárias de transmissão de energia é formado por meio do valor presente dos seus fluxos de caixa futuros. O fluxo de caixa futuro é estimado no início da concessão (a partir da Receita Anual Permitida - RAP), ou na sua prorrogação, e as premissas de sua mensuração são revisadas na Revisão Tarifária Periódica (RTP).

A Receita Anual Permitida (RAP), é a contraprestação que as concessionárias recebem pela prestação do serviço público de transmissão aos usuários. Estes recebimentos amortizam os investimentos nessa infraestrutura de transmissão. Outros investimentos feitos com o objetivo de garantir a continuidade e atualidade do serviço, que não tenham sido amortizados (bens reversíveis) até o término da concessão, podem refletir no direito de indenização pelo Poder Concedente.

(vi) Impostos e contribuições

A tributação sobre o lucro compreende o imposto de renda e a contribuição social, adotando a sistemática de lucro presumido. A despesa do imposto de renda e da contribuição social corrente é calculada de acordo com a legislação tributária vigente. O imposto de renda é computado a uma alíquota de 15%, acrescentada do adicional de 10% sobre o lucro presumido a uma alíquota de 8%. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9% sobre o lucro antes do imposto de renda presumido a uma alíquota de 12%.

Quando aplicável, os impostos sobre a renda e a contribuição social diferidos ("impostos diferidos") são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos reconhecidos nas demonstrações financeiras e as bases fiscais correspondentes usadas na apuração do lucro tributável.

(vii) Redução ao valor recuperável de ativos

A cada período de reporte, a Companhia revisa o valor contábil de seus ativos para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver. O montante recuperável é o maior valor entre o valor justo menos os custos na venda ou o valor em uso.

A Companhia não identificou perdas por redução ao valor recuperável de ativos a ser reconhecidas nos exercícios apresentados.

(viii) Provisões

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável. O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação no final de cada período de relatório, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

3.1 Normas e interpretações novas e revisadas

Novas normas e revisões aplicadas a partir de 01.01.2024

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2024.

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao CPC 26 - IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes e Passivo Não Circulante com Covenants	01/01/2024
Revisão do CPC 09 (R1)	Critérios de apresentação da Demonstração do Valor Adicionado.	01/01/2024

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados da Companhia ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras.

Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
IFRS 18	A IFRS 18 substituirá o CPC 26 - IAS 1 - Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras.	01/01/2027
IFRS 19	Divulgação reduzida em subsidiárias sem obrigação pública.	01/01/2027

Atualmente, a Administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	31/12/2024	31/12/2023
Aplicações financeiras liquidez imediata	1.282	784
	<u>1.282</u>	<u>784</u>

As aplicações financeiras de liquidez imediata são prontamente conversíveis em um montante conhecido de caixa e estão sujeitas a um insignificante risco de mudança de valor. Essas aplicações financeiras referem-se a Certificados de Depósito Bancário (CDBs) e podem ser remuneradas mensalmente até 100% do CDI.

5 Concessionárias e permissionárias

	31/12/2024	31/12/2023
Encargos de uso da Rede Elétrica - Rede Básica (i)	1.186	987
Encargos de uso da Rede Elétrica - Contrato CCT	248	239
Câmara de Comercialização de Energia Elétrica	12	8
	<u>1.446</u>	<u>1.234</u>

(i) Corresponde à parcela da Receita Anual Permitida - RAP faturada mensalmente conforme determinação da ONS - Operador Nacional do Sistema;

Nenhuma provisão para créditos de liquidação duvidosa foi constituída, em decorrência da não apresentação de histórico de perdas e/ou expectativas de perdas no contas a receber.

6 Ativo contratual

Os fluxos de caixa vinculados à fase de construção da infraestrutura da concessão, cujo direito à contraprestação está condicionado à satisfação de obrigações de desempenho vinculada à fase de operação, são classificados como Ativos de Contrato e apresentam a seguinte composição:

	31/12/2024	31/12/2023
Circulante	9.474	9.165
Não circulante	98.010	97.946
	<u>107.484</u>	<u>107.111</u>

Esses ativos apresentaram a seguinte movimentação nos exercícios:

	31/12/2024	31/12/2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022		108.054
Atualização monetária	9.348	
Amortização do ativo contratual	(8.846)	
Ganhos/Perdas em função da RTA	(1.445)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023		107.111
Atualização monetária	9.310	
Amortização do ativo contratual	(9.176)	
Ganhos/Perdas em função da RTA (i)	239	
Saldo em 31 de dezembro de 2024		107.484

(i) Quando são homologados os novos valores de receita (REH nº 3.343), a Companhia aplica sobre as parcelas remanescentes a diferença entre a inflação inicial e a nova projeção, para o qual foi aprovado para o ciclo 2024/25, o efeito inflacionário de 2,91% (Nota 1.2). Os montantes são reconhecidos e mensurados através de fluxos financeiros de longo prazo projetados dentro das melhores estimativas e trazidos a valor presente.

Em conformidade com o Contrato de Conexão, a Companhia irá executar a implantação de um novo módulo de entrada de linha de 138 kV, com arranjo barra dupla quatro chaves (BD4), para interligação ao sistema da Linha de Distribuição 138 kV Campo Grande 2 - Campo Grande Parque, operada pela Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S.A.

O projeto devera ser concluído até 31/12/2025, conforme autorizado pela Nota Técnica nº 1086/2024 - SCE/ANEEL, emitida em 16 de outubro de 2024.

A estimativa de investimentos para a execução desta obra, com data-base de agosto de 2024, é de R\$ 9 milhões.

7 Outros ativos

	31/12/2024	31/12/2023
Adiantamentos a fornecedores (i)	838	5
Serviço Próprio	234	163
Seguro de Riscos Operacionais	86	71
Outros	—	2
	<u>1.158</u>	<u>241</u>

(i) Adiantamentos para construção do Reforço da Subestação Campo Grande II, que nos foi outorgado pelo terceiro aditivo ao Contrato de Conexão ao Sistema de Transmissão - CCT nº 033/2015.

8 Transações com partes relacionadas

A Administração identificou como partes relacionadas suas Acionistas, outras companhias ligadas aos mesmos acionistas, seus administradores, seus conselheiros e os demais membros do pessoal-chave da Administração e seus familiares, conforme definições contidas no Pronunciamento CPC 05 (R1) - Divulgações de Partes Relacionadas. A principal transação com partes relacionadas e seus efeitos estão descritos a seguir:

a. Contrato de Prestação de Serviços de Operação e Manutenção

Com o quarto aditivo contratual, assinado em 14 de fevereiro de 2023, o contrato com a acionista Cel Engenharia Ltda. teve seu prazo estendido em 60 (sessenta) meses, iniciando em 1º de fevereiro de 2023 e com término previsto para 1º de fevereiro de 2028. A contratante pagará inicialmente à contratada a importância mensal de R\$ 119, ajustada pelo IPCA a cada 12 meses. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, o serviço de operação e manutenção (O&M) totalizou R\$ 1.533 (R\$ 1.412 em 31 de dezembro de 2023).

b. Remuneração dos administradores

A remuneração dos administradores foi aprovada em AGOE no dia 30 de abril de 2024. No exercício findo em 31 de dezembro de 2024, a remuneração dos administradores e respectivos encargos, totalizou R\$ 241 (R\$ 230 em 31 de dezembro de 2023) e foi registrada como despesa administrativa.

9 Provisão para Contingências

Em 31 de dezembro de 2024 e em 31 de dezembro de 2023, não foi constituída provisão devido à inexistência de discussões em andamento que tenham sido avaliadas pela Administração, com suporte de seus assessores jurídicos, como de risco provável de perda ou de perda possível que requeresse divulgação.

10 Patrimônio líquido

a. Capital social

Em 31 de dezembro de 2024 e 31 de dezembro de 2023, o capital social autorizado, subscrito e integralizado é de R\$ 79.976, que é representado por 79.976.478 ações ordinárias sem valor nominal.

Acionistas	Quantidade de ações ordinárias	% do capital	Valor
Companhia Celg De Participações - Celgpar	39.188.474	49	39.188
Cel Engenharia Ltda.	24.472.802	31	24.473
CPLA Energia Ltda.	16.315.202	20	16.315
Total	<u>79.976.478</u>	<u>100</u>	<u>79.976</u>

b. Reserva de lucros

A reserva de lucros está composta por reserva legal e reserva de retenção de lucros. A reserva legal é constituída com base em 5% do lucro do exercício e limitada a 20% do capital social, conforme legislação societária e definido no estatuto social da Companhia, o saldo em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 2.689 e em 31 de dezembro de 2023 é de R\$ 2.249.

A reserva de retenção de lucros é deliberada anualmente em Assembleia Geral Ordinária (AGO) e foi constituída em conformidade com o artigo 196 da Lei nº 6.404/76. O saldo da rubrica em 31 de dezembro de 2024 é de R\$ 18.586 (R\$ 17.573 em 31 de dezembro de 2023).

c. Dividendos

Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações da Assembleia Geral e fará jus a um dividendo mínimo obrigatório de 25% (vinte e cinco por cento) do lucro ajustado nos termos da Lei nº 6.404/76.

	31/12/2024	31/12/2023
Lucro líquido do exercício	8.804	7.322
Reserva legal (5%)	(440)	(366)
Lucro líquido ajustado	8.364	6.956
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	2.091	1.739
Saldo de dividendos a distribuir	2.091	1.739
Deliberação de dividendos	—	5.261
Dividendos pagos	—	(7.000)
Dividendos a pagar	—	—

	31/12/2024	31/12/2023
11 Receita operacional líquida	11.868	10.740
Receitas relativas à remuneração do ativo de contrato	9.549	7.903
Receitas relativas à operação e manutenção (*)	2.936	3.409
Receita operacional bruta	12.485	11.312
(-) PIS e COFINS corrente e diferido	(456)	(413)
(-) Encargos regulatórios (*)	(161)	(159)
Receita operacional líquida	11.868	10.740

1 A variação no período comparativo é referente a parcela de ajuste apurada pela ANEEL para o ciclo 2024-2025 conforme REH 3.343-2024.

2 Encargos setoriais definidos pela ANEEL e previstos em lei, destinados a incentivos com P&D, TSFEE e Conta de Desenvolvimento Energético.

12 Custos de operação

Representa, essencialmente, os serviços de operação e manutenção da linha de transmissão, bem como os gastos com serviços auxiliares de engenharia.

	31/12/2024	31/12/2023
Serviços de Terceiros (*)	(2.417)	(2.179)
Material de manutenção	(19)	(152)
Seguros	(133)	(113)
Outros	(8)	(22)
Recuperação de despesas (*)	873	353
Total Custo de Operação	(1.704)	(2.113)

1 Contemplam serviços de O&M, Engenharia, Meio Ambiente, Vigilância, Consultoria e Assessoria, entre outros.

2 Ressarcimento de custos e recebimento de taxas de conservação referente aos contratos de compartilhamento de instalações com outras concessionárias. Em 2024 houve o recebimento do reembolso de gastos com análise de projetos e acompanhamento de comissionamento de acordo com o cronograma de implantação das instalações da acessante.

13 Resultado financeiro líquido

	31/12/2024	31/12/2023
Receitas financeiras	29	36
Rendimentos sobre aplicações financeiras	29	36
	<u>29</u>	<u>36</u>

Despesas financeiras		
Juros sobre empréstimos e financiamentos	—	(58)
Atualizações monetárias	(35)	(34)
Outras despesas financeiras	(7)	(49)
	<u>(42)</u>	<u>(141)</u>
Resultado financeiro líquido	(13)	(105)

14 Impostos e contribuições

a. Tributos diferidos

Os tributos diferidos passivos, cuja base de cálculo é presumida em 8% para imposto de renda e 12% para contribuição social, foram constituídos sobre o saldo do ativo contratual da Companhia, e as variações dos tributos diferidos passivos são as seguintes:

	31/12/2024				
	Base de cálculo	Impostos diferidos	Baixas diferidos	Efeito Resultado	Total Passivo 31/12/2023
Natureza dos créditos	cálculo	diferidos	diferidos	Resultado	Passivo 31/12/2023
PIS diferido	107.484	62	(60)	2	698
COFINS diferido	107.484	287	(275)	12	3.225
IRPJ diferido	107.484	191	(183)	8	2.150
CSLL diferido	107.484	103	(99)	4	1.161
Total		<u>643</u>	<u>(617)</u>	<u>26</u>	<u>7.234</u>
					<u>7.208</u>

	31/12/2023				
	Base de cálculo	Impostos diferidos	Baixas diferidos	Total Resultado	Total Passivo 31/12/2022
Natureza dos créditos	cálculo	diferidos	diferidos	Resultado	Passivo 31/12/2022
PIS diferido	107.111	52	(58)	(6)	696
COFINS diferido	107.111	236	(265)	(29)	3.213
IRPJ diferido	107.111	158	(177)	(19)	2.142
CSLL diferido	107.111	86	(96)	(10)	1.157
Total		<u>532</u>	<u>(596)</u>	<u>(64)</u>	<u>7.208</u>
					<u>7.272</u>

b. PIS e COFINS - Deduções da receita

	31/12/2024	31/12/2023
Receita Anual Permitida (RAP)¹	12.112	12.255
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Valores de PIS e COFINS	(442)	(447)
Imposto corrente no resultado	(442)	(447)
Receita de remuneração e perdas por efeitos da RTA/RTF	9.549	7.903
Alíquota de PIS e COFINS	3,65%	3,65%
Imposto diferido no resultado	(349)	(289)
Baixa de PIS e COFINS diferidos	335	323
PIS e COFINS diferido	(14)	34
PIS e COFINS dedução da receita	(456)	(413)

¹ O valor global da Receita Anual Permitida (RAP) é composta por Receita de Transmissão de Rede Básica, Câmara de Comercialização de Energia Elétrica e Receitas com Contrato de Compartilhamento de instalações.

c. Imposto de renda e contribuição social

	31/12/2024		31/12/2023	
	IRPJ	CSLL	IRPJ	CSLL
Receita Anual Permitida (RAP)	12.112	12.112	12.255	12.255
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
(-) Lucro presumido	969	1.453	980	1.471
Receitas financeiras	29	29	36	36
	<u>998</u>	<u>1.482</u>		

Base de cálculo			1.016	1.507
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	15%	9%	15%	9%
Valores do IRPJ e da CSLL	(150)	(133)	(152)	(136)
Adicional de 10% - IRPJ	(76)	—	(78)	—
Imposto corrente no resultado	(226)	(133)	(230)	(136)
Recéita de remuneração e ganhos por efeitos da RTA/RTF	9.549	9.549	7.903	7.903
Percentual de presunção	8%	12%	8%	12%
Base presumida	763	1.146	632	948
Alíquota do imposto de renda e da contribuição social	25%	9%	25%	9%
IRPJ/CSLL diferidos	(191)	(103)	(158)	(86)
Baixa de IRPJ/CSLL diferidos	183	99	177	96
Imposto diferido no resultado	(8)	(4)	19	10
Total IRPJ/CSLL no resultado	(234)	(137)	(211)	(126)

15 Instrumentos financeiros

A Companhia contrata operações envolvendo instrumentos financeiros, que se destinam a atender às necessidades operacionais e financeiras.

Níveis de hierarquia dos instrumentos financeiros

A mensuração dos instrumentos financeiros está agrupada em níveis de 1 a 3, com base no grau em que seu valor justo é cotado:

Nível 1 - preços negociados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;

Nível 2 - preços diferentes dos negociados em mercados ativos incluídos no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente; e

Nível 3 - para o ativo ou passivo que são baseados em variáveis não observáveis no mercado. São geralmente obtidas internamente ou em outras fontes não consideradas de mercado.

A metodologia aplicada na segregação por níveis para o valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia, classificados como valor justo por meio do resultado, foi baseada em uma análise individual buscando no mercado operações similares às contratadas e observadas. Os critérios para comparabilidade foram estruturados levando em consideração prazos, valores, carência, indexadores e mercados atuantes. Quanto mais simples e fácil o acesso à informação comparativa mais ativo é o mercado, quanto mais restrita a informação, mais restrito é o mercado para mensuração do instrumento.

a. Classificação dos instrumentos financeiros

	Valor Justo		Valor Contábil	
Níveis	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Ativos financeiros				
Custo amortizado				
Concessionárias e permissionárias	1.446	1.234	1.446	1.234
	<u>1.446</u>	<u>1.234</u>	<u>1.446</u>	<u>1.234</u>
Valor justo por meio do resultado				
Aplicações financeiras	1	1.282	784	1.282
		<u>1.282</u>	<u>784</u>	<u>1.282</u>
Passivos financeiros				
Custo amortizado				
Fornecedores	167	116	167	116
	<u>167</u>	<u>116</u>	<u>167</u>	<u>116</u>

b. Gerenciamento dos riscos financeiros

A Companhia está exposta aos seguintes riscos resultantes de instrumentos financeiros:

(i) Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas financeiras caso o cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro falhe em cumprir com suas obrigações contratuais.

Em relação ao contas a receber (concessionária e permissionária), a Companhia possui o direito contratual de receber um ativo financeiro e historicamente a Companhia não possui títulos vencidos relevantes. Além disso, os usuários do sistema de transmissão são obrigados a fornecer garantias financeiras administradas pelo Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS).

(ii) Risco de liquidez

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia irá encontrar dificuldades em cumprir as obrigações associadas com seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos em caixa ou com outro ativo financeiro. A abordagem na administração do risco de liquidez é o acompanhamento do fluxo de caixa e a requisição de aportes dos acionistas, quando identificada a necessidade.

(iii) Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado — tais como as taxas de câmbio, as taxas de juros e os preços de ações — irão afetar os ganhos da Companhia. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e, ao mesmo tempo, otimizar o retorno.

Riscos relacionados às aplicações financeiras: a Companhia adota política conservadora de aplicação dos recursos e a maior parte destes é alocada em Certificados de Depósitos Bancários. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia não possui aplicações de caráter especulativo tampouco outros ativos de risco.

Riscos relacionados à taxa de juros: na Companhia, o principal fator de risco é a possibilidade de ocorrerem perdas por conta de flutuações nas taxas de juros (CDI).

(iv) Riscos regulatórios

As atividades da Companhia são regulamentadas e fiscalizadas por agências reguladoras (ANEEL) e demais órgãos relacionados ao setor (MME, ONS, etc.). A Companhia tem o compromisso de estar em conformidade com todos os regulamentos expedidos, sendo assim, qualquer alteração no ambiente regulatório poderá exercer impacto sobre suas atividades.

A mitigação dos riscos regulatórios é realizada por meio do monitoramento dos cenários que envolvem o negócio. Adicionalmente, a Companhia atua na discussão dos temas de seu interesse disponibilizando estudos, teses e experiências aos públicos formadores de opinião.

(v) Riscos ambientais

As atividades da Companhia podem causar significativos impactos negativos e danos ao meio ambiente. A legislação impõe àquele que direta ou indiretamente causar degradação ambiental o dever de reparar ou indenizar os danos causados ao meio ambiente e a terceiros afetados. Os custos de recuperação do meio ambiente e indenizações ambientais podem obrigar a Companhia a



AgroGalaxy Participações S.A.
Em Recuperação Judicial
CNPJ/MF nº 21.240.146/0001-84

AGROGALAXY

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS 2024

Resultados Anual 2024

São Paulo, 22 de abril de 2025 - AgroGalaxy Participações S.A. - Em Recuperação Judicial ("AgroGalaxy" ou "Companhia") (B3: AGXY3) divulga seus resultados do exercício findo em 31 de dezembro de 2024. Os comentários aqui incluídos referem-se aos resultados consolidados que foram preparados de acordo com as normas emitidas pela Comissão de Valores Mobiliários (CVM) e os pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e estão em conformidade com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB). As informações financeiras, exceto onde indicado em contrário, são apresentadas em milhares de reais, e as comparações são relativas ao ano de 2023. Os somatórios podem divergir devido a arredondamentos.

Mensagem do Presidente

O ano de 2024 marcou um capítulo importante na trajetória do AgroGalaxy. Recentemente, a Companhia anunciou a aprovação do seu plano de Recuperação Judicial obtida com o apoio expressivo de mais de 80% dos credores. Esse resultado, fruto de um processo rigoroso e desafiador, realinha seu compromisso com a transparência e a retomada de uma das maiores revendas de insumos agrícolas no país. Neste novo ciclo, o AgroGalaxy reforça seu compromisso com os valores essenciais que norteiam sua atuação: levar ao produtor rural a melhor solução agrônoma com simplicidade, proximidade e eficiência. Esses princípios seguirão orientando a gestão, com foco no fortalecimento do relacionamento com os clientes, na rentabilidade, na geração de caixa e no crescimento sustentável. A aprovação deste plano representa não apenas a reestruturação das dívidas, mas também uma oportunidade concreta de reorganizar e otimizar o modelo de negócios. A Companhia mantém confiança em seus colaboradores, na solidez de sua estratégia e na capacidade de execução. O esforço está direcionado na otimização do capital de giro e na garantia de uma operação saudável e rentável. Nesse contexto, estão sendo adotadas medidas firmes, como a melhoria da qualidade da carteira de clientes, o aumento da eficiência na cobrança, a diversificação com a atuação em regiões com menor exposição ao risco climático e a gestão eficiente dos estoques - com responsabilidade na alocação de capital e garantindo a disponibilidade de insumos aos produtores. O plano aprovado contempla diferentes alternativas de pagamento aos credores parceiros, o que permitirá a construção de cenários mais precisos e a definição clara do valor final da dívida reestruturada. A Companhia também continuará atenta a oportunidades de monetização de ativos, como a venda de carteiras de recebíveis, estratégia já em execução para reforço da liquidez. Ainda há muito a ser feito e o AgroGalaxy está preparado para escrever este novo capítulo na sua história, reafirmando seu compromisso com um futuro mais sólido, eficiente e alinhado às necessidades agrônomicas de agricultores de norte a sul do país. Essas conquistas só foram possíveis graças ao apoio incondicional de nossos colaboradores, fornecedores e produtores rurais - pilares fundamentais da nossa operação.

Eron Martins, Presidente

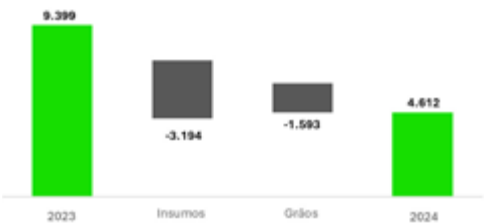
Eventos Subsequentes

Aprovação do Plano de Recuperação Judicial: A Companhia aprovou em 10 de abril, em Assembleia Geral de Credores (AGC), seu Plano de Recuperação Judicial com apoio expressivo de 82,4% dos créditos votantes, totalizando 1.376 votos favoráveis, 34 contrários e 23 abstenções. O plano prevê condições específicas para "credores parceiros" que apoiarem a reestruturação da Companhia, com pagamento integral, sem deságio, a ser iniciado com dois anos de carência e prazo total de dez anos para quitação. Além disso, o plano oferece opções de pagamento para os "credores parceiros", os quais se comprometem ainda a não litigar contra a empresa e continuar e/ou retomar o fornecimento de insumos. Uma vez aprovado, o plano está submetido à homologação pelo juiz da 19ª Vara Cível e Ambiental de Goiânia. O próximo passo, será aguardar a adesão pelos credores parceiros às condições de pagamento previstas no plano, o que permitirá à empresa estimar o valor final da dívida e o respectivo fluxo de desembolso/pagamentos. **Proposta Vinculante para Aquisição de Créditos:** A Companhia avançou significativamente em sua estratégia de gestão de dívidas, celebrando, em 21 de janeiro de 2025, um memorando de entendimentos para a potencial venda de um portfólio de dívidas vencidas, com o objetivo de otimizar sua estrutura de capital. A operação envolve a cessão de créditos inadimplidos e não judicializados, provenientes da revenda de insumos agrícolas aos seus clientes. Em 31 de março de 2025, foi protocolada, no processo de Recuperação Judicial, uma proposta vinculante para a aquisição desses créditos, que totalizam cerca de R\$683 milhões, incluindo créditos vencidos e não pagos. O pagamento será composto por uma parte fixa, calculada com base no valor de face dos créditos, e uma parte contingente, correspondente a 50% do valor destes créditos que vier a ser recuperado. A operação é uma etapa fundamental para reforçar a recuperação econômica da Companhia e melhorar sua posição financeira e encontra-se regulamentada no plano de Recuperação Judicial da Companhia, aprovado em 10 de abril de 2025, pela Assembleia de Credores. **Grupo de Ações:** Em 28 de fevereiro de 2025, a Companhia comunicou que seu Conselho de Administração aprovou a submissão de proposta de grupo de todas as ações ordinárias de sua emissão à deliberação da Assembleia Geral Extraordinária, realizada em 3 de abril de 2025. A proposta teve como principal objetivo adequar a cotação das ações ordinárias ao disposto no Regulamento de Emissões da B3, contribuindo para a promoção de um mercado secundário mais eficiente, equilibrado e justo. Na referida assembleia, foi aprovado o grupo de todas as ações ordinárias na proporção de 15:1, que resultará em um total de 16.969.571 ações ordinárias após a conclusão do processo, prevista para 5 de maio de 2025. Importante destacar que o capital social da Companhia não sofreu alteração.

Resultados 2024 vs. 2023

Receita Líquida

Em 2024, a receita líquida totalizou R\$ 4,6 bilhões, uma queda de 51% em relação a 2023. Da queda reportada em Insumos, a maior parte foi em fertilizantes, principalmente devido às restrições impostas pelo advento da Recuperação Judicial, que afetaram as operações de compra e entrega. Como resultado, os pedidos foram ajustados para refletir a nova realidade operacional. Os segmentos de sementes e defensivos também apresentaram redução no período, no entanto, em função de uma gestão eficaz de estoques e produção própria, foi possível manter o fornecimento de produtos essenciais aos clientes, minimizando o impacto da redução. Adicionalmente, a receita de grãos recuou 39% em 2024 em relação a 2023.



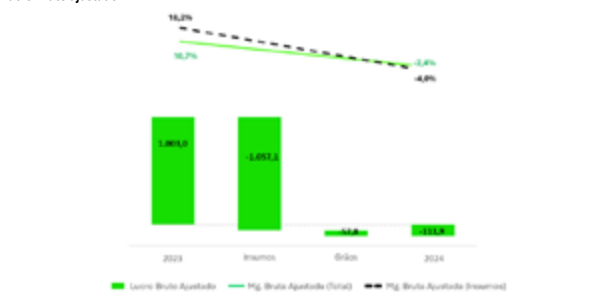
Mix de Receita de Insumos

O segmento de especialidades, que apresenta a maior margem, ficou em 11,5% do mix em 2024. O maior avanço foi em defensivos que apresentou ganho de participação no mix de insumos em 2024 atingindo 39,8% do mix (+5 p.p.), grande parte desse ganho de mix veio da redução da representatividade de fertilizantes e sementes. Em função das restrições de crédito impostas pelo advento da Recuperação Judicial, houve uma adaptação significativa no mix de produtos. Essa mudança resultou em um foco maior em itens que a Companhia já possuía em estoque, como defensivos, especialidades e sementes próprias. Embora o cancelamento de alguns pedidos tenha impactado a variedade do mix, a Companhia tem trabalhado para ajustar seu portfólio de forma estratégica, priorizando o atendimento às necessidades imediatas do mercado, mesmo diante da restrição de crédito com fornecedores.

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO - 2024



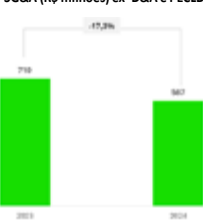
Lucro Bruto ajustado*



* Lucro bruto ajustado: desconsidera os ganhos ou perdas com variação no valor justo de commodities e depreciação/ amortização e considera os ganhos ou perdas com variação cambial ajustados no EBITDA para fins de apuração da margem. Em 2024, a margem bruta ajustada de insumos ficou negativa em 4,0% e a margem bruta ajustada (total) ficou negativa em 2,4%. O Lucro bruto ajustado foi negativo em R\$ 112 milhões vs. R\$ 1,0 bilhão positivos em 2023. A variação negativa na margem bruta de insumos decorre, primordialmente, devido a (i) ajuste de valor de mercado de estoque de produtos; (ii) provisão de royalties de sementes; e (iii) baixa de estoque de sementes não escoadas. A margem ficou abaixo do esperado devido à concentração de vendas à vista, ao contrário do habitual prazo safra. Nossa estratégia se concentrou na venda de produtos com maior estoque, o que impactou negativamente as margens.

SG&A ajustado - Despesas com Vendas, Administrativas e Gerais

SG&A (R\$ milhões) ex- D&A e PECLD



As despesas, excluindo depreciação e amortização (D&A) e PECLD, totalizaram R\$ 587 milhões em 2024, uma redução de 17% em relação a 2023, em conformidade com as ações estratégicas implementadas para refletir o novo momento da Companhia. Como parte de estratégia de reestruturação, a Companhia realizou uma redistribuição de atividades entre os líderes, para focar em oportunidades de crescimento e melhorar a eficiência. Embora isso tenha resultado na redução de posições de liderança, a Companhia segue confiante em manter o mesmo nível de desempenho de vendas já alcançado em anos anteriores. Adicionalmente, após realizar uma análise detalhada das lojas e com seleção de apenas as que melhor se alinham a estratégia de crescimento sustentável da Companhia, houve uma redução de lojas, silos, CTAs e unidades de sementes. Essas mudanças possibilitaram o foco em oportunidades de expansão e melhorias na eficiência operacional.

EBITDA Ajustado*

O EBITDA ajustado ficou negativo em R\$ 1,6 bilhão em 2024. A queda do EBITDA decorre da redução de receita e, consequentemente, menor lucro bruto ajustado.

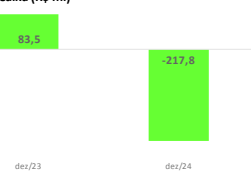
*EBITDA ajustado e Prejuízo líquido ajustado: os ajustes realizados são demonstrados na seção Ajustes no Resultado.

Prejuízo Líquido Ajustado*

Em 2024, o prejuízo ajustado foi de R\$ 2,5 bilhões, decorrente do resultado operacional da Companhia em Recuperação Judicial.

*EBITDA ajustado e Prejuízo líquido ajustado: os ajustes realizados são demonstrados na seção Ajustes no Resultado.

Geração (Consumo) Operacional de Caixa (R\$ ml)



Dias de Giro - Total	LTM 4T23	LTM 4T24	Δ
Ativo			
Prazo Médio de Recebimento	123	88	35
Prazo Médio de Estocagem	36	17	19
Ciclo Operacional	159	105	53
Passivo			
Prazo Médio de Pagamento	139	199	-60
Dias de Ciclo de Caixa	19	-94	113

SG&A (R\$ milhões) ex- D&A e PECLD

DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)												
BALANÇO PATRIMONIAL												
	Nota	Controladora		Consolidado			Nota	Controladora		Consolidado		
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023			31/12/2024	31/12/2023			
ATIVO												
CIRCULANTE						PASSIVO						
Caixa e equivalentes de caixa						CIRCULANTE						
Ativos financeiros						Fornecedores						
Contas a receber de clientes						Empréstimos e financiamentos						
Estoques						Contas a pagar de arrendamentos						
Tributos a recuperar						Obrigações por cessão de crédito						
Imposto de renda e contribuição social a recuperar						Instrumentos financeiros derivativos						
Instrumentos financeiros derivativos						Adiantamentos de clientes						
Outros ativos com partes relacionadas						Outros passivos com partes relacionadas						
Outros ativos						Outros passivos						
Total do ativo circulante						Total do passivo circulante						
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE						
Realizável a longo prazo						Fornecedores						
Ativos financeiros						Contas a pagar de arrendamentos						
Contas a receber de clientes						Instrumentos financeiros derivativos						
Tributos a recuperar						Provisão para passivos judiciais						
Imposto de renda e contribuição social a recuperar						Imposto de renda e contribuição social diferidos						
Imposto de renda e contribuição social diferidos						Adiantamento para futuro aumento de capital						
Instrumentos financeiros derivativos						Provisão para perda de investimentos em controladas						
Depósitos judiciais						Outros passivos com partes relacionadas						
Outros ativos com partes relacionadas						Outros passivos						
Outros ativos						Total do passivo não circulante						
Investimentos						TOTAL DO PASSIVO						
Imobilizado						PATRIMÔNIO LÍQUIDO / (PASSIVO A DESCOBERTO)						
Intangível						Capital social						
Direito de uso						Reserva de capital						
Total do ativo não circulante						Ações em tesouraria						
TOTAL DO ATIVO						Ajustes de avaliação patrimonial						
						Prejuízos acumulados						
						Patrimônio líquido / (passivo a descoberto) de acionistas da Companhia						
						Participação de acionistas não controladores						
						Total do patrimônio líquido / (passivo a descoberto)						
						TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO						

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO / (PASSIVO A DESCOBERTO)									
Atribuível aos acionistas da Companhia									
Capital social		Reservas de lucros				Patrimônio líquido / (passivo a descoberto) dos acionistas da Companhia		Participação de acionistas não controladores	
Capital social	Custo com emissão de ações	Reserva de capital	Ações em tesouraria	Ajustes de avaliação patrimonial	Reserva legal	Reserva para investimento	Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido / (passivo a descoberto)	
31/12/2022	838.717	(49.496)	490.944	(34.037)	19.496	12.962	206.446	1.485.032	16.434
(Reversão)/pagamento baseado em ações (nota 20.1.3)					2.488			2.488	2.488
Resultado do exercício							(374.135)	(374.135)	6.843
Absorção de prejuízo (nota 18.6)					(12.962)	(206.446)	219.408		
31/12/2023	838.717	(49.496)	490.944	(34.037)	21.984		(154.727)	1.113.385	23.277
Aumento de capital de acionista (notas 14.3 e 21.1)	162.411							162.411	
(Reversão)/pagamento baseado em ações (nota 20.1.3)					(11.316)			(11.316)	
Efeito reflexo de controladas (nota 10.4)					(13.383)			(13.383)	
Resultado do exercício						(2.996.138)		(2.996.138)	(23.874)
31/12/2024	1.001.128	(49.496)	490.944	(34.037)	(2.715)		(3.150.865)	(1.745.041)	(598)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Dívida Líquida Ajustada (R\$ milhões)



A dívida líquida ajustada* totalizou R\$ 1,7 bilhão no encerramento de 2024, um aumento de 24% vs. o mesmo período de 2023.

*Dívida líquida considerada empréstimos e financiamentos, passivo de arrendamento veículos/ outros, bem como, obrigações com título securitizados CRA - Certificados de Recebíveis do Agronegócio - que são classificadas como dívida no Passivo circulante e refere-se a operações de títulos de clientes colocados no mercado para financiar o produtor rural, deduzido da caixa e equivalente de caixa e ativos financeiros.

Ajustes nos resultados

O EBITDA ajustado é impactado pelo efeito caixa das contraprestações pagas de arrendamento de imóveis (lojas) no período e não considera: (i) MTM commodities: ganhos ou perdas com variação no valor justo de commodities, uma vez que a marcação de valor justo no fechamento de cada exercício não afeta o caixa e não representa o resultado de compra e venda; (ii) variação cambial de operações de hedge realizadas com o propósito de proteção da receita ou do custo dos produtos; (iii) itens não-recorrentes (e.g. substancialmente, desinvestimentos, despesas com consultoria de reestruturação, encerramento de lojas, ajustes na estrutura de vendas/administrativa e provisões de despesas, em função da Recuperação Judicial); e (iv) financeiro comercial: juros passivos, juros ativos, descontos concedidos e descontos obtidos. Além dos itens (i), (ii) e (iii) mencionados acima, o lucro líquido ajustado exclui do cálculo: (v) a amortização da mais valia na combinação de negócio; (vi) variação cambial não liquidada (accrual e MTM); (vii) os efeitos do CPC 06/IFRS 16 e outros; e (viii) os impactos de IR/CS diferidos. Para mais informações sobre as reconciliações de Lucro (Prejuízo) Líquido, Lucro Bruto e EBITDA ajustados, acessar o Anexo I ou o site de RI da Companhia/Release: Central de Resultados - AgroGalaxy RI

Anexo I - Reconciliações EBITDA, Lucro Líquido e Lucro Bruto Ajustados

Lucro Bruto* (Em milhares de R\$)	4T23	4T24	Var. %	YTD 4T23	YTD 4T24	Var. %
Lucro (prejuízo) bruto*	244.993	-17.714	n.m.	968.868	-58.088	n.m.
(+/-) Valor justo commodities e mais valia ⁽¹⁾	164.969	-58.111	n.m.	11.975	-14.587	n.m.
(+/-) Variação cambial operacional ⁽²⁾	-	-	n.m.	-	-	n.m.
(+/-) IFRS 16 Silos e Outras Rec/Desp	-12.883	-26.369	104,7%	22.164	-39.231	n.m.
Margem Bruta Ajustada	397.079	-102.194	n.m.	1.003.007	-111.906	n.m.
% Margem Bruta Ajustada	16,5%	-13,8%	-30,2 p.p.	10,7%	-2,4%	-13,1 p.p.

(*) Desconsidera depreciação/amortização.

EBITDA (Em milhares de R\$)	4T23	4T24	Var. %	YTD 4T23	YTD 4T24	Var. %
EBITDA Contábil	124.839	-239.757	-292%	352.776	-1.813.249	-614%
% receita líquida	5,2%	-32,4%	-3753%	3,8%	-39,3%	-4307%
(+/-) Valor justo commodities ⁽¹⁾	164.969	-58.111	n.m.	11.975	-14.587	n.m.
(-) CPC 06(R2)/IFRS 16 imóveis ⁽²⁾	-13.834	11.266	n.m.	-52.614	-24.146	-54%
(+/-) Variação cambial operacional ⁽³⁾	-	-	n.m.	-	-	n.m.
(+/-) Receita e despesas não recorrentes ⁽⁴⁾	5.725	80.338	1303%	30.076	229.492	663%
EBITDA do período Ajustado	281.698	-206.264	-173%	342.212	-1.622.490	-574%
% Margem EBITDA Ajustado	11,7%	-27,8%	-39,5 p.p.	3,6%	-35,2%	-38,8 p.p.

Lucro (Prejuízo) Líquido (Em milhares de R\$)

Lucro (prejuízo) líquido do período	4T23	4T24	Var. %	YTD 4T23	YTD 4T24	Var. %
Lucro (prejuízo) líquido do período	88.547	-403.745	n.m.	-367.292	-3.020.012	722%
(+/-) Valor justo commodities ⁽¹⁾	214.585	9.714	-95%	52.068	53.266	2%
(-) CPC 06(R2)/IFRS 16 imóveis	1.052	5.989	470%	3.361	11.145	232%
(+/-) Variação cambial não liquidada	-5.995	16.635	n.m.	35.260	40.548	15%
(-) Amortização mais valia combinação de negócio	4.863	-1.970	n.m.	19.451	18.264	-6%
(+/-) Receita e despesas não recorrentes ⁽⁴⁾	8.590	83.615	873%	23.085	235.725	921%

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA										
ATIVIDADES OPERACIONAIS	Nota	Controladora		Consolidado			Controladora		Consolidado	
		31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023		31/12/2024	31/12/2023		
RESULTADO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		(2.996.138)	(374.135)	(2.841.599)	(488.489)	Salários e encargos sociais	2.469	(5.048)	(33.276)	(31.140)
Ajustes por						Adiantamento de clientes e outros passivos	46.613	138.185	141.165	324.232
Depreciação e amortização	25	2.547	923	160.983	147.420	Caixa (aplicado nas)/gerado pelas operações	(87.046)	5.591	83.201	735.538
Ajuste a valor presente		3.054	(3.795)	(68.304)	13.767	Pagamento de imposto de renda e contribuição social			(147)	(14.017)
Apropriação de encargos financeiros de arrendamento	26			29.670	30.752	Pagamento de juros	15.2 e 16.2	(48.170)	(83.366)	(300.870)
Resultado na alienação e baixa de ativos imobilizado, líquido		1.357		4.557	(7.416)	Caixa líquido (aplicado nas)/gerado pelas atividades operacionais	(135.216)	(77.775)	(217.816)	(83.488)
Provisão/(reversão) para perda estimada nos estoques, líquida	25			48.711	(10.047)	ATIVIDADES DE INVESTIMENTOS				
Resultado de equivalência patrimonial	10.4	2.793.005	250.271			Adições de imobilizado	11	(283)	(563)	(32.625)
Ganho no valor justo de contratos a termo pela marcação à mercado - commodities agrícolas	25			(66.462)	(57.545)	Adições de intangível	12	(7.206)	(32.582)	(20.358)
Perda no valor justo de contratos a termo pela realização - commodities agrícolas (Ganho)/perda com instrumentos financeiros derivativos, líquidos	26			57.860	29.530	Recebimentos por venda de ativo imobilizado			15.288	16.026
Despesas com juros apropriados e amortização de custos de transação	26			(32.406)	72.556	Aumento de capital em controlada	10.4	(13.573)		
Varição cambial sobre empréstimos e financiamentos	15.2			193.689	259.982	Resgate de (aplicações em) ativos financeiros		(63.633)	(108.819)	258.661
(Reversão)/pagamento baseado em ações	20.1.3	(11.316)	2.488	(11.316)	2.488	Outros ativos e outros passivos com partes relacionadas	21.1	(106.926)	(83.110)	36.207
Provisão/(reversão) de perda estimada com créditos de liquidação duvidosa	25			923.235	(49.604)	Caixa líquido (aplicado nas)/gerado pelas atividades de investimentos		(191.621)	(225.074)	220.966
Provisão para passivos judiciais	18.1			10.082	(6.961)	ATIVIDADES DE FINANCIAMENTOS				
Provisão para perdas de ativos intangíveis	25	63.994		91.657		Empréstimos e financiamentos captados	15.2		889.210	1.936.273
Provisão de distrato e baixa de ativos	25			99.566		Empréstimos e financiamentos captados - partes relacionadas	21.1	146.621	146.621	1.810
Decréscimo (acréscimo) em ativos						Obrigações por cessão de crédito captados	16.2		277.133	580.221
Partes relacionadas				18.051	1.355	Obrigações e financiamentos liquidados	15.2		(900.227)	(2.195.208)
Contas a receber de clientes				1.492.731	1.302.050	Obrigações por cessão de crédito liquidados	16.2		(602.966)	(453.346)
Estoques				670.041	932.251	Arrendamentos liquidados	13.2.3		(88.156)	(89.719)
Adiantamento a fornecedores	(168)		271	120.255	270.771	Adiantamento para futuro aumento de capital	21.1	150.000		150.000
Tributos a recuperar	2.929	(1.715)	(7.844)	(56.018)		Aumento de capital de acionistas	1.4.3	12.411	12.411	
Outros ativos	236	(1.009)	16.421	11.218		Pagamento de dividendos		(4.672)		(4.672)
Acréscimo (decréscimo) em passivos						Caixa líquido gerado pelas/(aplicado nas) atividades de financiamentos		159.032	145.328	(265.974)
Partes relacionadas				59.539	(1.204)	No início do exercício	4	190.182	347.703	738.306
Fornecedores e outras contas a pagar	2.464	(627)	(1.036.839)	(1.959.554)		No final do exercício	4	22.337	190.182	475.482
Tributos a recolher	1.908	(218)	36.629	(1.648)		Redução líquida no caixa e equivalentes de caixa		(167.805)	(157.521)	(262.824)
										(339.569)

As notas explicativas da Diretoria são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

As transações das atividades de investimento e financiamento que não impactaram o caixa estão divulgadas na nota 28.1.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS - EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2024 E 2023 (Valores expressos em milhares de Reais, exceto se indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

O AgroGalaxy Participações S.A. - Em Recuperação Judicial em conjunto com suas controladas ("AgroGalaxy" ou coletivamente "Companhia", respectivamente), é uma sociedade anônima de capital aberto, com matriz localizada na Rua T-37, esquina com a T-12, no 35, salas 2.301 a 2.311, 23ª andar, Condomínio Comercial Connet Park Business, Anexo B, Setor Bueno, na cidade de Goiânia, Estado de Goiás (anteriormente sediada à Rua Iguatemi, no 192 - 10ª andar, conjuntos 103 e 104, Bairro Itaim Bibi, na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo). O AgroGalaxy possui ações negociadas na B3 S.A. (Brasil, Bolsa, Balcão - "B3"), listada no segmento do Novo Mercado sob o ticker AGXY3. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia possuía 74 lojas, 28 silos, 13 unidades de produção e beneficiamento de sementes e 195 consultores técnicos de vendas que operam nos Estados de Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Minas Gerais, Pará, Paraná, Rondônia, São Paulo e Tocantins. Conforme divulgado na nota 1.4.8.4, a Companhia passou a atuar com 74 lojas, em consequência da reestruturação estratégica e operacional realizada em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial. A Companhia atua, primariamente, no comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários, bem como, na comercialização e exportação de cereais (soja e milho), no armazenamento, beneficiamento e padronização destes cereais, além de participação no capital de outras sociedades como cotistas e acionistas e produção agrícola. Em 31 de dezembro de 2024, não há um acionista identificado como controlador e, dessa forma, configura-se o controle coletivo da Companhia conforme decisões por maioria em percentuais definidos em acordo de acionistas. Adicionalmente, em decorrência do Acordo de Acionistas celebrado em 30 de outubro de 2020, tendo sido objeto de 1ª. Aditivo em 6 de julho de 2021 e 2ª. Aditivo em 26 de dezembro de 2023, Agrofundo Brasil III Fundo de Investimento Participações Multiestratégia ("Agrofundo III"), Agrofundo Brasil IV Fundo de Investimento Participações Multiestratégia ("Agrofundo IV"), Agrofundo Brasil V Fundo de Investimento Participações Multiestratégia ("Agrofundo V"), Galaxy Agrobusiness II ("Galaxy") e Agrofundo Brasil X Fundo de Investimento Participações ("Agrofundo X") que, em conjunto, possuem, ações representativas de 66,73% do capital social total e votante vinculado a tal acordo (54,17% em 31 de dezembro de 2023), e que estão organizados em um bloco de acionistas, os quais tem o poder de indicar a maioria dos membros do Conselho de Administração, sem contudo configurar controle conjunto nos termos do CPC 19 (R2)/IFRS 11 Negócios em Conjunto. Adicionalmente, é importante a leitura das notas 1.1 e 1.4.8, para melhor compreensão do contexto operacional da Companhia e suas controladas após o Pedido de Recuperação Judicial realizado, conforme divulgado nas referidas notas. A emissão dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas foi aprovada pelo Conselho de Administração da Companhia em 22 de abril de 2025. **1.1 Situação econômica e financeira da Companhia e Pedido de Recuperação Judicial:** Em 18 de setembro de 2024, a Companhia formalizou o Pedido de Recuperação Judicial, conforme

divulgado na nota 1.4.8. Em 31 de dezembro de 2024, a Companhia apresentou capital circulante líquido negativo ("CCL negativo") de R\$576.431 na controladora e R\$3.397.786 no consolidado, prejuízo no exercício de R\$2.996.138 na controladora e R\$3.020.012 no consolidado, prejuízo acumulado de R\$3.150.865 na controladora e no consolidado e passivo a descoberto de R\$1.745.041 na controladora e R\$1.745.639 consolidado. Devido ao contexto atual das negociações da Companhia, junto aos seus credores, foi contratada empresa de consultoria independente e especializada, para atuar como assessor financeiro no âmbito do Processo Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota 1.4.8, mantendo os objetivos de reforçar o fluxo de caixa e otimizar a estrutura de capital da Companhia, de modo a preservar a capacidade de cumprimento das obrigações assumidas perante credores e clientes. Durante o ano de 2024 e com uma intensificação maior no terceiro e quarto trimestre deste mesmo ano, a Companhia se dedicou a renegociar as dívidas com credores. A despeito do plano de redução de despesas efetuado nos últimos períodos e do sucesso parcial das negociações das obrigações financeiras, os desafios impostos a geração operacional de caixa e ao capital de giro em virtude de diversos fatores acumulados listados abaixo culminaram para a totalidade dos pagamentos aos credores não ocorreu conforme o planejado. Dentre os principais fatores acumulados causadores da crise financeira, que levaram a Companhia ao Pedido de Recuperação Judicial, podemos mencionar que os varejistas agrícolas foram especialmente afetados por: (i) queda nos preços das commodities, que comprimiram as margens dos agricultores, atrasando a compra de insumos e levando à migração para produtos de menor valor agregado; (ii) condições climáticas adversas incididas no final de 2023 e agravadas em 2024, impactando severamente a disponibilidade hídrica, o suprimento de energia e, consequentemente, a produção no campo; (iii) altos níveis de estoque a altos custos de aquisição (devido a altas nos preços em 2022), que impactaram negativamente as vendas, a lucratividade e a geração de caixa nos anos seguintes; (iv) queda do preço de mercado dos insumos agrícolas, gerando tanto uma desvalorização do seu estoque como margens menores no momento da sua comercialização; (v) restrições de acesso a crédito, aumento das taxas de juros e elevados índices de alavancagem dos produtores agrícolas, que resultaram em níveis bem maiores de inadimplência e a uma escalada nos pedidos de recuperação judicial de agricultores, colocando maior pressão na liquidez de toda a cadeia de insumos agrícolas no Brasil, desde fornecedores até canais de comercialização; (vi) aumento das exigências de garantia por parte dos fornecedores, que estressaram ainda mais as cadeias; e (vii) aumento da sua alavancagem e custo de financiamento por decorrência dos fatores acima citados e pelo fato do Brasil ter tido uma das três maiores taxas de juros reais durante o período. Diante deste cenário, a Companhia definiu como alternativa viável para manter a continuidade de suas operações, o Pedido de Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota 1.4.8. **1.2 Participações societárias:** A Companhia detém participações societárias em entidades legais, as quais são consolidadas integralmente e avaliadas pelo método da equivalência patrimonial:

Denominação	Atividade principal	Localização	Tipo de participação	% de participação	
				31/12/2024	31/12/2023
Agrocot Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda. ("Agrocot") - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Tangará da Serra (MS)	Direta	100,00%	100,00%
Agro Control Participações Ltda. ("Agro Control") - Em Recuperação Judicial		Holding	Direta	100,00%	100,00%
Agrototal Holding Ltda. ("Agrototal") - Em Recuperação Judicial		Londrina (PR)	Indireta	100,00%	100,00%
Bussadori, Garcia & Cia Ltda. ("Agro100") - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Londrina (PR)	Indireta	100,00%	100,00%
Campeã Agronegócio S.A. ("Campeã") ⁽¹⁾ - Em Recuperação Judicial	Produção e comercialização de soja.	Água Fria de Goiás (GO)	Indireta	22,30%	
Agro Ferrari Produtos Agrícolas Ltda.	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.				
("Agro Ferrari") - Em Recuperação Judicial		Ponta Grossa (PR)	Indireta	100,00%	100,00%
AgroGalaxy Franchise Ltda. ("Franchise") - Em Recuperação Judicial	Gerenciamento de franquias e rede de negócios em serviços do agropecuário.	Londrina (PR)	Direta	100,00%	100,00%
Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda. ("Boa Vista") - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.				
Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S.A. ("Ferrari Zagatto") - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Maracaju (MS)	Direta	100,00%	100,00%
Grão de Ouro Agronegócios Ltda. ("Grão de Ouro") - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Maringá (PR)	Direta	80,00%	80,00%
Grão de Ouro Comércio de Insumos Agrícolas Ltda. - Em Recuperação Judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Passos (MG)	Direta	100,00%	100,00%
Rural Brasil Ltda. ("Rural Brasil") - Em recuperação judicial	Comércio de insumos agrícolas e produtos agropecuários.	Alfenas (MG)	Indireta	100,00%	100,00%
Campeã Agronegócio S.A. ("Campeã") ⁽¹⁾ - Em Recuperação Judicial	Produção e comercialização de soja.	Jatá (GO)	Direta	100,00%	100,00%
		Água Fria de Goiás (GO)	Indireta	77,70%	100,00%

1) Em 1 de agosto de 2024, em decorrência de reorganização societária foi realizada a (i) cessão e transferência de cotas da entidade Campeã, da Rural Brasil para a Agro100 e (ii) transformação da entidade de sociedade limitada para sociedade anônima de capital fechado. **1.3 Sazonalidade:** Durante o curso normal de seus negócios, o segmento de insumos da Companhia apresenta sazonalidade, especialmente, em razão dos ciclos da lavoura que dependem de condições climáticas específicas. Os efeitos positivos da sazonalidade relacionadas ao faturamento, podem ser observados a partir do terceiro trimestre até o quarto trimestre de cada ano. Entretanto, em decorrência dos efeitos do Pedido de Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota 1.4.8, os efeitos positivos da sazonalidade não são esperados, uma vez que a Companhia não está conduzindo suas operações comerciais de compra e venda em condições normais de negócio. **1.4 Principais eventos ocorridos no exercício: 1.4.1 Efeitos decorrentes da emissão da Lei nº 14.789/2023 que dispõe sobre o crédito fiscal decorrente de subvenção para implantação ou expansão de empreendimento econômico:** Desde 01 de janeiro de 2024, com a vigência da Lei nº 14.789/2023, não é mais permitida a exclusão dos incentivos de ICMS da base de cálculo do IPI e da CSLL - a exceção de créditos presumidos, por força de decisão do Superior Tribunal de Justiça ("STJ") no REESP 1.517.492/PR - que não sejam destinados à implantação ou expansão de empreendimentos econômicos, respeitadas as condições estabelecidas na Lei nº 14.789/2023. Nesse cenário, a Companhia não excluiu os incentivos de ICMS da base de cálculo do IPI e da CSLL, pois tais subvenções, principalmente aquelas do Convênio nº 100/1997, não correspondem a créditos presumidos de ICMS. Essa alteração na legislação trará impactos na apuração dos tributos sobre o lucro das controladas da Companhia, os quais já foram considerados na preparação dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, na medida que impactam as projeções de resultados tributáveis futuros. Para maior detalhamento, vide notas 8.1, 8.3 e 19.3.3. **1.4.2 Dispensa ("waiver") de cumprimento de índice financeiro referente ao exercício financeiro das operações em 31 de dezembro de 2023:** Em 9 de fevereiro de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia informou que, preventivamente, iniciou as discussões com as instituições financeiras com as quais mantém operação de crédito vigente, assim como os seus credores titulares dos Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") da 79ª Emissão (Série única) e da 82ª Emissão (1ª, 2ª e 3ª séries), potencial dispensa de cumprimento do índice financeiro contratualmente estabelecido pelas partes. Em 19 de março de 2024, em continuidade ao Fato Relevante de 9 de fevereiro de 2024, a Companhia informou que, após negociação com as instituições financeiras e credores titulares dos CRAs, obteve a dispensa formal ao cumprimento no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, dos indicadores financeiros contratualmente estabelecidos nos instrumentos que regulam as operações de dívida contratada pela Companhia e seus credores. **1.4.3 Aumento de capital:** Em 30 de abril de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia informou que, em reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, foi aprovado aumento do capital social da Companhia no valor de R\$150.000, dentro do limite do capital autorizado, conforme os termos do artigo 6º, parágrafo 1º do estatuto social da Companhia, mediante subscrição privada, de novas ações ordinárias, nominativas, escriturais e sem valor nominal a serem emitidas pela Companhia ("Ações" e "Aumento de Capital", respectivamente), considerando a realização de adiantamentos para subscrição e integralização de ações a serem emitidas pela Companhia em futuro aumento de capital por determinados acionistas que integram seu bloco de controle, ou seja, Agrofundo Brasil III, Agrofundo Brasil IV, Agrofundo Brasil V e Agrofundo Brasil X (em conjunto, os "FIPs Agrofundo"), nos termos do AFAC celebrado em 26 de dezembro de 2023 (nota 20.1). Em 28 de junho de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia informou que em reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, aprovou a homologação parcial do aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de ações ordinárias, escriturais, nominativas, sem valor nominal, pela Companhia ("Ações"), por subscrição privada, considerando a realização de adiantamentos para subscrição e integralização de ações em aumento de capital por determinados acionistas que integram seu bloco de controle, nos termos do AFAC celebrado em 26 de dezembro de 2023 e divulgado pela Companhia conforme parágrafo acima. No âmbito do Aumento de Capital, foram subscritas e integralizadas 83.718.587 (oitenta e três milhões, setecentos e dezoto mil, quinhentas e oitenta e sete) novas Ações, representando 58,65% das Ações objeto do Aumento de Capital, ao preço de R\$1,94 (um real e noventa e quatro centavos) por Ação, totalizando o montante de R\$162.414.058,78 (cento e sessenta e dois milhões, quatrocentos e quatorze mil e cinquenta e oito Reais e setenta e oito centavos), dos quais R\$150.000 foram recebidos por meio do AFAC acima mencionado, assim, o montante em caixa recebido no exercício findo em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$12.411. Desta forma, o capital social integralizado da Companhia passa dos atuais R\$838.717.076,95 (oitocentos e trinta e oito milhões, setecentos e dezessete mil e setenta e seis reais e noventa e cinco centavos), dividido em 170.824.989 (cento e setenta milhões, oitocentas e vinte e quatro mil, novecentas e oitenta e nove) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, para R\$1.001.131.135,73 (um bilhão e um milhão, cento e trinta e um mil, cento e trinta e quatro Reais e setenta e três centavos) passando a ser composto por 254.543.576 (duzentas e cinquenta e quatro milhões, quinhentas e quarenta e três mil, quinhentas e setenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal (nota 21). As novas Ações emitidas no âmbito do Aumento de Capital são idênticas às ações já existentes, e farão jus ao recebimento integral de dividendos e/ou juros sobre o capital próprio, bem como quaisquer outros direitos que venham a ser declarados pela Companhia a partir da homologação do Aumento de Capital, em igualdade de condições com as demais ações já existentes. As Ações subscritas serão creditadas aos seus subscritores em até 3 ("três") dias úteis contados a partir desta data. O início do período de negociação das Ações será o dia 1 de julho de 2024 (inclusive). **1.4.4 Transação FIDC FIAGRO:** Em 7 de maio de 2024, a Companhia comunicou ao mercado que ampliou o seu potencial de financiamento decorrente do fundo de investimento em direitos creditórios por meio do qual realiza, no curso normal de seus negócios, operações de cessão de créditos para antecipação de recebíveis, o AgroGalaxy Fornecedores Fundo de Investimento nas Cadeias Produtivas Agroindustriais Fiagro - Direitos Creditórios ("FIDC FIAGRO" e "Transação", respectivamente). O FIDC FIAGRO estava sendo utilizado, pela Companhia, e por suas controladas, para antecipar recebíveis decorrentes da venda de insumos agrícolas a seus clientes, sendo que a Companhia também detém participação minoritária no fundo para alinhamento de interesses e sem influência significativa no veículo, cujas cotas estão registradas na rubrica de ativos financeiros (nota 5). No contexto da Transação, o FIDC FIAGRO recebeu aportes equivalentes a R\$400.000, que poderão ser recebidos pela Companhia no contexto de suas cessões de créditos para antecipação de recebíveis. Em contrapartida a tais aportes, a Companhia celebrou em 6 de maio de 2024 acordo de investimento com novo investidor estratégico por meio do

qual assumiu obrigações - incluindo obrigações relativas às cotas do FIDC FIAGRO e à outorga de opção de venda de determinadas cotas do FIDC FIAGRO - as quais foram garantidas por alienação fiduciária sobre as Cotas Subordinadas Mezanino B de emissão do FIDC FIAGRO por ela detidas nesta data. O FIDC FIAGRO cumpre os requisitos de desconhecimento de ativos financeiros conforme o CPC 48 / IFRS 9 e, portanto, as contas a receber cedidas foram bakadas dos demonstrativos contábeis da Companhia (nota 6.1). Os efeitos da taxa de desconto aplicada na cessão dos recebíveis estão registrados na rubrica de despesas financeiras (nota 26). A transação também incorreu em taxas de distribuição que foram registradas na rubrica de despesas antecipadas, em contrapartida a outros ativos. Em 31 de dezembro de 2024, o saldo de despesa antecipada relativa a essa transação é de R\$8.493 e será integralmente amortizado até janeiro de 2027. Entretanto, em decorrência dos efeitos do Pedido de Recuperação Judicial, conforme divulgado na nota 1.4.8, os efeitos das cessões de créditos para antecipação de recebíveis foram temporariamente suspensos. Em 14 de janeiro de 2025, foi realizada uma assembleia geral de cotistas participantes do FIDC FIAGRO e votaram pela retomada das operações do fundo e que estão limitadas à R\$99.906 que representa 10% do patrimônio líquido do FIDC FIAGRO em 31 de dezembro de 2024, até que o Plano de Recuperação seja aprovado. **1.4.5 Contrato de mútuo entre a Companhia e o Agrofundo Brasil X Fundo de Investimento em Participações ("FIP X"):** Em 10 de maio de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração a celebração de contrato de mútuo entre a Companhia e o FIP X, no montante de R\$500.000, dividido em duas parcelas iguais, sendo a primeira recebida em 10 de maio de 2024 e a segunda recebida em 17 de maio de 2024, e liquidado em 27 de junho de 2024 e incidência de juros equivalentes a 100% da Taxa DI ao ano. Em 1 de julho de 2024, foi aprovado pelo Conselho de Administração a celebração de contrato de mútuo entre a Companhia e o FIP X, no montante de R\$500.000, com desembolso em parcela única no dia 4 de julho de 2024, com liquidação prevista para 20 de setembro de 2024 e incidência de juros equivalentes a 100% da Taxa DI a.a. Entretanto, em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, ocorrido em 18 de setembro de 2024, o saldo de mútuo até a referida data está com a sua exigibilidade suspensa. O objetivo dos mútuos foi prover recursos para que o AgroGalaxy possa suprir, de forma imediata, as suas necessidades de capital de giro. **1.4.6 Exercício da 1ª opção de compra - Agrocot:** Em 28 de agosto de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia informa que conforme o Acordo de Sócios da Agrocot Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda. de 10 de janeiro de 2022 ("Acordo de Sócios" e "Agrocot", respectivamente), os demais acionistas da Agrocot (que não a Companhia) exerceram a opção de venda de 10% das quotas do capital social total da Agrocot em face do AgroGalaxy. Desta forma, o AgroGalaxy aumentou a sua participação dos atuais 80% para 90% do capital social da Agrocot e o valor envolvido na transação foi de R\$29.221, considerando o principal e correções, será integralmente objeto de compensação com créditos havidos pela Companhia contra os outros acionistas da Agrocot, decorrentes da venda de insumos agrícolas, não havendo desembolso de caixa entre as partes contratantes. Conforme ainda previsto no Acordo de Sócios, a participação societária remanescente, correspondente a 10% no capital social da Agrocot, poderá ser adquirida mediante exercício da 2ª opção de compra em 2025. Para o registro dessa operação, foram considerados os aspectos contábeis contidos no CPC 15/IFRS 3 - Combinação de Negócios que não fornece orientação específica sobre o registro das opções. Desse modo, a Companhia considerou o CPC 36/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas, CPC 39/IAS 32 - Instrumentos Financeiros: Apresentação e CPC 38/IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração e concluiu que a operação resultou em uma transferência de riscos e benefícios das ações da Agrocot para a Companhia, a partir do 1º de janeiro de 2022 e, portanto, reconheceu o equivalente a 100% de participação na empresa investida. **1.4.7 Mudança na diretoria e no Conselho de Administração da Companhia:** Em 18 de setembro de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia comunicou que, em reunião do Conselho de Administração realizada em 17 de setembro de 2024, foram apresentadas e aprovadas as seguintes alterações na sua Administração: (i) renúncia de Axel Jorge Labourt, nesta data, ao cargo de Diretor Presidente, renunciando também aos cargos de membro do Comitê de Sustentabilidade, do Comitê de Pessoas e do Comitê Financeiro, com efeitos imediatos; (ii) renúncia de Mauricio Luis Luchetti, nesta data, ao cargo de membro independente do Conselho de Administração, renunciando também aos cargos de membro do Comitê de Auditoria Estatutária e de membro coordenador e efetivo do Comitê de Pessoas, com efeitos imediatos; (iii) renúncia de Eduardo de Almeida Salles Terra, nesta data, ao cargo de membro independente do Conselho de Administração, com efeitos imediatos; (iv) renúncia de Benildo Carvalho Telles, nesta data, ao cargo de membro do Conselho de Administração, com efeitos imediatos; (v) renúncia de Welles Olvis Pascoal, nesta data, ao cargo de membro do Conselho de Administração, renunciando também ao cargo de membro do Comitê de Sustentabilidade, com efeitos imediatos; (vi) renúncia de Larissa Yastrebow Pomerantseff, nesta data, ao cargo de membro do Conselho de Administração, renunciando também aos cargos de coordenadora e membro efetivo do Comitê de Sustentabilidade, membro efetivo do Comitê Financeiro e membro efetivo do Comitê de Pessoas, com efeitos imediatos, e (vii) em razão da renúncia de Axel Jorge Labourt, Eron Martins, que atualmente ocupa o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, foi eleito para o cargo de Diretor Presidente da Companhia, acumulando internamente o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, a partir desta data. Eron Martins ingressou na Companhia em agosto de 2023 como Diretor Financeiro e de Relações com Investidores. Durante o período em que Eron Martins acumulou internamente o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com os Investidores, as atividades relacionadas ao escopo financeiro foram conduzidas com o apoio da consultoria externa especializada LSCS CONSULTORIA LTDA., pessoalmente pelo seu sócio, Luiz Conrado Sundfeld. Em 9 de dezembro de 2024, os membros do Conselho de Administração elegeram para o cargo de Diretor Financeiro e de Relações com Investidores, o Luiz Conrado dos Santos Carvalho Sundfeld e desse modo, Eron Martins passou a exercer o cargo de Diretor Presidente. Em 18 de dezembro de 2024, em Assembleia Geral Extraordinária, a Companhia elegeu novos membros ao Conselho de Administração, em conformidade com o artigo 15, parágrafo 5º, do estatuto social da Companhia, bem como para o Comitê de Auditoria Estatutária. Conforme mencionado na nota 1.4.8, nos membros do Conselho de Administração foram eleitos com mandato até a Assembleia Geral Extraordinária que deliberar sobre a aprovação das demonstrações financeiras referentes ao exercício social a se encerrar em 31 de dezembro de 2024. **1.4.8 Pedido de recuperação judicial:** Em 18 de setembro de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia comunicou que, em reunião do Conselho de Administração realizada nesta data, foi aprovado e autorizado, em caráter de urgência, o ajuizamento de pedido recuperação judicial, nos termos da Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005, conforme alterada, e do parágrafo único do artigo 122 da Lei das Sociedades

por Ações e demais disposições legais aplicáveis ("Pedido de Recuperação Judicial"). O Pedido de Recuperação Judicial foi ajuizado em segredo de justiça e foi submetido à ratificação da Assembleia Geral de acionistas da Companhia, realizada em 18 de dezembro de 2024, conforme mencionado na nota 1.4.8.4. A Companhia ao longo dos últimos meses dispendeu de grandes esforços e estudos para lidar com os desafios significativos enfrentado atualmente, reflexo inclusive de eventos climáticos diversos e da deterioração das condições dos mercados brasileiro e internacional, os quais, consequentemente, pressionaram a estrutura de capital. Não obstante tais esforços, os desafios oriundos da atual situação econômico-financeira da Companhia e das suas subsidiárias, Boa Vista Comércio de Produtos Agropecuários Ltda., AgroGalaxy Franchise Ltda., Grão de Ouro Agronegócios Ltda., Grão de Ouro Comércio de Insumos Agrícolas Ltda., Rural Brasil Ltda., Campeã Agronegócios S.A., Agro Control Participações Ltda., Agrototal Holding Ltda., Bussadori, Garcia e Cia Ltda., Agro Ferrari Produtos Agrícolas Ltda., Ferrari Zagatto Comércio de Insumos S.A. e Agrocot Distribuidora de Insumos Agrícolas Ltda. (em conjunto, as "Subsidiárias") não só se manteve como se agravou, o que demandou a tomada urgente de outras medidas que pudessem proteger a Companhia e suas subsidiárias, até ser possível implementar o equacionamento do seu endividamento e a readequação da sua estrutura de capital. De forma a garantir a sustentabilidade do Grupo AgroGalaxy, honrar os compromissos assumidos e continuar a fornecer os melhores serviços aos nossos clientes, o Pedido de Recuperação Judicial busca proteger a Companhia e as Subsidiárias possibilitando a continuidade de suas atividades, a proteção e manutenção dos serviços prestados pela Companhia e pelas Subsidiárias, a continuidade no estrito cumprimento das suas obrigações, a preservação do valor da Companhia e das Subsidiárias, sua função social e o estímulo à atividade econômica, promovendo o interesse da Companhia e Subsidiárias, e atendendo de forma organizada aos interesses de seus credores, trabalhadores, acionistas e demais stakeholders. Em consequência da aprovação do Pedido de Recuperação Judicial, e em atenção ao artigo 122, IX, e parágrafo único da Lei das Sociedades por Ações, o Conselho de Administração também aprovou em Assembleia Geral Extraordinária da Companhia a ratificação da autorização concedida para o ajuizamento (nota 1.4.8.5), em caráter de urgência, do Pedido de Recuperação Judicial e a instalação do Conselho Fiscal e eleição dos seus membros, em conformidade com o artigo 48-A da Lei nº 11.101/05 (nota 1.4.8.7). A seguir apresentamos um resumo dos valores que estão sujeitos à Recuperação Judicial conforme a 2ª. relação de credores elaborada pela Administração Judicial Conjunta e recebida em 9 de dezembro de 2024:

Natureza	Consolidado 31/12/2024
Fornecedores e outros passivos	2.130.231
Empréstimos e financiamentos	1.320.193
Obrigações por cessão de crédito	618.548
	4.068.972

Os valores acima apresentados estão sujeitos a eventuais alterações tanto na apresentação da 2ª. relação de credores bem como na aprovação do Plano de Recuperação Judicial e/ou negociações subsequentes. A linha do tempo do Pedido de Recuperação Judicial da Companhia é conforme apresentado a seguir:



(1) Assembleia Geral de Credores. Em 10 de fevereiro de 2025, foi proferida decisão da 19ª Vara Cível e Ambiental da Comarca de Goiânia determinando a convocação da AGC para deliberar sobre o Pedido de Recuperação Judicial apreendido pela Companhia, a ser realizada de forma híbrida, nas seguintes datas e horários, com a ordem do dia: (i) Datas e horários: 1ª Convocação em 31 de março de 2025, às 13h30 - Credenciamento a partir das 09h30 e encerramento às 12h, a ser realizada de forma híbrida; 2ª Convocação em 09 de abril de 2025, às 13h30 - Credenciamento a partir das 09h30 e encerramento às 12h, a ser realizada de forma híbrida, sendo que o formato presencial os trabalhos serão realizados no Auditório da Associação dos Magistrados do Estado de Goiás, localizado na Rua 72, nº 234, esquina com BR-153, Jardim Goiás, Cidade de Goiânia, Estado de Goiás, CEP 74805-480; e (ii) Ordem do dia: a) aprovação, rejeição ou modificação do plano de recuperação judicial apresentado pelas devedoras; b) a constituição do Comitê de Credores, a escolha de seus membros e sua substituição; e c) qualquer outra matéria que possa afetar os interesses dos credores. Conforme mencionado na nota 31.7, o Plano de Recuperação Judicial da Companhia e de suas subsidiárias foi aprovado em Assembleia Geral de Credores e foi submetido à homologação judicial. **1.4.8.1 Pedido de recuperação judicial - Suspensão do segredo de justiça:** Em complemento ao Fato Relevante divulgado em 18 de setembro de 2024, em 19 de setembro de 2024, por meio de Fato Relevante, a Companhia comunicou que foi profer

... continuação

valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, incluindo passivos contingentes. Contudo, as incertezas relevantes relativas a esses julgamentos, estimativas e premissas poderiam levar a resultados que requeriam ajustes significativos ao valor contábil de certos ativos e passivos apresentados na presente demonstrações financeiras individuais e consolidadas. As políticas contábeis materiais aplicadas na preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas são detalhadas na nota 3 e as atividades relevantes em maior nível de julgamento e complexidade, bem como para as quais julgamentos, estimativas e premissas são significativos, estão divulgadas na nota 3.2.33. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos seguintes itens materiais reconhecidos nos balanços patrimoniais: (i) instrumentos financeiros derivativos e não derivativos mensurados pelo valor justo; (ii) combinação de negócios; (iii) estoques de *commodities* agrícolas; (iv) contas a pagar pela compra de *commodities* agrícolas a fixar; (v) ativos não financeiros atrelados ao preço de mercado das *commodities* agrícolas, decorrente as contas a receber originadas em operações de *barter*; (vi) operações de futuros firmados com instituições financeiras; e (vii) pagamentos baseados em ações pelo valor justo. As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas baseadas na premissa da continuidade operacional. No entanto, como o Pedido de Recuperação Judicial divulgado na nota 14.8.5 apesar de ter sido aprovado pelos credores, ainda não foi homologado conforme mencionado na nota 31.7, há incertezas relevantes quanto a realização de ativos e liquidação de passivos no curso normal dos negócios. Nesse sentido, a Diretoria entendeu não ser apropriado nesse momento, fazer o teste para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos tributos a recuperar relativo ao ICMS (nota 9), do ativo imobilizado (nota 11), dos investimentos (nota 10), do ativo intangível, incluindo os ágios por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) (nota 12) e do direito de uso (nota 13). Adicionalmente, a Companhia apresentou a 1ª relação de credores, juntamente com o pedido de Recuperação Judicial, em 18 de setembro de 2024, e, em 9 de dezembro de 2024, foi apresentada a 2ª relação de credores elaborada pela Administração Judicial. Para os passivos classificados na categoria de fornecedores e parte do saldo classificado na categoria de passivos passivos apresentados na nota 14.8, não foi possível finalizar a contagem entre os saldos contábeis e os valores contábeis nas relações de credores, bem como as movimentações ocorridas entre 18 de setembro de 2024, data-base das listas de credores, e 31 de dezembro de 2024, data-base dessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

3. INFORMAÇÕES DE POLÍTICAS CONTÁBEIS MATERIAIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas utilizando informações do Agrolaxy e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas contábeis materiais e práticas contábeis consistentes, que foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas, consistentes com aquelas utilizadas na controladora. As novas políticas contábeis estão divulgadas na nota 3.1, que foram adotadas a partir de 1 de janeiro de 2024. **3.1 Mudanças nas políticas contábeis e divulgações:** As revisões de normas emitidas, até a divulgação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão apresentadas a seguir. A Companhia avaliou essas alterações e não identificou impacto decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas iniciadas em/ou após 1 de janeiro de 2024. **3.1.1 Alterações ao CPC 26 (R1)/IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Contábeis:** classificação de passivos como circulantes ou não circulantes e passivos não circulantes com *covenants* (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2024): As alterações aprimoram as informações fornecidas pela entidade quando o seu direito de deferir a liquidação de um passivo por pelo menos doze meses está sujeito ao cumprimento de cláusulas restritivas (*covenants*). A classificação de passivos como circulantes ou não circulantes baseia-se no cumprimento de *covenants* que sejam requeridos na data de reporte ou antes dessa data, mas nunca em relação a eventos futuros, além de requerer divulgação de informações nas notas explicativas que permitam aos usuários das demonstrações financeiras avaliar o risco de que o passivo possa se tornar exigível dentro de doze meses, incluindo as condições pactuadas (por exemplo, sua natureza e a data em que a entidade deve cumprí-las), se a entidade tiver cumprido as condições com base em suas circunstâncias no final do período de reporte e como a entidade espera cumprir as condições após o final do período de reporte. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e realizou a reclassificação dos saldos de longo prazo das rubricas de empréstimos e financiamentos (notas 15.3 e 16.3) e obrigações por cessão de crédito de 31 de dezembro de 2024, em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, ocorrido em 18 de setembro de 2024, pois este fato constitui um evento de inadimplemento nos termos dos contratos vigentes, com impacto em todos os contratos devido as cláusulas de vencimento cruzado ("*cross default*"). **3.1.2 Alterações ao CPC 06 (R2)/IFRS 16 - Arrendamentos: passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento (*sale and leaseback*)** (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2024): A alteração emitida em setembro de 2022 traz esclarecimentos sobre o passivo de arrendamento em uma transação de venda e retroarrendamento ("*sale and leaseback*"). Ao mensurar o passivo de locação subsequente à venda e retroarrendamento, o vendedor-arrendatário determina os "pagamentos de locação" e os "pagamentos de locação revisados" de forma que não resulte no reconhecimento pelo vendedor-locatário de qualquer ganho ou perda relacionada ao direito de uso que retém. Isto poderia afetar particularmente as transações de venda e locação em que os pagamentos do arrendamento incluem pagamentos variáveis que não dependem de um índice ou taxa. **3.1.3 Alterações ao CPC 03 (R2)/IAS 7 - Demonstração dos Fluxos de Caixa e CPC 40 (R1)/IFRS 7 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação: Divulgação sobre acordos de financiamentos de fornecedores** (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2024): A alteração emitida pelo IASB em maio de 2023, traz novos requisitos de divulgação sobre acordos de financiamento de fornecedores ("*supplier finance arrangements - SFAs*") com o objetivo de permitir aos investidores avaliarem os efeitos sobre os passivos de uma entidade, os fluxos de caixa e a exposição ao risco de liquidez. Os acordos de financiamento de fornecedores são frequentemente chamados de acordos de "*forfait*", "*confirming*" ou "risco sacado". Acordos de financiamento de fornecedores são descritos, nessa alteração, como sendo acordos em que um ou mais provedores de financiamento se oferecem para pagar valores que uma entidade deve aos seus fornecedores, e a entidade concorda em pagar de acordo com os termos e condições do acordo na mesma data, ou em uma data posterior, que os fornecedores são pagos. Os acordos normalmente proporcionam à entidade condições de pagamento estendidas, ou aos fornecedores da entidade condições de recebimento antecipado, em comparação com a data de vencimento original da fatura relacionada. As novas divulgações incluem as seguintes principais informações: (i) os termos e condições dos acordos SFAs; (ii) para a data de início e fim do período de reporte: • o valor contábil e as rubricas das demonstrações financeiras associadas aos passivos financeiros que são parte de acordos SFAs. • o valor contábil e as rubricas associadas aos passivos financeiros do acordo para os quais os fornecedores já receberam pagamentos dos provedores de financiamento. • intervalos das datas de vencimentos das pagamentos dos passivos financeiros no acordo e contas a pagar comparáveis que não fazem parte dos referidos acordos SFAs; (iii) alterações que não afetam o caixa nos valores contábeis de passivos financeiros no acordo; e (iv) concentração de risco de liquidez com provedores financeiros. A Companhia avaliou o conteúdo deste pronunciamento e não identificou impacto, visto que: (i) os termos e as condições dos acordos não sofreram alterações em comparação as condições originais; (ii) os valores contábeis objeto de antecipação estão divulgados na nota 14.2; (iii) a decisão de aderir a esta transação é exclusiva dos fornecedores, sendo que a Companhia não tem influência nem gestão sobre os valores recebidos pelos fornecedores; (iv) não houve alteração nas datas de vencimentos; e, (v) não ocorreram modificações não caixa dos acordos de antecipações de fornecedores. **3.2 Políticas contábeis adotadas: 3.2.1 Demonstrações financeiras individuais:** Os investimentos em controladas são avaliados pelo método da equivalência patrimonial, cujo investimento é reconhecido inicialmente pelo custo de aquisição e, posteriormente ajustado com base na participação da Companhia no lucro ou prejuízo gerado pelas controladas. Adicionalmente, o valor contábil do investimento em controlada é ajustado pelo reconhecimento da participação proporcional da Companhia nas variações de saldo dos componentes dos ajustes de avaliação patrimonial das controladas, reconhecidos diretamente em seu patrimônio líquido. Tais variações são reconhecidas de forma reflexa, em ajustes de avaliação patrimonial diretamente no patrimônio líquido da controladora. **3.2.2 Demonstrações financeiras consolidadas:** São elaboradas utilizando informações da Companhia e de suas controladas na mesma data-base, bem como, políticas contábeis consistentes. A Companhia consolida todas as controladas sobre as quais detém o controle de forma direta ou indireta, isto é, quando está exposta ou tem direitos e retornos variáveis de seu investimento na controlada e tem a capacidade de dirigir as atividades relevantes das transações e saldos entre a Companhia e suas controladas fora de pagamentos de pagamentos de consolidação, bem como os investimentos e os respectivos resultados de equivalência patrimonial. A participação dos acionistas não controladores está destacada. **3.2.3 Transações com participações de acionistas não controladores:** São transações em que parte do patrimônio líquido da controlada não é atribuído, direta ou indiretamente, à controladora. Para as aquisições de participações de acionistas de não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados diretamente no patrimônio líquido, em ajustes de avaliação patrimonial. **3.2.4 Investimentos em controladas:** São todas as entidades cujas atividades financeiras e operacionais podem ser conduzidas pela Companhia e nas quais normalmente há uma participação acionária de mais da metade dos direitos de voto. A Companhia controla uma entidade quando está exposta ou tem direito a retornos variáveis decorrentes de seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de interferir nesses retornos devido ao poder que exerce sobre a entidade. As entidades controladas são consolidadas a partir da data em que o controle é obtido até a data em que esse controle deixa de existir e nessa situação, qualquer participação remanescente retida pela ex-controladora deve ser remensurada ao seu valor justo e reconhecida no resultado do exercício. Os valores reconhecidos previamente em outros resultados abrangentes também são reclassificados para o resultado do exercício. **3.2.5 Demonstração do valor adicionado ("DVA"):** A elaboração da DVA individual e consolidada, como parte integrante das demonstrações financeiras, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias abertas, de acordo com os critérios definidos no CPC 09 Demonstração do Valor Adicionado. As IFRS não requerem a apresentação dessa demonstração, sendo que a mesma não é exigida para a redução ao valor recuperável (*impairment*). A alocação é feita de acordo com a seguinte metodologia: (i) a Companhia adota como política contábil demonstrar o efeito do imposto de renda e contribuição social diferidos ativos dentro do grupo de valor adicionado para distribuição. **3.2.6 Moeda funcional e moeda de apresentação:** A Companhia definiu que para a sua controladora e todas as suas controladas, a moeda funcional e de apresentação é o Real. **3.2.7 Transações e saldos em moeda estrangeira:** São convertidas adotando-se os seguintes critérios: (i) ativos e passivos monetários convertidos pela taxa de câmbio do final do exercício; (ii) ativos e passivos não monetários convertidos pela taxa histórica da transação; (iii) receitas e despesas são convertidas pela taxa de câmbio média das taxas diárias (PTAX); e (iv) os efeitos acumulados de ganho ou perda na conversão dos itens acima, são registrados no resultado financeiro do exercício. **3.2.8 Combinações de negócios:** São contabilizadas com a utilização do método de aquisição quando há transferência de controle para a adquirente. O custo de uma aquisição é mensurado pela soma da contraprestação transferida, avaliada com base no valor justo na data de aquisição, e o valor de qualquer participação de não controladores na adquirida. Para cada combinação de negócios, a adquirente deve mensurar a participação de não controladores na adquirida pelo valor justo ou com base na sua participação nos ativos líquidos identificados na adquirida. Custos diretamente atribuíveis à aquisição são contabilizados como despesa quando incorridos, exceto os custos relacionados à emissão de instrumentos de dívida ou de patrimônio, os quais são apresentados como reduções da dívida ou no patrimônio líquido, respectivamente. Na combinação de negócios, são avaliados os ativos adquiridos e passivos assumidos com o objetivo de classificá-los e aloca-los de acordo com os termos contratuais, as circunstâncias econômicas e as condições pertinentes na data de aquisição. Inicialmente, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo custo de aquisição menos o valor justo das atividades identificáveis e passivos assumidos, líquidos), após o reconhecimento inicial, o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é mensurado pelo custo deduzido de quaisquer perdas acumuladas do valor recuperável. Para fins de teste de redução ao valor recuperável (*impairment*), o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) é alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa que serão beneficiadas pela aquisição. Nas demonstrações financeiras individuais, o excesso de valor justo dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos em relação ao patrimônio líquido na data da aquisição das controladas permanece registrado no subgrupo de investimento na rubrica de mais valia de ativos de controladas. **3.2.9 Informações por segmento:** Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio para obter receitas e incorrer despesas. Os segmentos operacionais refletem a forma como o principal tomador de decisões operacionais, revisa as informações financeiras para tomada de decisão. A Diretoria da Companhia identificou os segmentos operacionais, que atendem aos parâmetros quantitativos e qualitativos de divulgação e representam, principalmente, a natureza de seus produtos, os quais são insumos agrícolas e grãos de *commodities* agrícolas. **3.2.10 Caixa e equivalentes de caixa:** Compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras de liquidez imediata, e/ou com vencimentos originais, que na data da aquisição, são iguais ou inferiores a 90 (nove) dias, prontamente convertíveis em um montante conhecido de caixa e sujeito a risco insignificante de mudança de valor. **3.2.11 Ativos financeiros:** Compreendem os saldos de aplicações em títulos de renda fixa, aplicações financeiras e direitos sobre prêmios pagos, com vencimentos originais, que na data da aquisição, são superiores a 90 (nove) dias. As aplicações em títulos de renda fixa são adquiridas em conexão com determinadas operações de securitização e emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA") e correspondem as cotas subordinadas e mezanino e contas centralizadas de titularidade da controladora e controladas, sendo mantidos até o vencimento. Tem como objetivo garantir eventuais riscos de crédito às Securitizadoras, cabendo às cotas subordinadas e mezanino, a absorção das primeiras perdas apuradas na carteira de recebíveis cedidos. **3.2.12 Instrumentos financeiros: 3.2.12.1 Classificação:** São contratos que dão origem a um ativo financeiro para uma entidade e a um passivo financeiro ou instrumento patrimonial a outra e são classificados, no reconhecimento inicial, com base nas características individuais e no modelo de gestão do instrumento ou da carteira em que está contido, cujas categorias de mensuração e apresentação são: (i) custo amortizado; e (ii) valor justo por meio do resultado. Compras e vendas regulares de ativos financeiros são reconhecidas na data de negociação, data na qual a Companhia se compromete a comprar ou vender o ativo. Os instrumentos financeiros são desreconhecidos quando os direitos de receber fluxos de caixa tenham vindo ou sido transferidos, substancialmente, todos os riscos e benefícios da propriedade. **3.2.12.1.1 Instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado:** São instrumentos financeiros mantidos pela Companhia (ii) com o objetivo de recebimento de seus fluxos de caixa contratuais e (ii) cujos termos contratuais são origem, em datas especificadas, a fluxos de caixas que constituam, exclusivamente pagamentos de principal e de juros sobre o valor do principal em aberto. Suas variações são reconhecidas no subgrupo de resultado financeiro, líquido calculadas por meio do método da taxa efetiva de juros. Compreendem os saldos de caixa e equivalentes de caixa, ativos financeiros, contas a receber de clientes (exceto a parcela a receber decorrente de operações de *barter*), os quais são liquidados mediante ativos não financeiros), outros ativos, fornecedores (exceto a parcela a pagar decorrente de operações de *barter*, os quais são liquidados mediante ativos não financeiros), empréstimos e financiamentos,

obrigações por cessão de crédito, dividendos a pagar, contas a pagar de arrendamento e outros passivos. **3.2.12.1.2 Instrumentos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** São instrumentos financeiros que não sejam mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Suas variações são reconhecidas no subgrupo resultado financeiro, líquido para instrumentos financeiros não derivativos e na rubrica de resultado de instrumentos financeiros derivativos, para os instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado. Compreendem os custos de fornecedores (relativo a valores que oscilam conforme a variação do preço das *commodities* agrícolas) e instrumentos financeiros derivativos. **3.2.12.2 Composição de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é registrado no balanço patrimonial quando há (i) um direito legal de compensar os valores reconhecidos e (ii) uma intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **3.2.12.3 Redução ao valor recuperável (*impairment*) de instrumentos financeiros:** As perdas esperadas associadas aos instrumentos financeiros passivos, são avaliadas prospectivamente e registradas ao custo amortizado. A metodologia de redução ao valor recuperável (*impairment*) aplicada depende de ter havido ou não um aumento significativo no risco de crédito. Para os contas a receber de clientes, é aplicada a abordagem simplificada conforme permitido pelo CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros e, por isso, reconhece a PECLD ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial dos recebíveis. **3.2.12.4 Instrumentos financeiros derivativos:** A Companhia detém instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras, taxa de juros e transações envolvendo *commodities* agrícolas. Os instrumentos financeiros derivativos mantidos pela Companhia compreendem os contratos a termo, as opções, os *Swaps* e as *Non-Deliverable Forward* ("NDF") cambiais. São reconhecidos pelo valor justo na data da celebração do contrato e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. Em virtude de a Companhia não ter adotado como política, a contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), as variações no valor justo de qualquer um desses instrumentos derivativos são reconhecidos no resultado financeiro. **3.2.12.4.1 Contratos a termo de compra e venda de commodities agrícolas:** Os ativos não monetários atrelados ao preço de *commodities* agrícolas, os estoques de *commodities* agrícolas e as contas a pagar com preço não fixado são mensurados ao valor justo e suas variações são reconhecidas no resultado financeiro. O segmento de Grãos, que opera com a origemação de grãos em que a Companhia atua como uma *trading company*, contrata instrumentos financeiros derivativos, representados por contratos de compra e venda a termo com clientes e contratos futuros com instituições financeiras, os quais são mensurados ao valor justo, incluindo aqueles contratos a termo que são liquidados com a entrega física dos produtos. A Companhia entende que a mensuração a valor justo por meio do resultado, dos contratos a termo que são liquidados com a entrega física, é necessária para eliminar uma inconsistência de reconhecimento que surgiria pelo seu não reconhecimento, conforme previsto no parágrafo 2.5 do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. Os contratos a termo são firmados para proteção do risco de preço de mercado (nota 21.1.2.3), ao qual a Companhia está sujeita, em razão das operações com grãos de onde surgem os seguintes ativos e passivos mensurados pelo valor justo: (i) estoques de *commodities* agrícolas, (ii) contas a pagar pela compra de grãos a fixar, (iii) ativos não financeiros atrelados ao preço de mercado da soja, decorrente as contas a receber originadas em operações de *barter* (nota 3.2.13); e (iv) operações de futuros firmados com instituições financeiras. Dessa forma, a não valorização dos contratos a termo resultaria em impacto o resultado do exercício em momentos diferentes dos referidos instrumentos. **3.2.13 Contas a receber de clientes:** Correspondem aos valores a receber de clientes pela venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia e são reconhecidos pelo valor nominal faturado na data da venda e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva e, quando aplicável, deduzidas da PECLD. As vendas a prazo são sujeitas ao ajuste a valor presente. A taxa de desconto utilizada é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa. O ajuste a valor presente, mensurado em base exponencial "*pro rata die*", a partir da origem de cada transação, é registrado como redutor das contas a receber em contrapartida à receita de vendas e no resultado financeiro, quando ocorre a sua realização. A taxa de desconto é revisada anualmente. Para a mensuração PECLD é aplicada a abordagem simplificada do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros considerando uma estimativa ao longo da vida útil a partir do reconhecimento inicial para todas as contas a receber de clientes e ativos de contratos. A Companhia utiliza-se de julgamento para estabelecer as premissas sobre o risco de inadimplência e para selecionar os dados para a mensuração da PECLD, que é calculada com base em uma matriz de provisões por faixa de vencimento da carteira de clientes, incluindo condições existentes de mercado e estimativas futuras ao final de cada exercício. Quando necessário, com base em análise individual, a provisão para perda esperada é complementada. A faixa de vencimentos da carteira de clientes é avaliada mediante referências às classificações externas de crédito, se houver, ou às informações históricas sobre os índices de inadimplência de contrapartes, considerando o risco de perda envolvido e a situação financeira do cliente, bem como a existência de instrumentos de garantia de safra e/ou imóveis por meio de CPRs, fianças, hipotecas e alienações fiduciárias, o que reduz a necessidade de perda do reconhecimento de PECLD e perda real potencial dos recebíveis da Companhia. A PECLD é estimada com base na análise da carteira de clientes, em montante considerado suficiente pela Diretoria e é registrada em contrapartida ao subgrupo despesas com vendas na demonstração de resultado. Para os demais títulos vendidos e a vencer relacionados a clientes com risco verificado, é efetuada uma análise individual. Quanto pertinentes, são realizados procedimentos de cobrança por meio de contatos diretos com os clientes e cobrança por meio de terceiros. Caso esses procedimentos não sejam suficientes, medidas judiciais são consideradas, sendo registrada a PECLD. Os títulos são baixados contra a provisão, à medida que a Diretoria considera que estes não são mais recuperáveis após ter tomado todas as medidas cabíveis para recebê-los. As contas a receber de clientes também incluem os recebíveis originados nas operações de *barter*, em que a Companhia comercializa insumos agrícolas em troca de *commodities* agrícolas. São reconhecidos pelo valor justo na data da transação e, posteriormente, o valor justo atrelado à variação do preço de *commodity* agrícola é ajustado pela cotação da *commodity* agrícola no mercado físico, em contrapartida do resultado financeiro. Adicionalmente, as contas a receber de clientes incluem créditos cedidos atrelados a operações de empréstimos e financiamentos, de securitização e de emissão de Certificados de Recebíveis do Agronegócio ("CRA"). Nessas operações, a Companhia não transfere substancialmente os riscos e benefícios associados aos ativos financeiros à contraparte, motivo pelo qual os respectivos recebíveis são mantidos reconhecidos no ativo, na rubrica de contas a receber de clientes em contrapartida às rubricas de empréstimos e financiamentos e de obrigações por cessão de créditos, no passivo circulante e não circulante, de acordo com a natureza e o prazo da obrigação. Por outro lado, a Companhia também realiza cessões de crédito com a transferência integral de controle e de todos os riscos e benefícios à contraparte, caracterizando o desreconhecimento contábil dos respectivos ativos. Nessas operações, não há cobrança da Companhia e os recebíveis são baixados do ativo no momento da cessão. O principal risco associado às operações de cessão, com ou sem desreconhecimento, está relacionado à inadimplência dos clientes cedidos, ou seja, o risco de não pagamento dos valores devidos. Os encargos financeiros decorrentes das cessões com manutenção de riscos e benefícios são reconhecidos como despesas financeiras na demonstração do resultado. Da mesma forma, eventuais desajustes apurados nas cessões com transferência de riscos são reconhecidos no resultado, quando aplicável. **3.2.14 Estoques:** Os estoques de produtos agrícolas adquiridos de terceiros e recebidos na liquidação de operações de *barter*, são registrados, respectivamente, pelo custo de aquisição ou de troca na data de recebimento e, subsequentemente, são mensurados pelo seu valor justo deduzidos os custos das vendas, em contrapartida do custo das mercadorias vendidas. Os demais itens em estoque são mensurados ao custo médio de aquisição ou ao valor realizável líquido, dos dois o menor. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no curso normal das atividades da Companhia, menos os custos estimados para a sua conclusão e dos gastos estimados necessários para efetuar a venda. Provisão para perda, ajusta a valor líquido de realização, itens deteriorados e estoque de baixa movimentação são mensurados e registrados quando necessário. **3.2.15 Partes relacionadas:** São transações realizadas entre partes relacionadas, oriundas de operações comerciais e financeiras. São consideradas como partes relacionadas: (i) acionistas que detentam influência significativa e/ou exerce função na gestão da Companhia e seus familiares próximos; (ii) membros do pessoal-chave da gestão da Companhia e suas controladas; e (iii) empresas que sejam membros da mesma gestão econômica ou que estejam sob controle de um acionista ou membro da gestão identificados no item (i) ou (ii). **3.2.16 Imobilizado:** Mensurado pelo custo de aquisição ou construção, líquido dos impostos recuperáveis. Este custo é deduzido da depreciação acumulada e perda por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável, que é o maior valor entre o de uso e o de venda, menos os custos de venda. Quando partes significativas de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens separados (componentes principais) de imobilizado. Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia. Os demais custos com reparos e manutenção são apropriados ao resultado quando incorridos. A depreciação é reconhecida com base na vida útil econômica estimada de cada ativo pelo método linear. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são registrados prospectivamente. Os terrenos não sofrem depreciação. A Companhia realiza anualmente a análise de indicadores de redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado. A provisão para perda ao valor recuperável do ativo imobilizado somente é reconhecida se a unidade geradora de caixa ("UGC") à qual o ativo está relacionado sofrer perda por desvalorização. Essa condição também se aplica mesmo se o valor recuperável do ativo for menor do que seu valor contábil. O valor recuperável do ativo ou UGC é o maior entre o seu valor em uso e o seu valor justo líquido de despesas de vendas. Todavia, conforme mencionado na nota 11, em 31 de dezembro de 2024, embora a Companhia possua indicação de ocorrência de perda no valor recuperável do seu ativo imobilizado, ficou impossibilitada de proceder ao teste para redução ao valor recuperável (*impairment*) do ativo imobilizado, pois não detinha informações suficientes para realizá-lo e aguarda a homologação do plano de recuperação, que já foi aprovado pelos credores (nota 31.7), em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, o qual contempla a base para as análises e projeções futuras. Os ganhos e as perdas em alienações de ativos imobilizados são mensurados pela comparação do valor da venda e o valor contábil residual e são reconhecidos no subgrupo de outras receitas (despesas) operacionais, líquidas na data de alienação. **3.2.17 Intangível:** São mensurados ao custo o momento do seu reconhecimento inicial, enquanto aqueles oriundos de uma combinação de negócios são reconhecidos ao valor justo na data de aquisição. Após o reconhecimento inicial, os ativos intangíveis são apresentados ao custo, menos amortização acumulada e perdas por redução do valor recuperável, quando aplicável. Para os intangíveis gerados internamente, excluindo custo de desenvolvimento, não são capitalizados e o gasto é refletido na demonstração do resultado no exercício em que foi incorrido. A vida útil de ativo intangível é avaliada como definida ou indefinida. Ativos intangíveis com vida útil definida são amortizados linearmente ao longo da vida útil econômica e avaliados em relação à redução ao valor recuperável (*impairment*) sempre que houver indicio de perda de seu valor econômico. A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de amortização são revisados anualmente e os efeitos de quaisquer mudanças nas estimativas são registrados prospectivamente. A amortização de ativos intangíveis com vida útil definida é reconhecida na demonstração do resultado na categoria de despesa relacionada ao seu uso e consistente com a vida útil econômica do ativo intangível. A amortização com relacionamento com clientes é registrada em despesas comerciais, as amortizações de marcas e patentes, nas despesas administrativas, enquanto as amortizações de softwares são registradas de acordo com a sua utilização, podendo ser custo das vendas, despesas administrativas ou comerciais. Os ativos intangíveis com vida útil indefinida são avaliados sujeitos à análise de redução ao valor recuperável, quando aplicável, e não são amortizados. A redução ao valor recuperável (*impairment*) ocorre quando o valor justo líquido de custos de venda é inferior ao valor contábil residual. A alocação é feita para a UGC ou grupo de UGCs que representa o menor nível dentro da entidade, para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente, no qual o ágio é monitorado para propósitos internos da Administração, e que se beneficiam da combinação de negócios. A Companhia registra neste subgrupo o ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*). Todavia, conforme mencionado na nota 12, em 31 de dezembro de 2024, embora a Companhia possua indicação de ocorrência de redução no valor recuperável do seu ativo intangível, ficou impossibilitada de proceder ao teste para redução ao valor recuperável (*impairment*) dos ativos intangíveis com vida útil definida e indefinida, pois não detinha informações suficientes para realizá-lo e aguarda a homologação do plano de recuperação, que já foi aprovado pelos credores (nota 31.7) em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, o qual contempla a base para as análises e projeções futuras. **3.2.18 Arrendamento:** Um contrato é, ou contém um arrendamento se o contrato transfere o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período em troca de contraprestação, para o qual é necessário avaliar se: (i) o contrato envolve o uso de um ativo identificado, que pode estar explícito ou implícito, e pode ser facilmente distinto ou representar substancialmente toda a capacidade de um ativo fisicamente distinto. Se o fornecedor tiver o direito substancial de substituir o ativo, então o ativo não é identificado; (ii) a Companhia tem o direito de obter substancialmente todos os benefícios econômicos do uso do ativo durante o período do contrato; e (iii) a Companhia tem o direito de direcionar o uso do ativo, ou seja, tem o direito de tomada de decisão para alterar como e para qual finalidade o ativo é usado, se: • tem o direito de operar o ativo, ou • projeta o ativo, de forma que predetermine como e para qual finalidade será usado. No início do contrato, a Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento que representa a obrigação de efetuar os pagamentos relacionados ao ativo subjacente do arrendamento. O ativo de direito de uso é, inicialmente, mensurado ao custo e compreende: (i) o valor inicial do passivo de arrendamento; (ii) o ajuste por qualquer pagamento efetuado na data início do contrato; (iii) adição qualquer custo direto; (iii) inicial incorrido; (iv) adicionado da estimativa de custos de desmontagem, remoção, restauração do ativo no local onde está localizado; e (v) menos qualquer incentivo recebido. O ativo de direito de uso é depreciado subsequentemente usando o método linear desde a data de início até o final da vida útil do ativo de direito de uso ou o término do prazo do arrendamento, o que ocorrer primeiro. Se a Companhia tiver razoável certeza de que irá exercer uma opção de compra, o ativo do direito de uso é depreciado ao longo da vida útil do ativo subjacente. A vida útil estimada do ativo de direito de uso é determinada na mesma metodologia dos ativos de propriedade da Companhia. O passivo de arrendamento bruto de PIS/COFINS, é inicialmente mensurado pelo valor presente, descontado com base na taxa nominal de empréstimo incremental, ou seja, sem considerar a inflação futura projetada. O passivo de arrendamento é inicialmente mensurado pelo valor presente dos pagamentos não efetuados, descontado à taxa de empréstimo incremental e, subsequentemente, mensurado pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos e é remensurado quando existir mudança: (i) nos pagamentos futuros decorrentes de uma mudança em índice ou taxa, (ii) na estimativa do montante esperado a ser pago no valor residual garantido, ou (iii) na avaliação se a Companhia exercerá a opção de compra, prorrogação ou rescisão. Quando o passivo de arrendamento é remensurado, o valor do ajuste correspondente é registrado no valor contábil do ativo de direito de uso ou no resultado, se o valor contábil do ativo de direito de uso tiver sido reduzido a zero. A taxa incremental, que é aquela que o arrendatário teria que pagar em um empréstimo para obter os fundos necessários para adquirir um ativo de valor semelhante, em um ambiente econômico similar, com termos e condições equivalentes. Os pagamentos do passivo de arrendamento são alocados entre o principal e as despesas financeiras. As despesas financeiras são reconhecidas no resultado durante o período do arrendamento para produzir uma taxa periódica constante de juros sobre o saldo remanescente do passivo para cada período. Os prazos dos arrendamentos são negociados

individualmente e contêm termos e condições diferenciadas. Os contratos de arrendamento não contêm cláusulas restritivas, entretanto, os ativos arrendados não podem ser utilizados como garantia de empréstimos. Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo de equipamentos e veículos e todos e arrendamentos de ativos de baixo valor são reconhecidos pelo método linear como uma despesa no resultado. Arrendamentos de curto prazo são aqueles com um prazo de 12 meses ou menos. Os ativos de baixo valor incluem equipamentos de informática, pequenos itens de mobiliário de escritório e outros contratos de pequeno valor que seja igual ou inferior a 12 meses. **3.2.19 Fornecedores:** Corresponde às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia. As contas a pagar aos fornecedores referentes a aquisição de mercadorias para revenda de insumos agrícolas são, inicialmente, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva, considerando a taxa média dos contratos negociados com os próprios fornecedores e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. As contas a pagar aos fornecedores referentes a compra de *commodities* agrícolas com preço a fixar, são registradas pelo valor justo na data de recebimento dos produtos e, subsequentemente, o valor justo atrelado à variação do preço de *commodity* agrícola é ajustado pela cotação da *commodity* agrícola no mercado físico, em contrapartida dos saldos de estoque de *commodities* agrícola ou do custo dos produtos vendidos. As aquisições a prazo são sujeitas ao ajuste a valor presente. A taxa de desconto utilizada é baseada na taxa média de captação de recursos por cada empresa. O ajuste a valor presente, mensurado em base exponencial "*pro rata die*", a partir da origem de cada transação, é registrado como redutor das contas a pagar de fornecedores em contrapartida ao estoque ou custo do produto do produto vendido e no resultado financeiro, quando ocorre a sua realização. A taxa de desconto é revisada anualmente. Em relação as operações de fomento fornecedor, a Companhia avalia se há modificação substancial do passivo original com base em aspectos qualitativos e quantitativos. Se o passivo original foi substancialmente modificado, a Companhia desreconhece o passivo original e reconhece um novo passivo financeiro, registrando o eventual ganho/(perda) no resultado. Se o passivo original não foi substancialmente modificado, a Companhia mantém o passivo original reconhecido. **3.2.20 Empréstimos e financiamentos:** São reconhecidos, inicialmente, pelo valor justo, líquido dos custos incorridos na transação e são, subsequentemente, demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados e liquidados, é reconhecida na demonstração do resultado, utilizando o método da taxa efetiva de juros durante o período em que as obrigações por cessão de créditos estejam em aberto. **3.2.22 Provisões e ativos contingentes:** Ativos contingentes não são registrados. O reconhecimento somente é realizado pela confirmação ou não de um ou mais eventos futuros incertos, quando os benefícios econômicos são praticamente certos e cujo valor seja possível ser mensurado com segurança. Os ativos contingentes avaliados como êxitos prováveis são divulgados em nota explicativa, quando material. Uma provisão é reconhecida na medida em que a Companhia espera desembolsar fluxos de caixa, que possa ser mensurada com segurança e que seja fruto de um evento passado. Os processos tributários, civis e trabalhistas são provisionados quando as perdas são avaliadas como prováveis e os montantes envolvidos forem mensurados com suficiente segurança. Depósitos judiciais são efetuados quando requeridos. Quando a expectativa de perda nestes processos é possível, uma descrição dos processos e montantes envolvidos é divulgada nas notas explicativas. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados. As provisões são mensuradas ao valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação. **3.2.23 Imposto de renda da pessoa jurídica ("IRPJ") e contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") correntes e diferidos:** Os tributos sobre o lucro compreendem o imposto de renda e contribuição social sobre o lucro líquido, correntes e diferidos. O IRPJ corrente e diferido é mensurado aplicando-se as alíquotas de 15% acrescido de 10% sobre o lucro tributável do exercício que exceder R\$240. Do montante do lucro tributável apurado, há permissão para compensação de prejuízos fiscais anteriormente constituídos, porém a dedução é limitada a 30% do lucro tributável. A CSLL corrente e diferida é mensurada aplicando a alíquota de 9% sobre o lucro tributável. Do montante do lucro tributável apurado, há permissão para compensação de bases negativas anteriormente constituídas, porém a dedução é limitada a 30% do lucro tributável. São reconhecidos no resultado, exceto que estejam relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido no subgrupo de ajustes de avaliação patrimonial. **3.2.23.1 IRPJ e CSLL correntes:** A despesa ou receita de IRPJ ou CSLL correntes correspondem, respectivamente, aos montantes a pagar ou a restituir estimados sobre o lucro ou prejuízo tributável do exercício. O montante de IRPJ e CSLL corrente a pagar ou a restituir é reconhecido no balanço patrimonial, respectivamente, como passivo ou ativo fiscal pela melhor estimativa do valor a ser pago ou restituído. É mensurado com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e reconhecido como despesa (receita) de imposto de renda e contribuição social corrente. **3.2.23.2 IRPJ e CSLL diferidos:** Os impostos e contribuições diferidos passivos são reconhecidos sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos nas demonstrações financeiras e os usados para fins de tributação. Os impostos e contribuições diferidos são determinados com base nas alíquotas vigentes na data do balanço e que devem ser aplicadas quando forem realizados ou quando forem liquidados. As mudanças dos ativos e passivos fiscais diferidos no exercício são reconhecidas como despesa de imposto de renda e contribuição social diferida. Os impostos e contribuições diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para ser utilizado na compensação das diferenças temporárias, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. A mensuração dos ativos e passivos fiscais diferidos reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual a Companhia espera recuperar ou liquidar o valor contábil de seus ativos e passivos. Os impostos e contribuições diferidos ativos e passivos são apresentados líquidos se existir um direito legal exequível de serem compensados, e se forem de competência da mesma autoridade fiscal sob a mesma entidade tributável. **3.2.24 Reconhecimento da receita:** As receitas de contratos com clientes são mensuradas pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de produtos e serviços no curso normal das atividades da Companhia e é apresentada líquida dos impostos incidentes, das devoluções, dos abatimentos, dos descontos e do ajuste ao valor presente. São reconhecidas em conformidade com o regime contábil de competência, quando o seu valor é mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a entidade e quando os critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. As receitas de contratos com clientes são provenientes de: (i) revenda de insumos agrícolas: compreende o comércio de fertilizantes, defensivos, foliares e sementes de soja e milho; e (ii) recebimento físico, armazenamento, beneficiamento, padronização, comercialização, importação e exportação de *commodities* agrícolas, os quais são, substancialmente, soja, milho e trigo, adquiridas de terceiros e das originadas nas operações de *barter*. **3.2.24.1 Insumos agrícolas com a liquidação em ativo não financeiro:** A Companhia realiza a venda de insumos agrícolas com o recebimento em *commodities* agrícolas, sempre por determinação do cliente que prefere trocar o valor da operação em quantidade de mercadoria a ser entregue, visando se proteger do risco de preço de mercado. Essa operação atende aos interesses normais da Companhia que opera na origemação de grãos para sua atuação como uma *trading company*. As contas a receber, oriundas dessas operações, são liquidadas como ativos não monetários (produtos agrícolas) e, por isso, estão fora do escopo do CPC 48/IFRS 9 - Instrumentos Financeiros. A receita da venda de insumos agrícolas é mensurada pelo valor justo no momento da venda. As variações subsequentes das contas a receber de clientes, as quais são remensuradas pelo valor justo estimado de liquidação das *commodities* agrícolas no mercado físico, são tratadas como instrumentos financeiros derivativos (contratos a termo e reconhecidas no resultado financeiro. A Companhia entende que as variações subsequentes das contas a receber de clientes não representam receita variável da venda de insumos, considerando que a partir do seu reconhecimento inicial, o segmento de grãos passa a atuar na gestão desses ativos em conjunto com os estoques de grãos, os quais constituirão os custos das vendas daquele segmento. **3.2.24.2 Grãos, insumos agrícolas e sementes:** A receita de venda de grãos, de insumos agrícolas e de sementes é reconhecida quando o controle sobre os produtos é transferido, ou seja, no momento da entrega dos produtos para o cliente e essa passa a ter controle sobre os produtos vendidos. As condições para o reconhecimento estão apresentadas a seguir: (i) a obrigação e o comprador aprovaram a transação e estão comprometidas em cumprir suas respectivas obrigações; (ii) a Companhia pode identificar os direitos de cada parte em relação aos bens a serem transferidos; (iii) a Companhia pode identificar os termos de pagamento para os bens ou serviços a serem transferidos; (iv) a transação possui substância comercial, ou seja, espera-se que o risco, a época ou o valor dos fluxos de caixa futuros da entidade se modifiquem como resultado do contrato; e (v) é provável que a entidade receberá a contraprestação à qual terá direito em troca dos bens ou serviços que serão transferidos ao cliente. O montante da receita auferida com a venda de insumos é determinado no momento do seu reconhecimento, com base no valor justo estimado para cada transação quando da transferência do controle da mercadoria. Para as vendas de insumos que serão liquidadas em dinheiro, o valor justo é determinado pelo valor presente das contas a receber de clientes originadas na transação, e para as vendas de insumos que serão liquidadas com a entrega física de *commodities* agrícolas ("*barter*") pelo cliente, o valor justo é determinado pelo valor de comercialização dessas *commodities* agrícolas no momento em que a venda dos insumos é reconhecida. A Companhia entende não haver receita variável decorrente da transação de venda de insumos, por considerar que, a partir do reconhecimento do recebível atrelado ao preço das *commodities* agrícolas, os resultados auferidos contribuem para o segmento de grãos. Nesse contexto, a Companhia auferir margens similares nas vendas de insumos liquidadas em ativos financeiros em comparação com as vendas liquidadas em *commodities* agrícolas. O montante da receita auferida com a venda das *commodities* agrícolas é determinado com base no valor contábil definido entre a Companhia e seus clientes. **3.2.25 Receitas financeiras e despesas financeiras:** Compreendem (i) receitas e despesas de juros, (ii) ganhos/perdas de ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado, (iii) ganhos/perdas de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros, (iv) ganhos/perdas pela atualização do valor justo dos recebíveis originados nas operações atreladas à variação do valor justo das *commodities* agrícolas e (v) ajuste a valor presente de clientes e fornecedores. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado por meio do método dos juros efetivos. **3.2.26 Resultado básico por ação:** O cálculo do resultado básico por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis durante o exercício. O cálculo do resultado diluído por ação é efetuado por meio da divisão do resultado líquido do exercício, atribuído aos detentores de ações ordinárias da Companhia, pela quantidade média ponderada de ações ordinárias disponíveis, durante o exercício, somados à quantidade média ponderada de ações ordinárias que seriam emitidas na conversão de todas as ações ordinárias potenciais diluidoras. **3.2.27 Pagamento baseado em ações:** A Companhia possui um plano de Incentivo de Longo Prazo ("ILP") que consiste no pagamento baseado em ações, no qual concede aos beneficiários o direito de se tornarem acionistas da Companhia, por meio do exercício das opções de compra de ação que lhes são outorgadas no âmbito do programa, sendo liquidado em ações. O valor total da despesa é mensurado ao valor justo das opções de ações outorgadas e reconhecido na demonstração de resultado como despesa administrativa em contrapartida ao patrimônio líquido durante o exercício no qual o direito é adquirido. A cada exercício findo, a Companhia revisa suas estimativas da quantidade de opções de ações que terão seus direitos adquiridos. Uma vez exercidas as opções, os valores recebidos, líquidos de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis, são creditados no capital social, pelo valor nominal, e na reserva de ágio, se aplicável, quando as opções de ações são exercidas. As contribuições sociais a pagar em conexão com a outorga das opções de ações são consideradas parte integrante da própria outorga, e a cobrança é tratada como uma transação liquidada em dinheiro. **3.2.28 Participação dos funcionários e administração no resultado:** Os colaboradores têm direito a uma participação no resultado com base em determinadas metas individuais e coletivas acordadas anualmente. Já para os diretores estatutários são utilizadas como base as disposições estatutárias, propostas pelo Conselho de Administração e aprovadas pelos acionistas. As provisões para participação são reconhecidas em contas contábeis distintas no subgrupo de salários e encargos sociais em

... continuação

Outros ativos incluem, substancialmente: (i) ativos mantidos para a venda, relativo a bens recebidos por dação em pagamento de contas a receber renegociadas, não há valores na controladora e R\$32.264 no consolidado; (ii) valores a receber dos ex-sócios de empresas adquiridas, cuja responsabilidade está prevista nos respectivos contratos de aquisição das adquiridas, no montante de R\$5.427 na controladora e R\$20.265 no consolidado; e (iii) despesas antecipadas, substancialmente, com seguro e taxas de distribuição com FIDC Fiagro, no montante de R\$15.002 na controladora e R\$19.424 no consolidado. Outros passivos incluem, substancialmente: (i) provisões de multas oriundas do Pedido de Recuperação Judicial (nota 1.4.8) no montante de R\$2.993 na controladora e R\$85.239 no consolidado; (ii) multa contratual (“wash out”), não há valores na controladora e R\$59.516 no consolidado; e (iii) provisões e pagamentos diversos, no montante de R\$20.169 na controladora e R\$271.815 no consolidado. **3.2.31 Dividendos e juros sobre o capital próprio:** A distribuição de dividendos ou juros sobre o capital próprio é reconhecida como um passivo, apurado com base na legislação societária, no estatuto social e na política de dividendos do Agrolaxy, que estabeleça que o dividendo mínimo anual 25% do lucro líquido ajustado consolidado no exercício e, desde que declarados antes do final do exercício. Qualquer parcela excedente dos dividendos mínimos obrigatórios, caso seja declarada após a data do balanço, deve ser registrada na conta contábil dividendo adicionais propostos, no patrimônio líquido, até aprovação pelos acionistas, em assembleia geral. Após aprovação, é efetuada a reclassificação para o passivo circulante. Os juros sobre o capital próprio eventualmente pagos ou creditados pela Companhia aos acionistas, serão imputados, líquidos do imposto de renda na fonte, ao valor do dividendo mínimo obrigatório do exercício. A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas, quando aplicável, nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por considerá-los retorno dos investimentos realizados. **3.2.32 Capital social:** As ações ordinárias são classificadas no patrimônio líquido. Os custos de transação diretamente atribuíveis à oferta pública são registrados, de forma destacada, em conta redutora do patrimônio líquido, deduzidos dos efeitos fiscais. **3.2.33 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis relevantes:** Conforme divulgado na nota 2, a Diretoria utilizou-se de julgamentos, estimativas e premissas contábeis com relação ao futuro, cuja incerteza pode levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil de certos ativos, passivos, receitas e despesas em exercícios futuros, e são apresentados a seguir: (i) continuidade operacional (1.4.8.5); (ii) controle, influência significativa e consolidação (nota 1.1); (iii) PECLD (nota 6); (iv) taxa de desconto para cálculo do ajuste ao valor presente de contas a receber e fornecedores (nota 6 e 14); (v) provisão para perdas nos estoques (nota 7); (vi) análise anual do valor recuperável de tributos diferidos e a recuperar (nota 8 e 9); (vii) incertezas sobre o tratamento de imposto de renda (nota 8); (viii) análise anual do valor recuperável do ágio por expectativa de rentabilidade futura (*goodwill*) (nota 12); (ix) análise anual do valor recuperável de ativos não financeiros (notas 11 e 12); (x) vida útil dos bens do ativo imobilizado e intangíveis com vida útil definida (notas 11 e 12); (xi) taxa de desconto para cálculo do ajuste ao valor presente do passivo de arrendamento (nota 13); (xii) provisão para passivos judiciais (nota 18); (xiii) pagamento baseado em ações (nota 20); (xiv) valor justo de instrumentos financeiros derivativos e não derivativos (nota 22); (xv) estoques de *commodities* agrícolas (nota 22); (xvi) transferência de controle para reconhecimento da receita (nota 25); e (xvii) determinação da receita com a venda de insumos agrícolas com a liquidação em ativo não financeiro (nota 25). Adicionalmente, em função do Pedido de Recuperação Judicial (nota 1.4.8), em comparação com as demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a Companhia também revisou para o exercício findo em 31 de dezembro de 2024 os seguintes temas: (i) suspensão da exigibilidade de passivos incluídos no Pedido de Recuperação Judicial (notas 14, 15, 16 e 20); (ii) determinação de registrar os encargos financeiros até a data do Pedido de Recuperação Judicial, conforme determinado no artigo 6º, inciso II da Lei nº 11.101/2005 (notas 14.2, 15.1 e 16.1); e (iii) determinação de registrar a variação cambial até a data do Pedido de Recuperação Judicial, conforme determinado no artigo 9º, inciso II da Lei nº 11.101/2005 (notas 14.2 e 15.1). A Diretoria revisa a cada período de reporte as premissas utilizadas em suas estimativas contábeis. O efeito das revisões das estimativas contábeis é reconhecido nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia no período em que tais revisões são efetuadas. **3.3 Novas normas, revisões e interpretações ainda não adotadas:** As normas e interpretações novas e alteradas adotadas, mas não ainda não adotadas, até a emissão destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, estão descritas a seguir. A Companhia pretende adotar as normas e interpretações, se aplicável, quando entrarem em vigor e não espera ter um impacto material decorrente de sua aplicação em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. A adoção antecipada de normas, embora encorajada pelo IASB, não é permitida, no Brasil, pelo CPC. **3.3.1 Alterações ao CPC 36(R3)/IFRS 10 - Demonstrações Consolidadas e CPC 18 (R2)/IAS 28 - Investimento em Coligada, em Controlada e em Empreendimento Controlado em Conjunto: venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto (à data de vigência das alterações ainda não foi definida pelo IASB, porém, é permitida a adoção antecipada):** Alterações que envolvem a venda ou contribuição de ativos entre um investidor e sua coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Os ganhos ou as perdas resultantes da perda de controle de uma controlada, que não contenha um negócio em uma transação com uma coligada ou empreendimento controlado em conjunto, contabilizada utilizando o método de equivalência patrimonial, são reconhecidos no resultado da controladora proporcionalmente às participações dos investidores não relacionados a essa coligada ou empreendimento controlado em conjunto. Da mesma maneira, os ganhos ou as perdas resultantes da renunciação de investimentos retidos na antiga controlada, que tenha se tornado coligada ou empreendimento controlado em conjunto contabilizado pelo método de equivalência patrimonial, ao valor justo são reconhecidos no resultado da antiga controladora proporcionalmente às participações dos investidores não relacionados na nova coligada ou empreendimento controlado em conjunto. **3.3.2 Alterações ao CPC 02 (R2)/IAS 21 - Efeitos das Mudanças nas Taxas de Câmbio e Conversão de Demonstrações Contábeis: ausência de permutabilidade (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2025):** A alteração emitida em agosto de 2023, traz requerimentos para que uma entidade aplique uma abordagem consistente para avaliar se uma moeda é permutável por outra moeda e, quando não for, para determinar a taxa de câmbio apropriada a utilizar e as divulgações a serem realizadas. Nesse contexto, a permutabilidade é tida como inexistente quando, para um determinado ativo, a entidade não consegue obter mais do que uma quantia insignificante de moeda estrangeira. Para tal, a entidade avalia: (i) a tempestividade para se obter moeda estrangeira, (ii) a habilidade prática (e não intenção) de obter moeda estrangeira; e (iii) os mercados ou mecanismos de troca disponíveis que criam direitos e obrigações executáveis. **3.3.3 Resolução CVM nº 193/2023 - Elaboração e divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2025. Permitida a adoção voluntária para períodos anuais em 1 de janeiro de 2024):** Em 20 de outubro de 2023, a CVM emitiu a Resolução nº 193/2023 que dispõe sobre a elaboração e a divulgação do relatório de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, com base no padrão internacional emitido pelo *International Sustainability Standards Board* (“ISSB”) pelas companhias abertas, fundos de investimento e companhias securitizadas, sendo a adoção: (i) voluntária: a partir dos exercícios sociais iniciados em/ou após 1 de janeiro de 2024; ou (ii) obrigatória: a partir dos exercícios sociais iniciados em/ou após 1 de janeiro de 2026. A Companhia adotará a referida resolução a partir dos exercícios sociais iniciados em/ou após 1 de janeiro de 2026. **3.3.4 IFRS 18 - Presentation and Disclosure in the Financial Statements em substituição IAS 1 - Presentation of Financial Statements correspondente ao CPC 26 (R1) - Apresentação das demonstrações contábeis (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1 de janeiro de 2027):** O IASB deve emitir em abril de 2024, o IFRS 18 em substituição IAS 1 correspondente ao CPC 26 (R1), no qual são introduzidas melhorias em relação aos requerimentos de apresentação e divulgação com foco na Demonstração de Resultado do Exercício (“DRE”). As novas divulgações incluem os seguintes requerimentos: (i) novas categorias e subtotais obrigatórios na DRE: o IFRS 18 introduz 3 (“três”) categorias definidas na estrutura da DRE, com a inclusão de novos subtotais e classificação em operacional, investimento e financiamento. Com isso, o IFRS 18 exigirá a apresentação de 2 (“dois”) novos subtotais definidos na DRE, o lucro operacional e o lucro antes dos juros e impostos sobre o lucro; (ii) divulgações em notas explicativas sobre métricas não-GAAP (*management-defined performance measures* - MPMS); e (iii) melhora na agregação e desagregação de informação na DRE introduzindo requisitos específicos de saldos denominados como outros e apresentação de despesas operacionais especificadas por natureza, incluídas em cada linha de acordo com sua função. Esta norma será objeto de consulta pública pela CVM em 2024 para que seja realizada a conversão do IFRS 18. **3.3.5 Decisão da agenda do IFRIC sobre a divulgação de receitas e despesas para segmentos reportáveis (CPC 22 / IFRS 8):** Em julho de 2024, o IASB aprovou uma decisão da agenda do IFRIC em relação ao relatório de segmentos reportáveis. A decisão trata de como uma entidade aplica os requisitos do parágrafo 23 do IFRS 8 para divulgar para cada segmento reportável os valores específicos relacionados ao lucro ou prejuízo do segmento. A Companhia está avaliando o conteúdo desta decisão da agenda do IFRIC e não espera alterações no formato de divulgações por informação por segmento, pois não foi alterada a forma de gestão e a maneira com a que a diretoria e os *stakeholders* analisam o negócio. **3.3.6 Alterações ao IFRS 9 e IFRS 7 - Classificação e Mensuração de Instrumentos Financeiros (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2026):** Em 30 de maio de 2024, o IASB emitiu emendas direcionadas ao IFRS 9 e IFRS 7 para responder a questões recentes que surgem na prática para incluir novos requisitos não apenas para instituições financeiras, mas também para entidades corporativas. Essas emendas: (i) esclarecem a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros, com uma nova exceção para alguns passivos financeiros liquidados por meio de um sistema de transferência eletrônica de dinheiro; (ii) esclarecem e adicionam mais orientações para avaliar se um ativo financeiro atende ao critério de pagamentos exclusivos de principal e juros; (iii) adicionam novas divulgações para certos instrumentos com termos contratuais que podem alterar os fluxos de caixa (como alguns instrumentos financeiros com características vinculadas ao cumprimento de metas ambientais, sociais e de governança); e (iv) atualizam as divulgações para instrumentos de patrimônio designados a valor justo por meio de outros resultados abrangentes. **3.3.7 IFRS 19 Subsidiárias sem Responsabilidade Pública: Divulgações (Aplicável para períodos anuais com início em/ou após 1º de janeiro de 2027):** Emitido em maio de 2024, o IFRS 19 permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam de acordo com as normas contábeis IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos.

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Caixa	7.006	2.979
Bancos	44.520	55.047

	Taxa média % a.a.	31/12/2024	31/12/2023
Equivalentes de caixa ⁽¹⁾	100,00% do CDI - 2024 (100,00% do CDI - 2023)	423.956	680.280
		475.482	738.306

1) Inclui, substancialmente, aplicações compromissadas e Certificado de Depósito Bancário (“CDB”) em bancos considerados de 1ª linha. Em 31 de dezembro de 2024, a controladora, o saldo de bancos é R\$522.377, substancialmente, representado por aplicações em CDB com taxa de 100,0% do CDI (R\$190.182, substancialmente, representado, por aplicações em fundo de investimento com taxa de 100,00% do CDI, em 31 de dezembro de 2023).

5. ATIVOS FINANCEIROS

		Consolidado	
	Taxa média % a.a.	31/12/2024	31/12/2023
	100,00% do CDI - 2024 (100,00% do CDI - 2023)		
Aplicações em títulos de renda fixa ⁽¹⁾		74.682	115.001
	99,00% a 100,00% do CDI - 2024 (99,00% a 103,90% do CDI - 2023)		
Aplicações financeiras ⁽²⁾		101.238	319.580

Circulante	60	309.105
Não circulante	175.860	125.476

1) São adquiridas em conexão com determinadas operações de securitização e emissão de CRAs (nota 16) e FIDC FIagro (nota 1.4.4.). Em 31 de dezembro de 2024, a absorção das primeiras perdas apuradas na carteira de recebíveis cedidos em conexão às cotas subordinadas e mezanino e contas centralizadoras, estão limitadas entre 1,22% a 20,05% do valor da emissão. Adicionalmente, a Companhia não incorreu e não espera incorrer em quaisquer perdas relacionadas a não liquidez da carteira de recebíveis cedidos, que as operações de securitização remanescentes não requerem a substituição dos recebíveis, pois a obrigação é justificar a realização das vendas e/ou são operações sem direito de regresso. 2) Em 31 de dezembro de 2024, em decorrência do Pedido de Recuperação Judicial, ocorrido em 18 de setembro de 2024, determinadas instituições financeiras executaram os depósitos em garantia (*escrow account*) que estavam atrelados a empréstimos e financiamentos e reciprocidade com vencimento para resgate (nota 15). O saldo remanescente é representado, substancialmente, por notas comerciais, adquiridas em conexão com o FIDC FIAGRO (nota 1.4.4.). Em 31 de dezembro de 2024, na controladora, o saldo de ativos financeiros é de R\$172.452, substancialmente, representado, por cotas subordinadas e mezanino e contas centralizadoras e aplicações financeiras, com taxa de 100,00% do CDI (R\$108.819, substancialmente, representado, por cotas subordinadas e contas centralizadoras, com taxa de 100,00% do CDI, em 31 de dezembro de 2023).

6. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

6.1 Composição dos saldos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Contas a receber	1.506.721	2.630.774
Partes relacionadas (nota 20.1)		18.051
Títulos securitizados ⁽¹⁾	878.167	1.060.948
Transações de <i>barter</i> ⁽²⁾	18.258	65.330
Outras		25.876
(-) PECLD	(1.159.410)	(236.175)
	1.243.736	3.564.804
Circulante	988.142	3.327.372
Não circulante	255.594	237.432

AGROGALAXY PARTICIPAÇÕES S.A. - EM RECUPERAÇÃO JUDICIAL

1) A Companhia realiza cessões de crédito que são atrelados a empréstimos e financiamentos e a operações de securitização e emissão de CRAs, onde não há transferência substancial, à contraparte, de todos os riscos e benefícios associados aos ativos, e dessa forma, esses títulos não são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. Consequentemente, o passivo resultante dessas operações está registrado nas rubricas de empréstimos e financiamentos e de obrigações por cessão de crédito (notas 15 e 16). 2) Compreende as operações na modalidade *barter*, que consiste na venda de produtos a um cliente mediante o recebimento do resultado da colheita do produtor (*commodities* agrícolas) em substituição do pagamento em caixa. São tratados como contrato a termo, sendo um instrumento financeiro que é inicialmente, reconhecido a valor justo e posteriormente, remensurado a cada data de fechamento de balanço. A Companhia realiza cessões de crédito de certos clientes com a transferência de controle à contraparte de todos os riscos e benefícios associados aos ativos, de forma esses títulos são desreconhecidos do saldo de contas a receber de clientes. O impacto dessas cessões de crédito sobre o saldo de contas a receber de clientes em 31 de dezembro de 2024 foi de R\$970.860 no consolidado (R\$513.625 no consolidado em 31 de dezembro de 2023) e estão, substancialmente, atreladas às transações do FIDC FIAGRO (nota 1.4.4.). Em 31 de dezembro de 2024, o prazo médio das Contas a receber de clientes para o segmento operacional insumos foi de 162 dias (215 dias em 31 de dezembro de 2023) e para grãos foi de 24 dias (2 dias em 31 de dezembro de 2023). As contas a receber de clientes sobre as vendas a prazo são sujeitas ao ajuste a valor presente pelo prazo de cada operação a uma taxa mensal média de 1,20% (1,20% em 31 de dezembro de 2023).

6.2 Análise dos vencimentos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Valores a vencer	719.269	3.197.446
Valores vencidos		
1 a 60 dias	72.118	67.232
61 a 180 dias	401.661	152.515
181 a 360 dias	733.414	133.874
361 a 720 dias	211.356	74.274
Acima de 720 dias	265.328	175.638
(-) PECLD	(1.159.410)	(236.175)
	524.467	367.358
	1.243.736	3.564.804

Na avaliação da Diretoria e em conexão ao mencionado na nota 22.2.1, a PECLD foi mensurada considerando os critérios do contexto atual da Companhia (notas 1.1 e 1.4.8).

6.3 Movimentação da PECLD

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
No início do exercício	(236.175)	(285.779)
(Adição)/reversão, líquida	(923.235)	49.604
No final do exercício	(1.159.410)	(236.175)

Em 31 de dezembro de 2024, do montante total de contas a receber de clientes, a Companhia mantém garantias atreladas a hipotecas, CPRs e maquinários, no montante de R\$184.660. **6.4 Informações sobre os principais clientes:** A Companhia não possui clientes, individualmente ou como grupo econômico, responsáveis por mais de 10% da receita líquida total, em decorrência das características do setor e do mercado de atuação, em 31 de dezembro de 2024 e 2023.

7. ESTOQUES

7.1 Composição dos saldos

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
Defensivos	123.860	497.018
Sementes	325	121.858
Fertilizantes	4.704	29.008
Especialidades ⁽¹⁾	117.357	117.893
Grãos (nota 7.3)	34.697	64.977
Valor justo - Grãos	10.779	21.126
Outros (nota 7.3)	10.425	17.573
	(78.329)	(29.618)
(-) Provisão para perdas estimadas nos estoques	223.818	839.835

1) Compreendem foliares, adubos biológicos e inoculantes. Em 31 de dezembro de 2024, o custo dos produtos, mercadorias e serviços vendidos reconhecido no resultado foi de R\$4.674.048 (R\$8.430.991 em 31 de dezembro de 2023). O montante do estoque de grãos oferecido em garantia está divulgado na nota 15.4. **7.2 Movimentação da provisão (reversão) de perdas estimadas:** As movimentações foram registradas em contrapartida a rubrica de custo dos produtos e mercadorias e vendidos, estão divulgadas a seguir:

	Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023
No início do exercício	(29.618)	(39.665)
Adição ⁽¹⁾	(50.231)	(24.632)
Baixa / reversão ⁽²⁾	1.520	34.679
No final do exercício	(78.329)	(29.618)

1) O aumento no período é referente a (i) redução de preços de produtos de R\$9.871 (R\$27.852 em 31 de dezembro de 2023) e (ii) provisão para produtos vendidos de R\$40.461, substancialmente decorrente da quebra dos acordos de devolução por parte dos fornecedores em função do Pedido de Recuperação Judicial (R\$13.825 em 31 de dezembro de 2023). 2) Refere-se, substancialmente, as vendas de insumos que estavam ajustados ao valor realizável líquido.

7.3 Mensuração dos estoques de grãos: As cotações utilizadas para a valorização dos estoques de grãos foram obtidas na Bolsa de Mercadorias e Futuros (“BM&F”) e *Chicago Board Of Trade* (“CBOT”) e estão divulgadas a seguir:

	Consolidado					
	31/12/2024			31/12/2023		
	Valor		Valor	Valor		Valor
	Valor	Saca ⁽¹⁾	R\$/Saca ⁽²⁾	Valor	Saca ⁽¹⁾	R\$/Saca ⁽²⁾
Soja	21.322	187	114,02	16.427	117	140,40
Milho	24.092	354	68,06	60.941	985	61,87
Trigo	30	0,4	83,64	8.735	112	77,99
Café	32	0,04	875,11			
	45.476	541		86.103	1.214	

1) Em milhares de quantidades de sacas de 60 kg. 2) Valores expressos em Reais.

Os níveis de exposição da Companhia aos riscos de mercado relacionados às cotações dos *commodities* agrícolas estão divulgados na nota 22.1.2.3.

8. IMPOSTO DE RENDA PESSOA JURÍDICA (“IRPJ”) E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL SOBRE O LUCRO LÍQUIDO (“CSLL”)

8.1 Conciliação do imposto de renda e contribuição social sobre o resultado líquido

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2024	31/12/2023	31/12/2024	31/12/2023
Resultado antes do imposto de renda e da contribuição social sobre o resultado	(2.996.138)	(374.135)	(2.841.599)	(488.489)
Imposto de renda e contribuição social pela alíquota nominal de 34%	1.018.687	127.206	966.150	165.399
Efeito tributário sobre diferenças permanentes	(949.622)	(85.093)		
Resultado de equivalência patrimonial				
Subvenção governamental (nota 18.1.1)				174.030
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social de anos anteriores constituídos no exercício				93.158
Tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e base de cálculo negativa e diferenças temporárias não constituídos (nota 8.3)	(69.065)	(42.103)	(954.803)	(311.201)
Adições e exclusões permanentes		(10)	(885)	(426)
Reversão dos tributos diferidos sobre prejuízo fiscal e sobre diferenças tributáveis temporárias (nota 8.2)			(188.874)	
Outros			237	
			(178.413)	121.197
Correntes			(123)	(12.865)
Diferidos			(178.290)	134.062
Resultado com imposto de renda e contribuição social no período			(178.413)	121.197
Alíquota efetiva da despesa com IRPJ e CSLL			6,28%	(24,81)%

Até 31 de dezembro de 2023, a Companhia deduziu as subvenções fiscais para investimento da base cálculo de ICMS da base de apuração do IRPJ e CSLL, com amparo no artigo 30 da Lei nº 12.973/2014, que foi alterado pela Lei Complementar nº 160/2017. A partir de 1 de janeiro de 2024, com o início da vigência da Lei nº 14.789/2023, a Companhia não mais deduzirá os incentivos de ICMS da base de cálculo do IR e da CSLL. Para maiores informações acerca da constituição de ativos fiscais diferidos decorrentes de prejuízos fiscais, além de maior detalhamento quanto às subvenções obtidas pela Companhia relativamente ao ICMS, vide, respectivamente, as notas 8.3 e 18.1.1.

10.3 Informações financeiras das controladas

	Controladas diretas		Controladas indiretas	
	Agro Control	AgroGalaxy Franchise	Boa Vista	Ferrari Zagatto
Ativo				
Circulante	310.005	3.591	136	312.837
Não circulante	42.568	28.366		51.299
	352.573	31.957	136	364.136
Passivo e patrimônio líquido / (passivo a descoberto)				
Circulante	240.809	5.266	1	533.815
Não circulante	11.740	608.134		119
Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)	100.024	(581.443)	135	(169.798)
	352.573	31.957	136	364.136
Receita líquida	495.900			250.442
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	(108.628)	(672.924)	1	(244.561)
Imposto de renda e contribuição social	(21.720)	(5.399)	(0)	(13.321)
Resultado líquido do exercício	(130.347)	(672.924)	1	(257.882)

	Controladas diretas		Controladas indiretas	
	Agro Control	AgroGalaxy Franchise	Boa Vista	Ferrari Zagatto
Ativo				
Circulante	572.515	3.588	135	616.383
Não circulante	62.241	98.362		64.060
	634.756	101.950	135	680.443
Passivo e patrimônio líquido / (passivo a descoberto)				
Circulante	389.942	2.043	1	565.661
Não circulante	14.443	2.102		26.699
Patrimônio líquido / (passivo a descoberto)	230.371	97.805	134	(88.083)
	634.756	101.950	135	680.443
Receita líquida	958.241			651.815
Resultado antes do imposto de renda e contribuição social	16.766	(244.945)	4	6.502
Imposto de renda e contribuição social	21.720		(1)	13.321
Resultado líquido do exercício	38.486	(244.945)	3	19.823

8.2 Movimentação do saldo líquido dos impostos diferidos

	Consolidado				
	31/12/2023	Reclassi- ficação	31/12/2023 (reclassificação)	Reconhecido no resultado	31/12/2024
Prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social	93.158		93.158	(93.158)	
PECLD	80.300	(25.216)	55.084	(55.084)	
Valor justo de contratos a termo - commodities agrícolas	30.930	(28.800)	2.130	(2.130)	
Ajuste a valor presente	30.116	(20.465)	9.651	(9.651)	
Provisão para custos, despesas e fretes	16.367	(2.989)	13.378	(13.378)	
Provisão para ajuste a valor realizável nos estoques	7.988	1.871	9.859	(9.859)	
Provisão para passivos contingentes	2.823	(2.823)			
Mais valia sobre imobilizado e intangível	(101.078)	31.077	(70.001)	10.584	(59.417)
Valor justo dos estoques de grãos	(5.414)	5.125	(289)	289	
Outros ⁽¹⁾	(36.317)	42.220	5.903	(5.903)	
Líquido	118.874		118.874	(178.290)	(59.417)
Ativo	188.874		188.874		
Passivo	(70.001)		(70.001)		(59.417)



A Teld é responsável por 42% da produção de carregadores elétricos na China

NO DAIA

Multinacional de carregadores elétricos vai se instalar em Anápolis

Investimento, segundo Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços, será de R\$ 100 milhões

REDAÇÃO

A multinacional Teld Eco Charger, da China, vai se instalar em Anápolis. A empresa assinará, nesta semana, protocolo de intenções que consolidará um investimento estimado de R\$ 100 milhões no Daia, de acordo com a Secretaria de Indústria, Comércio e Serviços de Goiás.

O titular da pasta, Joel Sant'Anna Braga Filho, embarcou na segunda-feira (21) para Qingdao, na China, para o evento.

A Teld é responsável por 42% da produção de carregadores elétricos na China e figura entre os principais fabricantes globais de equipamentos para carros e ônibus elétricos. Em Goiás, além da unidade fabril em Anápolis, a empresa

também vai implantar três eletropostos de carregamento rápido em Goiânia, com tempo estimado de até 20 minutos por recarga, sendo a primeira do setor a oferecer esse tipo de infraestrutura no estado.

"A chegada da Teld é resultado do trabalho do Governo de Goiás e das missões oficiais realizadas ao gigante asiático, com foco na atração de novas indústrias. A concretização da vinda de uma das maiores empresas do mundo nesse segmento mostra a força da economia goiana e posiciona o estado na vanguarda do desenvolvimento sustentável", comemora Joel Sant'Anna.

MISSÕES INTERNACIONAIS

O Governo de Goiás ob-

teve êxito com a agenda comercial que fez na China. Um exemplo bem-sucedido é a instalação da gigante Weichai, também chinesa, em Itumbiara, resultado da missão liderada pelo governador Ronaldo Caiado.

Já a parceria com a Teld nasceu de tratativas iniciadas em novembro do ano passado, durante uma missão oficial coordenada por Joel Sant'Anna, com participação do Corpo de Bombeiros Militar de Goiás. Na ocasião, foram realizadas visitas técnicas e estudos para a implantação de carregadores elétricos em novos empreendimentos, além da articulação que culminou na instalação da fábrica em Anápolis e dos três eletropostos em Goiânia.

Especialista explica por que atletas amadores se lesionam mais que os profissionais

Fisioterapeuta da Anapolina, Cícero Júnior alerta para os riscos da prática esportiva sem orientação e ensina como prevenir lesões com estratégias simples e eficazes

JANAYNA CARVALHO

A rotina de atletas amadores pode parecer leve à primeira vista, mas segundo o fisioterapeuta Cícero Júnior, da Associação Atlética Anapolina, a falta de planejamento e cuidado com o corpo torna esse grupo ainda mais propenso a lesões do que os profissionais. A ausência de preparação física adequada, a negligência com os sinais do corpo e a execução errada de técnicas são apenas alguns dos fatores que elevam o risco de lesões sérias em quem pratica esportes como futebol e corrida de rua de forma recreativa, mas sem o devido acompanhamento.

De acordo com o especialista, um dos erros mais recorrentes está na falta de respeito aos próprios limites. Muitos atletas amadores seguem treinamentos desorganizados e ignoram sinais de fadiga muscular. A sobrecarga contínua, somada à ausência de descanso entre os treinos, acaba resultando em lesões que poderiam ser evitadas. "Eles deixam a sobrecarga tomar de conta, gerando fadiga muscular que vai evoluir para lesão. E ainda fazem movimentos errados sem supervisão, o que sobrecarrega articulações e musculaturas", explica.

Outro fator determinante e ainda ignorado por muitos praticantes é a ausência de um bom aquecimento antes da atividade física. Cícero destaca que o aquecimento adequado é fundamental para preparar músculos e articulações, reduzindo significativamente o risco de lesões. "Estudos recentes mostram que o aquecimento pode reduzir em até 50% o risco de lesões. Ele prepara o corpo para as demandas do exercício, por isso é essencial não ignorar essa etapa", enfatiza.

A recomendação do fisioterapeuta para quem pratica é clara: realizar aquecimentos e alongamentos dinâmicos antes da atividade, investir em fortalecimento muscular de regiões como core, quadríceps, isquiotibiais, glúteos e panturrilhas, treinar a técnica correta de movimentação e, acima de tudo, garantir o tempo ne-

cessário para recuperação. "Hidratação e sono também são pilares. A qualidade do sono, por exemplo, impacta diretamente na forma como o corpo responde ao exercício", diz.

No que diz respeito ao tipo ideal de alongamento, ele afirma que o dinâmico deve ser priorizado no pré-treino por preparar o corpo em movimento. Já o alongamento estático pode ser utilizado no pós-treino, com foco na flexibilidade e na redução da tensão muscular, principalmente nas áreas mais exigidas durante a prática esportiva.

Cícero também ressalta a importância do fortalecimento muscular como ferramenta de prevenção. Segundo ele, músculos mais fortes contribuem para a estabilidade articular, ajudam na distribuição da força e evitam sobrecargas. O fortalecimento do core, por exemplo, auxilia na estabilidade do tronco e previne dores na coluna. Já o trabalho nos quadríceps e isquiotibiais é fundamental para proteger os joelhos e evitar rupturas de ligamentos. Panturrilhas e tornozelos fortalecidos ajudam a evitar entorses e condições como a síndrome do estresse tibial.

Questionado sobre o tipo de dor que nunca deve ser ignorada, o fisioterapeuta é categórico ao afirmar que dores agudas, repentinas ou persistentes, que dificultam a realização de atividades básicas como caminhar ou levantar objetos, merecem atenção imediata. "A dor intensa no joelho, tornozelo ou coluna pode indicar lesões sérias. Não é prudente postergar a busca por ajuda médica", alerta.

Ele ainda diferencia as dores comuns do esforço físico daquelas que indicam o início de uma lesão. Enquanto a dor do esforço costuma ser difusa, passageira e relacionada ao acúmulo de ácido lático, a dor do início de uma lesão é mais aguda, localizada e persistente. "Ela piora com a continuidade da atividade e pode alterar até a mecânica corporal. Um exemplo clássico é o estiramento de isquiotibiais em jogadores que dão piques rápidos. A dor aparece na hora e indica que algo mais sério aconteceu", conclui.

PLANETTA ENGENHARIA torna público que a empresa MP BORGES LATICÍNIO SANTA LUZIA LTDA, CNPJ: 30.588.002/0001-04, Requereu à Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA de Alexânia-GO, a Renovação da Licença Ambiental de Funcionamento Nº 041/2019 para atividade de Preparação do Leite e Fabricação de Laticínios, na Fazenda Santa Luzia, Rod. GO 139, Km 16 à Direita, Zona Rural, Alexânia - GO.

PLANETTA ENGENHARIA torna público que a empresa MP BORGES LATICÍNIO SANTA LUZIA LTDA, CNPJ: 30.588.002/0001-04, Recebeu da Secretaria Municipal de Meio Ambiente - SMMA de Alexânia-GO, a Licença Ambiental de Funcionamento Nº 041/2019, vencimento em 31/07/2023, para atividade de Preparação do Leite e Fabricação de Laticínios, na Fazenda Santa Luzia, Rod. GO 139, Km 16 à Direita, Zona Rural, Alexânia - GO.

PLANETTA ENGENHARIA torna público que a empresa ANTONELLI E VITORINO COMÉRCIO DE COMBUSTÍVEIS II LTDA, CNPJ: 42.911.923/0001-45, Recebeu da Secretaria de Obras, Meio Ambiente e Serviços Urbanos de Anápolis, a Licença Ambiental de Funcionamento de Nº 132/2025, Processo Nº 01111.00036229/2024-09, datada de 10/04/2025, com vencimento em 10/04/2029 para Atividades de Comércio Varejista de Combustíveis para Veículos Automotores, Comércio Varejista de Lubrificantes na Avenida Mato Grosso Nº 900, Bairro: Jundiá, Anápolis - GO.

BALANÇO

Tráfego nas rodovias que cortam Anápolis cresce 15% no feriado

Mais de 240 mil veículos passaram pelas BRs 153, 414 e 080 no trecho goiano, aponta concessionária Ecovias Araguaia

EMILLY VIANA

O trecho das rodovias BRs 153, 414 e 080 que corta Anápolis registrou aumento de 15% no fluxo de veículos durante o feriado prolongado da Semana Santa e de Tiradentes, entre quinta (17) e esta segunda-feira (21), em comparação com o mesmo período do ano passado. Os dados foram divulgados pela concessionária Ecovias do Araguaia, responsável pela administração do trecho entre Anápolis e Aliança do Tocantins.

Segundo a empresa, mais de 240 mil veículos trafegaram pelas rodovias no segmento goiano, entre Anápolis e Porangatu. No total, quase 300 mil veículos utili-



No total, quase 300 mil veículos utilizaram as vias concedidas no feriado

zaram as vias concedidas no feriado, um crescimento de 13% em relação ao ano passado. No trecho tocantin-

se, entre Talismã e Aliança, o aumento foi de 6%, com mais de 55 mil veículos.

Além do aumento no tráfego,

a concessionária também registrou 30 acidentes, sendo que 20 não resultaram em vítimas com ferimentos. Nove

acidentes deixaram pessoas feridas e uma ocorrência teve vítima fatal. Durante os cinco dias de operação especial, a Ecovias Araguaia realizou mais de 400 atendimentos operacionais, incluindo 240 socorros mecânicos e 67 atendimentos médicos.

Para garantir o suporte ao aumento no movimento, a concessionária reforçou o efetivo com 408 profissionais e 55 veículos, incluindo 20 ambulâncias – quatro delas com suporte de UTI móvel – além de guinchos leves e pesados, caminhões de combate a incêndio e viaturas de inspeção. A estrutura foi mantida em operação durante todo o feriado, com guinchos extras para casos emergenciais.

ARTIGO

Entre Palcos e Bastidores Política Social em Ruínas: Uma Cidade Que Deixou de Cuidar



POR DEL BERNARDO

Durante anos, Anápolis foi reconhecida como um modelo de política social no estado de Goiás. Os programas de assistência eram bem estruturados, os serviços de base e especial funcionavam de forma eficaz, havia presença ativa nos bairros e um esforço visível para alcançar os mais vulneráveis com dignidade. Era comum ver o município sendo citado em congressos, seminários e reuniões técnicas como exemplo de gestão humanizada e eficiente. Hoje, porém, essa imagem parece pertencer a um passado distante.

A cidade enfrenta um processo de desmonte silencioso e contínuo das políticas sociais. Esse desmonte não se dá apenas pela falta de recursos, mas principalmente por decisões administrativas que ignoram a importância da assistência social como política pública essencial. Medidas simples, que antes facilitavam o acesso da população aos seus direitos, foram abandonadas. Serviços inteiros deixaram de existir. Estruturas antes sólidas foram desmontadas.

Um dos maiores símbolos desse retrocesso foi o fim da solicitação de cestas básicas via WhatsApp, o chamado “Zap da Prefeitura”. O sistema, que permitia a solicitação remota do benefício, funcionava de forma prática: o pedido era regis-

trado, encaminhado à Secretaria de Integração, e os Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) realizavam visitas e organizavam a entrega. Simples, direto, eficaz. Agora, para acessar o benefício, a pessoa precisa ir até o CRAS. Para muitas famílias, isso representa um obstáculo quase intransponível, pois o custo de um transporte pode significar a diferença entre comer ou não naquele dia.

Esse não é um caso isolado. A situação das pessoas em situação de rua também expõe o colapso do sistema. O Centro POP, que deveria oferecer triagem, encaminhamentos e apoio para essa população, já não atua como antes. As comunidades terapêuticas, que prestam serviços importantíssimos na recuperação e reinserção social, estão com repasses financeiros da prefeitura atrasados. O resultado é o abandono completo de pessoas que já vivem em extrema vulnerabilidade, sem rede de apoio, sem acolhimento e sem perspectivas.

Outro grupo profundamente impactado é o das mulheres vítimas de violência. Num momento em que os números da violência doméstica crescem no país, Anápolis se vê sem estruturas básicas de acolhimento. Entidades que atendem essas mulheres estão sem receber os repasses desde dezembro. A Casa da Mulher Anapolina, um espaço que deveria oferecer acolhimento, orientação e proteção, ficou fechada por tempo indeterminado.

Só foi reaberta recentemente em novo local, após intervenção direta do Ministério Público. Essa ausência de ação não é apenas administrativa — é institucional. É como se o poder público tivesse virado as costas para uma das pautas sociais mais urgentes do nosso tempo.

Também foi encerrado o Serviço de Convivência e Fortalecimento de Vínculos, antigo Programa Integração. Ele oferecia oficinas, rodas de conversa, atividades culturais e apoio psicossocial a crianças e adolescentes. Era um espaço de pertencimento, de construção de vínculos e de prevenção de situações de risco. A interrupção desse serviço enfraquece a base comunitária, desfaz redes de apoio e compromete o futuro de muitos.

A lista de retrocessos não para por aí. Abrigos de idosos e instituições que atendem crianças têm se mantido com repasses estaduais e federais (emendas e verbas) e com os provenientes do Fundo do Idoso e do Conselho Municipal dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDCA). Mas a contrapartida municipal — que é uma obrigação — simplesmente não acontece. Não há visitas técnicas, não há suporte, não há diálogo. Apenas silêncio.

Nos distritos da cidade, como em Goialândia, a realidade é ainda mais dura. Ali, onde já existiu um trabalho social atuante, os CRAS foram fechados e nenhuma alternativa foi apresentada. A população clama por respostas, in-

clusive através da imprensa, mas não encontra retorno. É o retrato da exclusão dentro da exclusão: os distritos da cidade esquecidos pela gestão central.

Outro episódio emblemático foi o fechamento de um dos restaurantes populares da cidade. A justificativa oficial foi que o espaço não atendia aos padrões sanitários exigidos. O problema não está apenas no fechamento, mas na ausência de transparência sobre a solução apresentada. Outro restaurante popular passou a produzir as refeições e entregá-las de forma inadequada e, segundo os usuários, em quantidade insuficiente. Mas as dúvidas são: houve aditivo contratual? Licitação? Como um restaurante contratado para atender uma demanda passou a atender outra sem nova formalização? A falta de clareza alimenta a desconfiança.

As ações itinerantes dos “Voluntários do Coração”, diretoria que levava serviços sociais diretamente aos bairros — como o cadastramento no CadÚnico e distribuição de cestas básicas —, também desapareceram. Esse trabalho era essencial justamente por levar dignidade e apoio onde a estrutura do Estado não chegava. Com o fim dessas ações, foi-se também a proximidade, o acolhimento, o olhar humano.

E não se pode deixar de citar o tratamento desigual que algumas instituições do terceiro setor rece-

bem da gestão. Enquanto várias entidades sérias e históricas seguem sem receber nenhum apoio, outras — curiosamente ligadas a figuras próximas ao núcleo político da administração — continuam sendo contempladas com recursos e parcerias. A isso, parte da sociedade passou a se referir como a “política dos amigos do rei”. Para alguns, tudo. Para os demais, nada.

Talvez o aspecto mais grave de todo esse processo seja a ausência de diálogo. Há um consenso entre servidores, técnicos, entidades assistenciais, lideranças e o terceiro setor: a atual Secretaria de Integração não escuta. A postura prepotente, a recusa em abrir espaços de construção coletiva e a dificuldade em reconhecer os erros têm isolado a gestão. Criou-se um abismo entre o poder público e o terceiro setor, entre a secretaria e os que atuam na ponta.

O que se vê é um colapso. Cestas básicas escassas, serviços interrompidos, estruturas desmontadas, instituições fragilizadas e comunidades inteiras desassistidas. É um abandono sistemático, que desmonta aquilo que fez de Anápolis uma referência.

Este artigo não é um ataque. É um alerta. Porque, quando o social para, a dor aumenta. E quando o poder público se omite, ele falha em sua missão mais básica: CUIDAR DE PESSOAS.

Por Del Bernardo

CULTURA

Crianças terão entrada gratuita para peça "Cartas do Vô Chico"

Catavento Cia Circense volta à cidade com peça voltada ao público infantil, unindo teatro, dança e circo para contar uma história encantadora sobre família e aventura

LARA DUARTE

O Teatro Municipal de Anápolis recebe, na próxima sexta-feira, 25 de abril, às 19h30, o espetáculo infantil "Cartas do Vô Chico", da Catavento Cia Circense. A apresentação é gratuita e promete encantar crianças e adultos com uma história sensível, divertida e cheia de surpresas. Combinando números circenses, música ao vivo, dança e teatro, a peça celebra o universo lúdico das cartas antigas e das memórias afetivas, tudo sob a perspectiva de uma neta que descobre o passado misterioso de seu avô.

Essa é a primeira circulação do espetáculo, que também será apresentado nas cidades de Goiás e Goianésia. Em Anápolis, além da sessão noturna aberta ao público, o grupo fará duas sessões diurnas para estudantes da rede pública de ensino.

Com direção geral de Felipe Nicknig, direção de arte de Pedro Souza e roteiro assi-



Essa é a primeira circulação do espetáculo, que também será apresentado nas cidades de Goiás e Goianésia

nado por Hélio Fróes, o espetáculo marca um novo passo da companhia, voltado especialmente ao público infantil. A estreia aconteceu em junho de 2024, e desde então o projeto vem sendo lapidado para tocar o público com sua proposta sensorial e afetiva.

A trama acompanha Lúcia Valentina, uma jovem de 15 anos que encontra antigas

cartas escritas por seu avô, Vô Chico, um ex-artista de circo que desapareceu misteriosamente. A partir dessas correspondências, a menina mergulha em um universo mágico, repleto de aventuras e cidades fantásticas, reencontrando o avô através de suas histórias e memórias.

Segundo o diretor Felipe Nicknig, circular com o espe-

táculo é uma forma de amadurecer o trabalho e, principalmente, se conectar com o público. "A circulação dos espetáculos é esse encontro bonito e transformador. Ninguém sai igual depois de uma peça. Nós, diretores, artistas, público, todos nos transformamos com essa troca", afirma.

Anápolis já tem uma re-

lação com a Catavento: em 2023, a companhia apresentou na cidade o espetáculo "Hiato". Agora, o grupo retorna para consolidar esse vínculo e apresentar um projeto que aposta no lúdico para falar de temas universais como amor, pertencimento e auto-aceitação.

Além de encantamento visual e sonoro, "Cartas do Vô Chico" também tem um olhar cuidadoso para a musicalidade: a trilha sonora original, composta por Fernando Assis, é executada ao vivo e cria uma atmosfera envolvente que transporta o espectador diretamente para dentro da história.

Com uma ficha técnica robusta e elenco formado por artistas circenses experientes e músicos ao vivo, o espetáculo promete uma noite inesquecível para as famílias anapolinas. A apresentação faz parte de um projeto contemplado pela Política Nacional Aldir Blanc, com apoio da Secretaria Estadual de Cultura.

Governo de Goiás oferece curso gratuito de confeitaria em Anápolis para o Dia das Mães

Capacitação prática no Cotec Anápolis prepara empreendedores locais para a data comemorativa e possibilita acesso ao Crédito Social

LARA DUARTE

O Colégio Tecnológico Governador Onofre Quinan, unidade do Cotec em Anápolis, está com inscrições abertas até o dia 10 de junho de 2025 para o curso gratuito "Confeitaria com amor de mãe: Cestas Personalizadas para o Dia das Mães". A iniciativa faz parte do programa Goiás Social, coordenado pela Secretaria da Retomada em parceria com a Universidade Federal de Goiás (UFG), por meio do Centro de Educação, Trabalho e Tecnologia (CETT). Com carga horária de 80 horas, a formação tem como objetivo capacitar jovens e adultos a partir de 16 anos que tenham, no mínimo, o ensino fundamental incompleto.

O curso será presencial e terá início assim que cada turma preencher todas as



O curso será presencial e terá início assim que cada turma preencher todas as vagas disponíveis

vagas disponíveis. Os participantes aprenderão desde a escolha dos ingredientes até as técnicas de preparo de doces e montagem criativa de cestas personalizadas, com foco na data comemorativa do Dia das Mães. Além das habilidades práticas, o conteúdo programático inclui aulas de marketing, precificação e estratégias de ven-

da, com orientações sobre divulgação nas redes sociais, relacionamento com clientes e organização das encomendas.

As inscrições podem ser feitas presencialmente na sede do COTEC Anápolis ou pelo site oficial do programa, no endereço cotec.org.br, na seção "Detalhes do Curso". Como os cursos são gratuitos

e as vagas limitadas, a recomendação é que os interessados garantam a matrícula o quanto antes.

Um dos principais atrativos da capacitação é a possibilidade de acesso ao Crédito Social, benefício voltado a alunos que comprovarem vulnerabilidade socioeconômica, seja por cadastro ativo no CadÚnico ou por meio de avaliação da assistência social estadual. O valor, de até R\$ 5 mil, é repassado em parcela única e deve ser usado para aquisição de materiais, utensílios e ferramentas essenciais para o início das atividades empreendedoras com as técnicas aprendidas no curso. O uso do recurso é restrito à cidade onde a capacitação foi concluída, no caso, Anápolis.

O incentivo financeiro é exclusivo para maiores de 18 anos e integra as ações coor-

denadas pela primeira-dama do estado, Gracinha Caiado, com o objetivo de impulsionar a geração de renda entre as populações mais vulneráveis do estado. Segundo o Governo de Goiás, a medida visa transformar o aprendizado em oportunidade real de empreendedorismo, especialmente em datas de grande movimentação no comércio, como o Dia das Mães.

Com estrutura moderna, o Cotec Anápolis oferece laboratórios bem equipados para aulas práticas de culinária, incluindo bancadas, fornos, utensílios profissionais e espaços pedagógicos adequados. Os cursos serão ministrados por professores qualificados e com sólida experiência prática no mercado, o que garante uma formação dinâmica, completa e alinhada às exigências reais do setor.

HISTÓRICO

No quinto ano seguido longe da elite, Anapolina quer parar de bater na trave

Após quatro anos o clube se prepara outra vez para a competição, o objetivo é reconquistar sua vaga na primeira divisão do Goianão

JANAYNA CARVALHO

Apesar da história e tradição no futebol goiano, a Associação Atlética Anapolina vai em 2025 para seu quinto ano consecutivo na Divisão de Acesso do Campeonato Goiano. Um time que já foi protagonismo e pedra no sapato dos grandes, hoje luta para reconquistar seu lugar na elite do futebol do estado. Ao longo dos últimos quatro anos, a equipe até chegou perto do retorno, mas bateu na trave em todas elas e frustrou os torcedores.

Na edição de 2021, a Anapolina iniciou sua campanha com um desempenho instável, mas cheio de vontade de lutar pelo acesso à elite. A estreia foi em 3 de outubro, contra o Morrinhos, no Centro Esportivo João Vilela, com uma derrota por 2 a 1. No entanto, o time reagiu rapidamente, vencendo o Aparecida por 4 a 1 na segunda rodada. Com

destaque para o atacante Sávio, autor de três gols naquela partida, a Xata demonstrou seu potencial ofensivo. Em seguida, teve um desempenho misto, com empates e derrotas apertadas, incluindo uma derrota por 1 a 0 para o Goiânia, um dos favoritos da competição. Ao final da fase de grupos, o time não conseguiu garantir o acesso.

Em 2022, a Rubra novamente teve um desempenho sólido, embora com dificuldades em jogos decisivos. Com uma campanha de 1 vitória, 2 empates e 3 derrotas, a equipe mostrou resiliência, mas não conseguiu avançar para as fases finais.

O ano de 2023 foi uma nova oportunidade para a Anapolina brigar pelo tão sonhado acesso. Com uma campanha sólida na fase de grupos, o time terminou na 3ª colocação, a apenas um ponto de garantir o retorno à elite do futebol goiano. A equipe teve



Um time que já foi protagonismo e pedra no sapato dos grandes, hoje luta para reconquistar seu lugar na elite do futebol do estado

um desempenho equilibrado, com vitórias importantes como a conquista de três pontos contra o Aparecida, fora de casa, e outros momentos de grande competitividade, como o empate em 1 a 1 contra o Inhumas. Porém, novamente não foi o suficiente para garantir a promoção, ficando com o sabor amargo de estar tão perto do objetivo.

Em 2024, a equipe colorada voltou à carga, com o foco

renovado. O time começou a competição com uma vitória importante por 2 a 1 contra o Centro-Oeste e seguiu sua trajetória com um desempenho positivo em campo, registrando vitórias, empates e algumas derrotas que poderiam ser evitadas, como a sofrida por 1 a 0 contra o Goiânia. O time parecia estar se aproximando do sonho do acesso, mas o equilíbrio da competição e o alto nível dos adversários fizeram

com que a equipe permanecesse novamente em 3º lugar, frustrando as expectativas da torcida e do elenco.

A Divisão de Acesso do Campeonato Goiano de 2025 mantém o formato dos últimos anos, com duelos entre todos - em turno e retorno - e disputa por pontos corridos, com os dois primeiros classificados à elite do ano seguinte. No entanto, houve uma alteração no regulamento. Nesta edição, apenas o lanterna será rebaixado para a Terceira Divisão, uma vez que a Segunda-na voltará a ter dez clubes em 2026, com três promovidos da Terceirona neste ano.

A competição começará em 21 de maio e se encerrará em 3 de agosto de 2025, com um total de 14 datas para os jogos. Os oito clubes participantes serão Anapolina, Centro-Oeste, Grêmio Anápolis, Iporá, Morrinhos, Rio Verde, Trindade e Tupy de Jussara.

Kiryos projeta futuro promissor com calendário nacional em 2025

Projeto de Anápolis disputa principais competições do país e busca novos patrocinadores para apoiar iniciativa com mais de 600 atletas

JANAYNA CARVALHO

Com mais de 600 jovens atletas envolvidos e um calendário competitivo de alto nível em 2025, o projeto KRG, sediado em Anápolis, se consolida como uma das principais potências do futsal de base em Goiás. Fruto da união entre três tradicionais escolinhas da cidade — Kiryos Futsal, Gol de Placa e RR —, o projeto avança a passos largos nas competições estaduais e nacionais, com classificações importantes e metas ambiciosas para o futuro.

Neste ano, o Kiryos já disputa a Copa Goiás nas categorias que vão do sub-7 ao sub-17, com a classificação garantida para as fases eliminatórias em praticamente todas elas. Em maio, a equipe entra em quadra pelo Campeonato Metropolitano e, em setembro, representa o estado no Campeonato Goiano. Além disso, em agosto, será a vez de enfrentar um dos maiores desafios da temporada: a Taça Brasil de Futsal, na categoria

sub-13, competição organizada pela Confederação Brasileira de Futsal (CBFS), que acontecerá em Goiânia entre os dias 10 e 16.

A vaga foi conquistada em 2024 com o título da categoria, e agora o Kiryos Futsal, que é a entidade federada dentro do projeto, volta à disputa como legítimo representante goiano. Ainda neste ano, o grupo deve retornar à Liga Candanga, tradicional torneio interestadual que envolve equipes do Distrito Federal e entorno.

Apesar do calendário recheado, as dificuldades ainda existem. “Nosso objetivo é proporcionar o desenvolvimento desses atletas, para que eles vivam o esporte de alto rendimento e possam ter oportunidades em grandes clubes. Mas isso só acontece com estrutura, apoio e investimento”, afirma o professor Salatiel Gomes, idealizador da Kiryos e um dos coordenadores do KRG.

Fundada em 2007, a Kiryos Futsal nasceu com propósito e identidade. O nome, que vem do

grego e significa Senhor ou Mestre, foi sugestão de um fiel da igreja frequentada por Salatiel, e traduz a visão de um projeto que vai além das quatro linhas. De lá pra cá, a equipe acumulou conquistas estaduais importantes — como a Copa Goiás e o Campeonato Goiano — e, desde 2019, passou a disputar também as competições federadas.

O salto de qualidade veio em 2023, com a união das três escolas. Desde então, o KRG tem se fortalecido como referência na formação de atletas. Sob a coordenação de Salatiel, Cristiano (Gol de Placa) e Rogério Garcês (RR), o projeto já revelou talentos como Wendel, que hoje integra as categorias de base do Flamengo.

Para manter o ritmo e ampliar a atuação, o KRG busca novos apoiadores. “As viagens, a alimentação, hospedagem e o transporte dos meninos demandam recursos. Ter uma van ou ônibus, por exemplo, muda tudo. Hoje, contamos com algumas parcerias, mas



Neste ano, o Kiryos já disputa a Copa Goiás nas categorias que vão do sub-7 ao sub-17, com a classificação garantida para as fases eliminatórias

precisamos de mais. O apoio do poder público e das empresas é fundamental para que esse trabalho continue crescendo”, reforça Salatiel.

Ele também deposita esperança na nova gestão municipal. “Na administração anterior, tivemos muitos problemas, como a extinção da Secretaria de Esportes e a paralisação dos Jogos Abertos. Agora, há uma promessa de retomada dessas iniciativas. Isso renova a nossa expectativa de que o esporte

será valorizado como merece.”

O projeto, que já impacta centenas de crianças e adolescentes em Anápolis, mira em mais do que medalhas: quer formar cidadãos. “O esporte é uma ferramenta de transformação. Cada competição disputada, cada treino, cada conquista ou derrota faz parte da construção de um futuro melhor para esses meninos. Nosso sonho é que eles possam sonhar grande — e que a cidade sonhe junto com a gente.”